



**MUNICÍPIO DE AVEIRO**  
**Assembleia Municipal**

**ACTA N.º 22**

Sessão Ordinária de Dezembro

3.ª Reunião de 04-01-1999

Aos quatro dias do mês de Janeiro de mil novecentos e noventa e nove, nesta cidade de Aveiro, na sede da Assembleia Municipal, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, presidida por Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, secretariado pelo Primeiro Secretário João Pedro Simões Dias, e pelo Segundo Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos, e com a presença dos seguintes Vogais: Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Raúl Ventura Martins, José Augusto Fernandes Júnior, Álvaro Patrício do Bem, Pedro Machado Pires da Rosa, Fernando Cardoso Leitão Miranda, João Alberto Simões Barbosa, Britaldo Normando de Oliveira Rodrigues, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Virgílio António Couceiro da Cruz Nogueira, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, Rogério Mário Madaíl da Silva, Lucas Amaro Rodrigues, Fernando Vieira Ferreira, Joaquim António Gaspar Melo Albino, Jorge Manuel do Nascimento, Diogo Manuel Santos Soares Machado, António Sousa Dinis Correia, Luís Miguel Capão Filipe, Diniz Marques, Manuel Arede de Jesus, Manuel Branco Pontes e António Manuel dos Santos Salavessa.

Pelas 18:30 horas o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dos Vogais: Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga, João Pires da Rosa, Manuel Júlio Braga Alves, Libério da Silva Santos, Henrique Manuel Morais Diz, Jorge Carvalho Arroiteia, Nuno Teixeira Lopes Tavares, António Manuel Gonçalves Pinho Vinagre, Manuel Simões Madaíl e Élio Manuel Delgado da Maia.

Seguidamente o Presidente da Mesa deu nota dos pedidos de justificação de faltas apresentados pelos vogais: Jorge Carvalho Arroiteia, Armando Manuel Dinis Vieira, João Pedro Simões Dias e Manuel Branco Pontes, os quais foram aceites e consideradas justificadas as respectivas faltas.

De seguida o Presidente da Mesa deu nota de toda a correspondência recebida, informando os Srs. Deputados que a mesma se encontra disponível para consulta no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal.

De seguida, o Sr. Presidente da Mesa submeteu à votação da Assembleia um “Período de Antes da Ordem do Dia” solicitado pela bancada do PP, tendo o mesmo sido aprovado por maioria de dezasseis votos a favor e dez abstenções.

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

Vogal Miguel Capão Filipe:

“«Moção. Considerando que:

1. O Sector de Pesca Longínqua, uma das actividades com impacto económico e social mais relevante e histórico na Região de Aveiro, atravessa uma conjuntura grave.
2. Um dos problemas identificados, não é exclusivamente a escassez de recursos, mas a repartição de quotas de pescado no Atlântico Norte.

A Assembleia Municipal de Aveiro delibera o seguinte:

1. Repudiar a falta de sensibilidade do Conselho de Ministros das Pescas da União Europeia em não permitir que Portugal use as quotas atribuídas, mas não utilizadas pelos outros membros.
2. Exigir ao Governo de Portugal que continue a exercer pressão perante a União Europeia de modo a que esta permita que Portugal use as quotas não utilizadas.
3. Que se reafirme em definitivo as pescas como uma actividade económica estratégica e de futuro para Portugal».”

Vogal Gaspar Albino:

*“Obrigado Sr. Presidente. Tenho trinta e cinco anos de actividade no Sector da Pesca; foi lá que me realizei profissionalmente. E é à Pesca, que eu ainda, por várias razões, me sinto ligado. Queria secundar quase que por inteiro, aquilo que foi lido, porquanto que o texto que foi lido, tem quanto a mim um verbo a mais; o verbo “continuar” - o verbo continuar, está ali nitidamente a mais.*

*Eu entendo que o Governo Português, no Sector da Pesca, que de algum modo contribui com cerca de 1% para o PIB, não tem feito tudo o que está ao seu alcance; acima de tudo, ao nível da União Europeia. É mais do que evidente que Portugal perdeu a sua capacidade de diálogo autónomo com terceiros países, mas a verdade é que eu sempre acreditei, desde a fase de negociação da adesão de Portugal à União Europeia - à actual União Europeia, acreditei que Portugal se empenhasse mais profundamente, neste Sector; com tristeza verifico que essa esperança foi de balda. E julgo que todas as vozes que se levantarem na defesa deste desidrato, serão poucas! Porquanto com efeito, as Pescas representam e continuam a representar, para Portugal, muito! E poderão não significar muito em termos de PIB, porque o PIB é uma coisa abstracta, mas significam profundamente para milhares de pessoas que vivem ao longo do Litoral Português; muitas delas que deixaram de poder frequentar os mares longínquos da Terra Nova e da Gronelândia e muitas delas que tiveram que regressar, às berças da nossa Ria, tão parca de recursos piscícolas, para continuar a exercer a actividade na qual se educaram e da qual com dificuldade sairão.*

*Com efeito, verifica-se que hoje a Pesca Artesanal é o refugio de gente que estava na Pesca Longínqua. E esse fenómeno social, que é o da reconversão dos jovens pescadores, para outras actividades, não se faz com a simplicidade de cursos feitos à pressão; essa conversão com efeito, é difícil.*

*Esta proposta que foi aqui avançada, este texto que foi aqui lido, deve ser objecto da nossa meditação e quanto a mim, da nossa mais estrénuo aprovação.”*

Vogal Raúl Martins:

*“Muito obrigado Sr. Presidente. Eu secundo todas as propostas, no sentido de não deixar morrer a nossa Pesca Longínqua. De facto também trabalhei na Pesca Longínqua, foram momentos - que quem algum dia trabalha na Pesca, nunca mais deixa de sonhar com aquele tipo de actividade aliciante. A actividade da Pesca, mormente a Longínqua, é das actividades mais aliciantes que um gestor pode exercer e, portanto, secundo todas as moções que pretendam efectivamente que a Pesca Longínqua, que foi outrora um dos grandes factores de desenvolvimento da Região de Aveiro, não morra definitivamente.*

*Agora eu queria também alertar para que é preciso que se saibam as coisas profundamente, e às vezes, quem só ouve ou vê notícias nos jornais, não está devidamente informado sobre o cerne dos problemas. E ali o Sr. Gaspar Albino, que é um homem que sabe disto, também sabe que na Comunidade Europeia existem algumas quotas que nós agora reivindicamos, mas que são quotas de papel, não são quotas de peixe. Isto é, quando foi preciso atribuir alguns benefícios em termos de acordos da Comunidade com algumas regiões desfavorecidas, que estavam mais ou menos controladas pela comunidade, essa região tinha que dar alguma coisa em troca, isto*

*são acordos antigos. E então diz assim: olhe meta aí um quota de peixe; e uma quota de peixe, por exemplo, para os Alemães pescarem. E é preciso que nós saibamos, que tenhamos consciência, que quando estamos a pedir, que sejam distribuídas quotas que outros não pescam: primeiro, não pescam porque não são pescáveis; nunca poderão ser pescadas; nem foram dadas à Comunidade para pescar. Quer dizer, são obviamente negócios que me ultrapassam ou acordos em termos internacionais que me ultrapassam e que nós não podemos ir no canto da sereia, de quem pretende dizer: olha, aquele país tem setenta mil toneladas de quotas, por exemplo, na Gronelândia e não as pescam; e nós queremos pescá-las!?*

*Vamos saber se efectivamente isso são quotas ou não!*

*Agora para além disto, eu secundo todas as moções e todas as propostas, sérias, no sentido de não deixar morrer o que resta da nossa moribunda pesca longínqua. Secundo efectivamente a moção, no sentido de que sou apoiante daquela actividade, mas retirando tudo o que é folclore em termos dessa distribuição de quotas que efectivamente não existem de facto.”*

Vogal Rogério Madaíl:

*“Também eu apoio integralmente todas as acções que visem repor os legítimos direitos do Sector de Pescas em Portugal. Não só porque eles, têm direito a isso, estão na área há muitos anos, como também é um Sector de vital importância, para a nossa região. Muito obrigado.”*

Vogal João Pedro Dias:

*“Muito obrigado Sr. Presidente, Srs. Membros da Assembleia. Sobre esta proposta eu gostava de dizer o seguinte: eu subscrevo na integra, como é evidente, o teor da respectiva proposta. Todavia, o Sr. Deputado Raúl Martins, levantou algumas questões que eu penso que esta moção deve burilar, se me permite a expressão.*

*Uma delas, permitam-me que o cite, é a que incorre num erro, que é um erro técnico; é que em termos de União Europeia, não é possível ceder quotas. Nenhum estado pode ceder quotas, porque a quota é um direito que cada estado tem. E há um artigo do Tratado de Roma, perdoem-me a explicação, que proíbe que os estados transfiram direitos para outros estados, sob pena de qualquer dia haver aí um estado qualquer, que chega aqui e compra os direitos todos. Portanto a sugestão que eu deixava, é que sem tocar no fundo da questão, sem tocar no espirito da moção, ela pudesse ser burilada no seu texto e eventualmente votada no fim da reunião de hoje; digamos, um texto com um ou outro acerto, se a bancada proponente a isso não se opuser; pelo menos nestes pequenos aspectos para evitar, que existam aqui lapsos flagrantes; só nesse aspecto.”*

Entretanto entrou na sala o Vogal Joaquim dos Santos Abreu.

Presidente da Mesa:

*“É um problema de rigorismo. Esta proposta quanto a mim tem três reservas, ligeiras, não são substantivas, mas percebe-se a ideia, que é o principal.*

*Primeiro, os tratados não permitem a repescagem de quotas autorizadas. Portanto, quando se diz que Portugal use as quotas atribuídas mas não utilizadas, teria que se propor ou lamentar que o Conselho de Ministros não efectue uma revisão e uma remodelação da distribuição de quotas. Assim já ficará mais legal; é fácil de fazer isso e está pressuposto que a ideia será essa.*

*Depois no ponto 2 - “exigir ao Governo de Portugal”; bem, será um termo excessivo, embora ache que a Assembleia não pode exigir - pode recomendar, solicitar, propor, reclamar, pedir; bem não é por aí que “o gato vai às felhoses”.*

*Depois o ponto 3 é um declaração “Urbi et orbi”, que se reafirma em definitivo, as pescas como uma actividade; quem é que reafirma, Quem? O Governo? Se reafirme, quem quer que seja, ou nós reafirmamos? Não se percebe bem, mas percebe-se a ideia.*

*Não é famosa a redacção, até porque os três pontos são introduzidos pelos verbos no infinitivo, repudiar; exigir; e no terceiro é híbrido que se reafirme em definitivo. São as reservas formais, que o texto me suscita.*

*De qualquer maneira há uma questão prévia que é esta, como não está agendado, esta moção só pode ser votada se não houver objecção de ninguém.”*

De seguida o Presidente da Mesa colocou à votação do plenário a aceitação e discussão da moção apresentada, sendo a mesma aprovada por unanimidade.

Presidente da Mesa:

*“Eu sugeria que no intervalo de jantar ou até já - mas podíamos ir andando - que fosse revisto o texto em todos estes aspectos ou nalgum ou nalguns e votaríamos imediatamente a seguir ao recomeço dos trabalhos, depois do intervalo do jantar.*

*Como ainda não está esgotado os trinta minutos do período de antes da ordem do dia, se alguém quiser intervir pode fazê-lo.*

*Entretanto queria desejar um bom ano a todos, que é uma coisa que está pressuposta; é a primeira reunião do novo ano. Penso que todos nos congratularemos antecipadamente se Aveiro neste ano que aí vem - Aveiro a nossa terra - tiver um salto em frente, como todos ambicionamos e também desejaremos naturalmente, a saúde e o bem estar dos Membros desta Assembleia, já agora, da Câmara Municipal e da Comunicação Social.”*

Vogal Diogo Soares Machado:

*“Sr. Presidente muito obrigado. Em primeiro lugar, também os meus votos mais sinceros de um excelente ano de 1999 para todos.*

*Em segundo lugar, para voltar a trás uma semana, reportando-me a uma reunião em que eu não pude estar presente, nesta Assembleia Municipal, e na qual supostamente foram aduzidas explicações a duas questões por mim levantadas. Uma quanto ao Campeonato do Mundo de Kayak-Pólo e o estado das contas; outra em relação à Assessoria prestada pelo Dr. José Gonçalves.*

*Quanto ao Campeonato do Mundo de Kayak-Pólo, foi aqui explicado ou pseudo-explicado, diria até, mesmo com inverdades, que a situação estava desbloqueada. Não está! Tanto não está, que no Domingo passado (ontem), à uma hora, no telejornal da SIC, toda a situação foi claramente posta a nu: as dividas, o que a Câmara já pagou - que como eu disse foram 15 mil contos a mais, do que aquilo que devia ter pago - até ver; nada está desbloqueado, a Federação Portuguesa de Canoagem, não tem dinheiro absolutamente nenhum em seu poder, não desbloqueou dinheiro absolutamente nenhum. O Sr. Presidente da Câmara sabia-o na altura e foi aqui dito, por ele próprio, que a situação já estava desbloqueada, por coincidência, nesse mesmo dia. Peço Sr. Presidente da Câmara, que quase uma semana depois de o senhor ter dito que o assunto estava tratado - verifiquei que não estava; verificámos os que viram, que não estava.*

*Penso que hoje, 2ª feira - dia 4 de Janeiro de 1999, o Sr. Presidente da Câmara devia explicar afinal, se está resolvido ou não, ou se no próximo Domingo, num qualquer jornal noticioso, de qualquer estação de televisão, vão aparecer mais notícias a dizer: que o Kayak-Pólo agita Aveiro - que foi a nota de rodapé do jornal da SIC durante dois minutos (estive eu a contar).*

*Em segundo lugar, em relação à Assessoria financeira, económica, estratégica, prestada pelo Dr. José Gonçalves. Também foi aqui dito pelo Sr. Presidente da Câmara, que o currículo comparado com o do Dr. José Gonçalves, tinha saído de uma gaveta qualquer, mas que tinha sido obviamente um currículo que não apresentava as condições que o Sr. Presidente da Câmara exigia como mínimas para poder utilizar ou ocupar aquele lugar. Foi também aqui dito pelo Sr. Presidente da Câmara, que não era uma questão de dinheiro; que era comezinho; foi*

*também aqui dito pelo Sr. Presidente da Câmara, que não ficava bem às pessoas que não tinham competência para tal, questionar ou criticar, a actividade desempenhada por um economista brilhante, como o Dr. José Gonçalves.*

*Assim sendo e sem ter que recorrer às actas, como o Sr. Presidente parece que fez, embora não tenha, se calhar, conseguido ler tudo o que poderia ter lido. Eu volto a perguntar, se o Sr. Presidente da Câmara reafirma que a Assessoria do Sr. Assessor Gonçalves, é uma Assessoria a tempo inteiro ou é uma Assessoria a meio tempo? Ou é como a greve dos médicos, uma Assessoria “self service”, ou seja, quando é preciso o Assessor Gonçalves está, quando não é preciso o Assessor Gonçalves não está? Isto tem que ficar claramente esclarecido aqui.*

*Em segundo lugar, Sr. Presidente, é uma questão de dinheiro também. E porque o senhor teve, digamos, a indelicadeza de voltar a falar, na minha incompetência, não estando eu presente, ao que foi prontamente advertido pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, que a Assembleia Municipal no fundo fiscaliza a actividade do Executivo, e bem (bem advertido), digo eu, se calhar não tão bem fiscalizada, e porque foi prontamente advertido o Sr. Presidente da Câmara disse aqui, no dia em que eu levantei o assunto, que tinha ficado surpreendido com o vencimento; tinha ficado surpreendido quando este assunto foi levantado. Mas também disse, ou supostamente alegou que eu não teria competência para julgar o trabalho do Sr. Assessor Dr. Gonçalves - enquanto Assessor da Câmara Municipal de Aveiro. Então eu pergunto: de acordo com um compromisso assumido pelo Executivo Municipal de Aveiro, na altura em que aprovámos aqui a constituição da SAD - Aveiro Basket; então eu pergunto e já estamos em Janeiro - já lá vão três meses, e não sei se se lembram, que eu pedi ao Sr. Presidente da Câmara o compromisso de três meses depois, nos entregar o primeiro balancete ou pré-balancete de contas, para eu melhor poder ajuizar da competência da Assessoria do Sr. Dr. Gonçalves; eu pergunto ao Sr. Presidente da Câmara, se está em condições neste momento, de nos afirmar, de nos dizer, qual a situação económica da SAD - Aveiro Basket? Qual era antes de aqui aprovada pela Assembleia Municipal? E qual é hoje, debaixo da Presidência do Sr. Assessor Dr. Gonçalves, a quem o Sr. Presidente não me reconhece competência para criticar? Diga-me por favor, qual é a situação económica? Quanto é que deve o Aveiro Basket, neste momento, há dois meses ou há três meses presidido pelo Assessor Dr. Gonçalves? Diga-nos por favor, porque assim é que se analisam competências. Diga-nos por favor também, qual foi o papel fundamental desempenhado pelo Dr. Gonçalves, no processo Aveiro Digital, que o Sr. Presidente aqui tanto falou? Qual foi o processo fundamental desempenhado pelo Dr. Gonçalves no desenrolar de todo este projecto importante, de vital importância diria, até para Aveiro? E diga-nos também se sabe, qual é a opinião dos consórcios intervenientes neste projecto, acerca do trabalho desenvolvido pelo Dr. Gonçalves, neste assunto? São duas questões muito simples, muito corriqueiras, cara-à-cara, porque eu não tenho o hábito de levantar questões ou de me defender à posteriori, sem as pessoas que levantaram os assuntos, estarem presentes na sala. Muito obrigado.”*

Entretanto entraram na sala os Vogais Armando Manuel Dinis Vieira, João José Ferreira da Maia e Victor Manuel da Silva Martins.

Vogal João Barbosa:

*“Sr. Presidente, eu tenho que defender aqui uma situação, que não devia ser mais falada: o caso do economista, Dr. José Gonçalves.*

*Já aqui há uns tempos, logo que foi contratado pela Câmara, foi falado pelo Diogo Machado. Nessa altura foi dito, que foi um contrato bem feito pelo Sr. Presidente da Câmara, era da confiança do Sr. Presidente da Câmara e era um contrato legal. Neste momento continuamos a dizer, que foi um contrato legal, bem feito; é um contrato com uma avença de prestação de serviços, em que os valores 550 contos, vezes 17%, menos 20% de IRS, isto dá um valor líquido*

*de 533.5 contos. Agora, o que é lamentável, é que se fale aqui e se ponha em comparação, pessoas que concorreram e outras que não concorreram. É um facto que nós sabemos e eu não sou técnico, mas ando na praça, conheço os valores dos economistas; e quando uma economista que concorre a uma Câmara e que quer um ordenado de 280 contos, não pode ser considerada uma técnica conceituada. Porque não quer ser uma economista, quer um emprego! E o Sr. Presidente da Câmara o que queria era um técnico que lhe resolvesse os serviços. Todos nós sabemos e eu disse e continuo a dizer: o Sr. Presidente da Câmara deve contratar realmente as pessoas que vê que lhe merecem confiança e com capacidade. Eu na altura lembrei aqui, que antigamente fazia-se assim: fazia-se o contrato com as pessoas, não davam conhecimento a ninguém, estavam com recibo verde e depois quando queriam até entravam para o quadro. Portanto Sr. Presidente da Câmara, acho que o senhor fez muito bem, tem uma pessoa de confiança e acho que o estar aqui, continuar a falar na mesma situação, isto é dar a impressão que não há mais nada para conversar. Portanto, as bancadas da oposição têm elogiado tanto a maneira de ser, a competência do Sr. Presidente da Câmara, que acho que isto é só folclore e mais nada.”*

Vogal Filipe Neto Brandão:

*“Sr. Presidente, Srs. Vogais. Eu confesso que hesitei agora, ao tomar o uso da palavra, porque não queria mesclar assuntos (e sobretudo perante um assunto que se encontra sobejamente repisado), o facto de eu trazer agora à coacção um assunto perfeitamente novo, aliás datado de hoje, que poderia suscitar alguma disparidade de apreciações. Porém, superando tudo o que agora foi dito, eu usei da palavra porque entendi que se justificava perfeitamente a evocação e a saudação feita a um membro desta Assembleia Municipal - refiro-me ao Dr. Raúl Martins, que hoje tive a felicidade de me ter sido comunicada a sua eleição, hoje, como Presidente do Conselho de Administração, da Administração Portuária de Aveiro. Quero fazer público testemunho, no que serei certamente secundado por toda esta Assembleia, quanto aos méritos profissionais, à grande capacidade do Dr. Raúl Martins e certamente que doravante, a Administração do Porto de Aveiro, com as competências conexas ao desenvolvimento, ao ordenamento da Ria, terá à sua cabeça um homem de Aveiro, um homem perfeitamente empenhado no progresso desta terra e cuja assunção de novas funções eu queria aqui registar, com os votos da maior felicidade para o desempenho do seu cargo, sendo certo que as maiores felicidades no desempenho do seu cargo, se repercutirão de forma indelével no futuro desta Cidade e desta Região. Era só, obrigado.”*

Presidente da Mesa:

*“Já agora, eu não sabia que já estava formalizada a eleição do Sr. Dr. Raúl Martins. A escolha também me satisfaz e auguro-lhe bons sucessos, no interesse de Aveiro. Aveiro também em matéria do Porto, está numa fase que pode ser histórica e é uma responsabilidade grande, essa função do Dr. Raúl Martins, que foi ou vai ser investido. Quanto à intervenção do Deputado Diogo Soares Machado, que é legítima naturalmente, mas trata-se de uma recidiva, estamos há bastante tempo a falar disto, mas é legítimo. Apenas ressalvarei que ficou mais ou menos pacífico, que o Dr. José Gonçalves, não é Assessor da Câmara. Bem sei que Assessor pode ser utilizado no termo genérico, de consultor, de técnico.”*

Vogal Jorge Nascimento:

*“Eu queria tecer algumas considerações sobre um assunto que eu penso ter sido novo, trazido agora aqui, a esta reunião. Um dos interventores, neste período de antes da ordem do dia, trouxe aqui em jeito de suspeição, atirando coisas para o ar e não concretizando, o que é sempre uma coisa desagradável, procurando atingir o executivo anterior, quase como que para legitimar imagináveis situações de irregularidade. Dizem que: “não é como antigamente, que as*

*peçoas andavam ali a recibo verde e depois até entravam no quadro”, isto é desagradável, porque isto gera a convicção nas peçoas e sobretudo quando estes assuntos são, como devem ser, vinculados pela informação massiva e portanto vão ao conhecimento dos munícipes, e parece que isto é mesmo assim, não é. Dá a aparência, quer dizer, eu acho que deve haver cuidado nas afirmações que se fazem e quando se fazem, no mínimo devem concretizar-se; porquê? Porque é sempre desagradável a peçoas confrontar-se com este tipo de suspeições quando afinal, até tenho a informação, que já me segredaram, que nenhuma situação desse tipo existiu no Executivo anterior. E já agora, eu também aludia a que como para legitimar alguma irregularidade, eu também gostaria de fazer, uma vez que penso que o Sr. Presidente da Câmara, vai intervir ainda sobre este assunto, se o fizer, eu pedia-lhe o seguinte: sobre a situação do Sr. Dr. Gonçalves, se realmente ele é Assessor ou não é? Já ficou esclarecido que não é Assessor; mas então eu perguntava-lhe se o número de Assessores que lhe são permitidos ter e auxiliares, já está ou não preenchido? E perguntava-lhe também, se não existirá fundado receio de que: já foi dito que o Sr. Dr. Gonçalves foi contratado em regime de prestação de serviços, mas foi dito também, que está a tempo inteiro. Portanto, dá a ideia que o Sr. Dr. Gonçalves tem um horário a cumprir; depois o Sr. Dr. Gonçalves não tem - porque aqui não foi dito, tarefas específicas a cumprir. Prestação de serviços como toda a gente penso que sabe, e penso não errar, o conceito que eu tenho de prestação de serviços, é este: é a apresentação de um resultado e portanto, o Sr. Dr. Gonçalves ao estar nesta Câmara, a trabalhar sobre os mais variados assuntos, a ter que cumprir horário, nós a sujeitarmo-nos a ouvir a afirmação do Sr. Presidente, que eu penso que é verdadeira, de que o vencimento está empolado porque não tem o décimo terceiro mês, nem subsidio de férias, quer dizer, o que me faz inculcar também o pensamento de que se trata afinal de um encapotamento na prestação paga pela retribuição relativa à indicada prestação de serviços, que se trata afinal, de estar a misturar ali, o décimo terceiro mês, o que Câmara prevê, e o direito, ao subsidio de férias; eu pergunto se não se estará a caminhar para que o Sr. Dr. Gonçalves de hoje a amanhã, não venha reivindicar e a meu ver, com algum fundamento, uma relação de trabalho com a Câmara.*

*Em segundo lugar, gostaria de perguntar ao Sr. Presidente, que disse aqui que o trabalho do Sr. Dr. Gonçalves, era um trabalho meritório e eu não ponho isso em causa. De maneira nenhuma. Se o Sr. Presidente escolheu aquele colaborador, é porque entende que é necessário, que lhe é útil. Mas não poderemos deixar de conotar essa situação, aliá-la a uma outra circunstancia: é que o Sr. Dr. Gonçalves não é mais nem menos do que o quinto candidato a Vereador. Isto vem a propósito de quê? O Sr. Presidente terá dito que: ainda agora fez um trabalho meritório, que fez encaixar ou poupar ou de qualquer maneira, trouxe um beneficio efectivo e real a esta Câmara, de cento e trinta mil contos. Eu gostaria que isso fosse precisado e gostaria de saber, se realmente, só com isso se justifica, quer dizer, se ao Dr. Gonçalves estão também cometidas opções políticas, ou de gestão municipal de onde possam resultar, quer dizer, se ao Dr. Gonçalves lhe cabe digamos assim, agora retomando a ideia do Vereador, do quinto Vereador, quinto candidato, se ao Sr. Dr. Gonçalves estão cometidas funções digamos, de natureza política ou negocial e por tanto que o conduzam à ideia de que ele está nesta Câmara, não como um colaborador um Assessor, um prestador de serviços, um técnico, mas propriamente como um político, no exercício verdadeiro e real, afinal das funções ou tido como se fosse um Vereador? E já agora também, onde é que tem expressão essa receita, desse encaixe, orçamentalmente? Estamos em contabilidade, como se sabe, a contabilidade da Câmara é anual, está sujeita a orçamento; onde é que está mencionado esse tipo de receita? Ou se pensa vir a mencionar os tais, concretos, 130 mil contos? Obrigado.”*

Entretanto entrou na sala a Vogal Ana Carla Guerra de Miranda Macedo.

Vogal Armando Vieira:

*“Sr. Presidente, já agora, votos de bom ano para todos, especialmente para o Sr. Presidente e que recupere rapidamente das mazelas que tem.*

*Sobre esta questão, e sobre a qual intervim na altura própria, numa pequena noticia da SIC, com o Sr. Presidente; obviamente que este processo não é claro, como se lembra!*

*Não vale a pena estarmos aqui a repisar no molhado, na altura dissemos o que pensávamos sobre o assunto. Ele não é claro, é bom que o Sr. Presidente, assumo isso como tal e já agora eu gostava de saber se é o salário que determina a qualidade da pessoa ou se é a pessoa que determina a qualidade do seu salário? Ou o tamanho do seu salário? É que o Sr. Presidente da Junta da Vera Cruz, pretendeu dizer que uma pessoa que se candidata a um determinado lugar ..., se é que se candidatou!? Parece-me que não era bem assim. Mas isso é uma questão que não interessa para aqui; se pelo simples facto de ter sido mais humilde, no pedido, ou por se calhar por nem sequer dominar a matéria do volume que podia pedir, ou até por alguma humildade; limitou-se a pedir muito menos que aquilo que o Sr. Dr. José Gonçalves pediu que foi o máximo, que a lei lhe permitia. Com certeza que estava muito bem informado. E há uma coisa que eu gostaria de ver esclarecido e que o Sr. Presidente da Câmara esclarecesse: é se o Sr. Dr. José Gonçalves trabalha a tempo inteiro para a Câmara? Eu suponho que não, mas gostava de ser esclarecido. Logo este salário terá que ser multiplicado, a meu ver, por dois, porque ao que parece é um prestador de serviços a meio tempo; ao que parece! Não tenho a certeza. Depois gostava de saber exactamente quais são as funções, que eu já fui confrontado, como eleito que sou; o Sr. Dr. Nascimento referiu aqui que é o quinto Vereador; o Sr. Dr. José Gonçalves não é Vereador coisa nenhuma! Não foi eleito, não é! Não é! Só o poderá ser, se algum dos anteriores, dos que o antecederam na lista, renunciarem; porque eu já fui confrontado com várias situações, em que questões de interesse de ordem política e administrativa das autarquias: “a decisão foi do Sr. Dr. José Gonçalves”, e eu tenho que perguntar ao Sr. Presidente da Câmara, se o Sr. Dr. José Gonçalves será eventualmente um “Administrador Delegado” desta Câmara, para a área económico-financeira da Câmara?*

*E quanto à questão do vencimento; obviamente, então se é um prestador de serviços não pode ter décimo terceiro mês, nem subsidio de férias? Obviamente que é um prestador de serviços, é um profissional livre, limita-se a passar o seu recibo. Qualquer explicação que ande à volta de que se está a considerar isso, bem, é no mínimo, um atestado que nos pretendem passar de menoridade mental.”*

Vogal João Barbosa:

*“Sr. Presidente, dá-me licença - é só uma rectificação! Eu gostava de me penitenciar, eu reconheço que foi realmente uma frase infeliz, quando me referi à senhora e ao valor que ela pediu; não a queria ofender. E era só para rectificar essa frase.”*

Vogal Diogo Soares Machado:

*“Sr. Presidente, apenas para reafirmar a convicção que tenho de que o lugar que futuramente o Dr. Raúl Martins irá ocupar; irá ocupar por mérito, não por favores políticos, não por nomeações; pelo menos eu estou convicto disso. Mas alertar também, que da mesma forma, que se faz a elegia ou elogio, ao currículo que a pessoa do Economista Raúl Martins tem, se deveria também, a mesma pessoa, fazer um agradecimento publico pelos serviços prestados à Cidade de Aveiro, por aquele que agora cessará funções da ex-Junta Autónoma do Porto de Aveiro. Não fica bem, falar-se num, não se falar noutro. Uns falaram num, pela minha parte, um obrigado em nome, talvez de Aveiro, ao Eng.º Lauro Marques, por aquilo que fez à frente da JAPA, às vezes polémico, às vezes nem tanto; e um voto de confiança, no trabalho que o Dr. Raúl Martins desenvolverá à frente da nova Administração do Porto de Aveiro. Era só isto Sr. Presidente.”*

Vogal Filipe Brandão:

*“Sr. Presidente, já agora e para que não suscitem quaisquer equívocos, é evidente que a minha intervenção foi prospectiva portanto, desejando as maiores felicidades, mas é evidente, que saúdo também o meu querido amigo, Eng.º Lauro Marques e portanto estendo essa saudação não só para o futuro, mas também através do reconhecimento de tudo o que foi feito e com os méritos que o foi, e portanto não deduzo do silêncio quanto a essa parte, outra coisa que não aquela que eu referi.”*

Presidente da Mesa:

*“A Administração do Porto de Aveiro, é uma estrutura diferente e empresarial, e o Eng.º Lauro Marques, pessoa muito respeitável, tem um estatuto de funcionário e penso até que continuará ao serviço, a menos que entenda que já é tempo para se aposentar, não sei exactamente.”*

Presidente da Câmara:

*“Sr. Presidente muito obrigado. Um bom ano a todos. Eu como não podia deixar de ser, também queria associar-me à moção que foi apresentada pelo Dr. Capão Filipe; creio que o interesse pela defesa das Pescas de Aveiro e em especial a Pesca Longínqua, é consensual, é unanime. Todos não seremos demais para que consigamos levar a bom Porto, esta ideia de que a representação portuguesa que vai estar nas negociações, deve lutar sempre para que aquele obstáculo legal que invocava o Dr. João Pedro Dias, possa vir a ser ultrapassado e entendido de outra forma.*

*De resto, em relação ao Kayak-Pólo; alguém me referiu também um programa de televisão, eu penso que o programa de televisão apareceu numa altura em que de facto, já temos a informação de que a situação já estará desbloqueada e na prática ela ainda estará por concretizar. Temos a informação do Sr. Presidente do IND, irá assinar um contrato programa, com a Associação de Canoagem de Aveiro, tendo em vista o pagamento integral das dívidas, que estão por pagar e provavelmente ainda durante o mês de Janeiro. Portanto se calhar, temos os dois razão: eu tinha a informação que isto iria ser desbloqueado; o jornalista que fez a reportagem constatou, que anda está por realizar. É capaz de ser mesmo isso aquilo que está a acontecer.*

*Em relação ao Dr. Gonçalves, na última reunião eu penso que expus com toda a clareza, a exaustão, a situação contratual do Dr. Gonçalves, acho que francamente o assunto está esgotado, gostava só e uma vez que alguns dos Srs. Deputados não estiveram presentes e que foram colocadas questões que eu já tive ocasião de esclarecer. De facto o Dr. José Gonçalves, este ano conseguiu fazer poupar aos cofres do Município, 130 mil contos, porque os Armazéns Gerais tinham custado no ano anterior, 240 mil contos e desde que a intervenção da reestruturação foi feita e estão agora a chegar os resultados - temos os resultados já de Novembro, já se pouparam 130 mil contos. Só por isso, já teria válida a pena. Mas fez outras coisas: está por exemplo, também à frente do projecto Aveiro Digital, no âmbito do qual o Município de Aveiro, vai ser contemplado com projectos equivalente 340 mil contos e por aí fora. Enfim, seria de facto, sem sentido, diria eu, estar a elencar todos os projectos e as pequenas coisas e grandes coisas a que ele tem estado associado.*

*Não tenho ainda, com franqueza, os dados sobre o Aveiro Basket; tenho visto com alguma tristeza, que têm perdido os jogos todos; espero que a má estrelinha mude, mas naturalmente, assim que esses dados estiverem disponíveis serão facultados. Não há nada a esconder nesta matéria. E acho que está tudo dito com franqueza.”*

Presidente da Mesa:

*“Já foi reformulada a moção sobre a Pesca e já agora para sermos mais rigorosos, como estamos ainda no Período de Antes da Ordem do Dia, vou passar a lê-la e porque não houve objecções, seguidamente votá-la-emos.*

*O texto expurgado de alguma falta de rigor jurídico de direito internacional e de alguma incoerência formal, é actualmente o seguinte:*

«Moção. Considerando que:

1. O Sector de Pesca Longínqua, uma das actividades com impacto económico e social mais relevante e histórico na Região de Aveiro, atravessa uma conjuntura grave.

2. Um dos problemas identificados, não é exclusivamente a escassez de recursos, mas a repartição de quotas de pescado no Atlântico Norte.

A Assembleia Municipal de Aveiro delibera o seguinte:

1. Repudiar a falta de sensibilidade do Conselho de Ministros das Pescas da União Europeia demonstrada para com Portugal e traduzida nas quotas atribuídas ao nosso País.

2. Reclamar do Governo de Portugal para que diligencie com maior convicção junto da União Europeia no sentido de virem a ser aumentadas as quotas pesqueiras atribuídas a Portugal.

3. Reafirmar a importância estratégica vital do Sector das Pescas para Portugal em geral e para Aveiro em especial».

De seguida o Sr. Presidente da Mesa colocou à votação a moção apresentada, tendo a mesma merecido aprovação por unanimidade.

#### PONTO N.º 4 - CÂMARA MUNICIPAL - PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 1999.

*(A deliberação tomada pela Câmara Municipal na reunião extraordinária de 07-12-98 sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal e faz parte do original desta acta em anexo).*

Presidente da Câmara:

*“Muito obrigado, Sr. Presidente. É de facto o primeiro plano elaborado por este executivo, de raiz, digamos assim, e pensamos que reflecte as opções que temos, tendo em vista três coisas: melhorar a qualidade de vida dos Aveirenses; Conseguir o crescimento harmonioso de todo o Concelho; Afirmar Aveiro no contexto Regional, como pólo urbano de muita qualidade, como principal pólo económico da região, pólo cultural activo, pólo cultural desportivo de grande relevo. São objectivos que pensamos estarem ao alcance da mão, se todos trabalharmos nesse sentido.*

*É um plano que eu reconheço, ambicioso; o maior de sempre da história dos Municípios de Aveiro; mas o que menos interessa é este pequenino recorde. Eu penso é que os Aveirenses, não nos elegeram e não estariam à espera, que nós fossemos tímidos e portanto, pouco ambiciosos quando se trata de definir as metas do desenvolvimento de Aveiro. Os Aveirenses não querem Aveiro a marcar passo; este Plano e Orçamento acelera o ritmo de investimento e desenvolvimento de todo o Concelho e traduz-se por isso, num significativo aumento.*

*Gostava de sublinhar sectorialmente que o esforço financeiro é de facto maior em termos percentuais em três áreas: na urbanização e na habitação, com cerca de 30%; na cultura, desporto e educação e tempos livres, 15%; e na rede viária, tem 20%. Se mudarmos a agulha e se em vez das incidências percentuais valorizarmos e sublinharmos as grandes apostas materiais deste executivo eu diria que são os sectores da valorização urbana e da rede viária. Aveiro precisa de ter de facto o seu Centro Urbano, requalificado; é necessário termos bons acessos às freguesias.*

*Segundo ponto, é necessário termos habitação social e equipamentos desportivos - há uma verba importante, para a habitação social, e temos grandes projectos desportivos, grandes equipamentos desportivos, de que se ouve falar há uns anos, outros são novos, que ganharam dinâmicas recentemente e que penso que serão do agrado de todos.*

*Finalmente, uma terceira nota distintiva deste Orçamento, é a grande aposta que há na Administração Municipal e na modernização administrativa. Não seremos capazes de levar a cabo os muitos e grandes projectos que temos em carteira, se não tivermos uma máquina administrativa modernizada, eficaz e expedita.*

*E portanto eu diria que são essas as três notas que caracterizam, a tendência geral deste Plano e deste Orçamento.*

*Gostava de discriminar algumas novidades e alguns projectos mais marcantes: Por exemplo; na educação nós vamos afectar quase 80 mil contos para o pré-escolar. É de facto uma nova aposta deste Executivo. Vamos fazer outra coisa, vamos aumentar 10 contos por sala de aula, a delegação de competências para as Juntas de Freguesia; vamos construir os novos Pavilhões nas quatro escolas EB: Oliveirinha, Cacia, Aradas e S. Bernardo. Como sabem há dois que estão escritos em PIDDAC e os outros dois inscrevemos verba neste Orçamento para que as quatro escolas, pudessem começar ao mesmo tempo se assim estiverem de acordo, as autoridades escolares. A nova escola EB 2-3, nas Agradas do Norte; são quatro projectos marcantes, que marcam o ano, marcam a diferença este ano, na área da educação.*

*Na Cultura; é o ano 1999 o início da gestão do Teatro Aveirense, e do pagamento subsequente, porque são várias as tranches que temos que pagar e é portanto o momento maior da nossa Cultura; é também o momento da abertura dos novos Museus Municipais; é o ano em que vamos renovar ou construir os Centros Culturais de Esgueira, de Azurva, de Eixo, de Aradas e de Cacia; é o ano em que vamos criar finalmente a Livraria Municipal; é o ano em que vamos ter um projecto designado “Sensibilisarte”, que visa promover a Arte e a Cultura nas freguesias, é o ano em que vamos começar o milénio e vamos ter as conferências do milénio.*

*Depois vamos ter na Juventude também três realizações importantes: A Casa Municipal de Juventude, vai finalmente ser concretizada; o Boletim Informativo de Juventude, já saiu o primeiro número; e está em curso o Programa Municipal de Apoio à Iniciativa Jovem, são iniciativas, simples, flexíveis, mas muito úteis e do agrado dos nossos jovens.*

*No Desporto vamos fazer coisas muito importantes; reabilitar todos os polidesportivos; avançar com o projecto da Pista de Remo, no Rio Novo do Príncipe; avançar com o projecto do Pavilhão MultiUsos; avançar com o projecto do Estádio Municipal para o Campeonato da Europa; realizar o Campeonato do Mundo de Basquetebol em Aveiro.*

*Na Saúde; vamos construir a Unidade de Saúde de S.ta Joana; vamos concluir a Unidade de Saúde de Oliveirinha; vamos avançar nos estudos relativos à Escola Superior de Saúde.*

*Na Habitação e na Urbanização; vamos investir 570 mil contos em habitação social e vamos distribuir a habitação social, por Cacia, Aradas, S.ta Joana, N.ª. Sr.ª. de Fátima, Nariz, Oliveirinha, Eixo, S. Bernardo, S. Jacinto, Esgueira e Vera Cruz.*

*Fizemos novas opções de planeamento, em vez de termos mais duas dezenas de instrumentos bloqueados, seleccionámos os principais e transformámos os acessórios, em estudos urbanísticos, os principais são: o Plano de Urbanização da Cidade de Aveiro; o Plano da Urbanização da Freguesia de S. Jacinto; o Plano de Pormenor do Centro; os Planos de Pormenor das Zonas Industriais; uma grande atenção que vamos ter aos sistemas de informação geográfica e vamos naturalmente concluir, planos de pormenor que já estavam muito avançados como a revisão do Plano de Pormenor da Baixa de S.to António, a revisão do Plano de Pormenor de Sá-Barrocas; se não me escapa nenhum neste momento.*

*Ao nível da Urbanização vamos concluir a recuperação dos Canais da Ria e vamos avançar para a segunda fase dos Canais Urbanos; vamos construir o Lago da Fonte Nova; vamos no que toca às Sedes da Junta, fazer obras ou concluir obras nas Sedes das Juntas de Oliveirinha, de Aradas, de Cacia, de Eixo, da Vera Cruz e de Eirol. Está lançado o concurso Concessão/Construção para o Parque de Feiras e Exposições; está lançado o concurso para o Pavilhão MultiUsos; está lançado o concurso - 2ª fase, do Eixo Estruturante, e adjudicado a - 1ª fase. Adquirimos com o vosso consentimento na Assembleia, a Quinta da Condessa e a Quinta*

*da Médica.*

*Saneamento e Salubridade; encerrámos a lixeira e temos um novo Aterro intermunicipal a funcionar - finalmente, com óbvios ganhos ambientais; temos o saneamento em toda a Zona Industrial a acabar de ser instalado; vamos apostar também num novo Canil - é uma pequena novidade, mas que não deixa de ser interessante de referir.*

*Ao nível do desenvolvimento económico e abastecimento público; é o ano em que vamos apostar na recuperação do Mercado Manuel Firmino e no da Praça do Peixe; é o ano em que vai finalmente começar a laborar, o Mercado de Santiago; é o ano do novo Parque de Feiras; é o ano do novo Centro de Formação Profissional e da nova Escola Profissional de Comércio; é o ano do Mercado Abastecedor; é o ano da Europa dos Pequenininos.*

*Protecção Civil; é o ano de novas instalações, da aquisição de uma Lancha Rápida, de um novo seguro para os Bombeiros.*

*Mas ainda há mais, Srs. Membros da Assembleia Municipal; ao nível da Comissão e Transportes, vamos avançar com a alameda da Forca Vouga; vamos nivelar todos os cruzamentos da 109; vamos avançar com as Pistas de Bicicletas; vamos construir dois Parques de Estacionamento subterrâneos; vamos avançar com o “Ferry-Boat”; desnivelar a rotunda da Sé e começar os estudos, para desnivelar a do Hospital e resolver o problema da do Oita.*

*Parques e Jardins; vamos arranjar a envolvente do Pavilhão do Galitos, nos próximos meses, vamos recuperar que há muito que está carecido o Parque Municipal D. Pedro V e uma Praia Fluvial em Requeixo.*

*Requalificação e Valorização Urbana; vamos recuperar todas as eclusas: as velhas e as novas que têm que ser construídas; vamos finalmente pedonalizar a Rua Direita e a Praça 14 de Julho; os Parques Infantis começaram a ser instalados.*

*Por fim a Administração Municipal e Modernização Administrativa; vamos entrar em obras nos Paços do Concelho; vamos transferir-nos em Janeiro (tenho uma velinha acesa), para os novos Armazéns Gerais; vamos renovar a frota automóvel do Município, que está bem precisada disso, bem como o parque de máquinas; vamos alterar e aprovar com o vosso acordo o novo Quadro de Pessoal e o Organigrama.*

*É um conjunto de facto, de obras e de objectivos muito ambicioso. Implicam, estamos bem cientes disso, riscos, implicam despesas de investimento muito avultadas e também um ajustamento de despesas correntes e por isso chegamos a valores, que podem ser surpreendentes, mas que de facto atingem 12 milhões, 477 mil contos, o que significa um aumento de 3 milhões, 218 mil contos, em relação ao de 1998 corrigido. É um aumento muito importante, mas é um aumento que julgamos fundado em estimativas que são verosímeis e bem sólidas. Temos por exemplo, ao nível das Receitas Correntes, 850 mil contos para a Derrama; 1 milhão e 200 mil contos para a SISA; 1 milhão para a Autárquica; obras e loteamentos 440 mil contos; resíduos sólidos, 120 mil contos; Fundo Geral Municipal, 826 mil contos; a acrescer a isso venda de terrenos e de bens de investimento, 3 milhões, 341 mil contos; Receitas Extraordinárias 2 milhões, 566 mil contos; Fundo Geral Municipal, parte capital, 550 mil contos.*

*Do lado das Despesas agora; as Juntas de Freguesia recebem este ano um importante aumento, apesar de nada na lei o impor. A Câmara decidiu continuar a transferir, os 10% equivalentes ao Fundo Geral Municipal corrente, isto é, cerca de 82 mil contos, quando à face da lei, nada implicaria que isso fosse feito. Entendemos porém, que não obstante o fundo financeiro das freguesias, conceder receitas directas para as freguesias e poder haver delegação de competências, que era uma forma de concedermos maiores disponibilidades às freguesias e portanto, decidimos manter não apenas os 5% que em tempo recuado eram atribuídos na altura do antigo FEF, mas além disso, mais 5%, ou seja, 10% do actual Fundo Geral Municipal, vão continuar a ser transferidos.*

*Eu posso explicar ainda melhor: o que acontece é que o novo Fundo Geral Municipal, é*

*equivalente a 15% do ex-FEF e portanto, como é igual a 15%, se se quisesse manter o mesmo nível, bastaria mantermos agora uma transferência de 5%, mas não, a Câmara de Aveiro decidiu manter os 10% que já mantinha no regime anterior. Bom, penso que está claro agora. Além disso as freguesias, vão receber ainda a título de delegação de competências mais 65 mil e 500 contos, o que perfaz cerca de 147 mil contos, o que a acrescentar aos 130 mil contos que o Executivo vai fazer em arruamentos nas Freguesias Rurais, totaliza a bonita verba de 277 mil contos, que é um esforço financeiro muito interessante e que eu penso que as freguesias irão bem utilizar.*

*Este Plano, é pois um Plano que está recheado de coisas boas, objectivos ambiciosos, vontade de levar Aveiro para a frente e espero, que receba a vossa aprovação.*

*Antecipadamente, gostava de pedir a vossa indulgência para algumas gralhas, que apesar de tudo, passaram. Foi atempadamente distribuído já uma corrigenda, ainda detectei umas páginas cuja sequência não está na ordem, peço-vos desculpa, foi muito exigido aos nossos serviços naqueles dias; e eu que tenho a responsabilidade de rever tudo e escapou-me de facto essa falta de ordem nas páginas. Mas penso que são pequenas coisas, que não deslustram apesar de tudo as muito boas propostas de fundo, que este documento apresenta. Espero além disso também para o ano, que a Modernização Administrativa nos permita dispor a todos de um documento com uma leitura mais fácil, uma apresentação mais atractiva, que torne a análise que todos temos que fazer, bastante mais simples. Muito obrigado.”*

**Vogal Filipe Brandão:**

*“Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Vogais, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores. Serei particularmente sucinto, sem prejuízo de ainda quanto a este tema voltar a intervir à posteriori. Sobre este Plano de Actividades e Orçamento, que hoje nos é sujeito, se uma palavra houvesse, a meu ver, que o pudesse classificar, essa palavra seria - inconformismo.*

*De facto, decorre, perpassa, ao longo de todo este documento, uma vontade de fazer e uma capacidade de o querer; uma ambição que há longos anos estava arredada do Executivo Municipal. Para quem, como nós, há alguns anos vimos frequentando estas Assembleias, de há muito que se não via uma tamanha capacidade de querer, uma vontade de fazer.*

*Penso que este Executivo, com este Plano que hoje nos submete à apreciação, cria as condições para que de uma forma, não direi definitiva, mas de uma forma pelo menos determinante, se possa dizer que Aveiro, vê finalmente inflectido um processo de desvalorização periférica a que durante anos, fomos sujeitos.*

*É evidente e todos nós vamos sentindo o pulsar nacional, a todos nós vão chegando ecos do que se pensa e do que se faz em Aveiro; e é manifesto que Aveiro, se vem afirmando como um pólo de afirmação regional e isso de modo incontroverso desde a tomada de posse deste novo executivo.*

*E há vários pormenores comezinhos que eu poderia citar, cuja importância no todo deste plano é diminuta, mas que traduzem bem aquilo que eu pretendo dizer. Todos aqueles que nesta Assembleia transitaram em relação ao mandato anterior, há um pormenor que obviamente lhes não passa despercebido porque sistematicamente era apresentado; e refiro-me, e o Sr. Presidente referiu ainda há pouco; ao Teatro Aveirense.*

*O Teatro Aveirense acabou por ser quase um pormenor pitoresco em todos os Planos de Actividade, do anterior mandato. Portanto quatro anos; quatro Planos de Actividade. Em todos eles foi inscrita a verba para a aquisição do Teatro Aveirense; e nós ano após ano, íamos sorrindo porque é evidente que essa verba lá estava, o Plano era votado, era aprovado e o Teatro Aveirense, já mais foi adquirido, nem esteve sequer prestes a sê-lo.*

*É evidente que o mérito, a quem o tem; este Executivo resolveu de imediato essa questão.*

*... Ó Sr. Diogo Machado! É verdade que adoptou um projecto, mas eu digo-lhe com toda a transparência ... concretizou e adoptou, mas a verdade é essa! Mas aquilo que eu friso, porque*

*muitas vezes referimo-nos, e estou a referir-me directamente ao Plano Director Municipal ou ao Plano Estratégico; aquilo que distingue esta Câmara, aquilo que distingue esta Presidência, da anterior Câmara e da anterior Presidência; é que esta Câmara faz! A outra de facto tinha boas intenções; mas de facto todos nós tínhamos consciência que lhe faltava determinação de fazer. Por várias questões; aliás o eleitorado já as apreciou, não seria elegante da minha parte voltar a repisar essas questões - elas já foram apreciadas no foro próprio; mas é este inconformismo, é esta ambição que há anos estava arredada de Aveiro, que nós gostosamente reconhecemos neste plano; que nós, bancada do Partido Socialista, de forma entusiasta o aplaudimos; há uma fortíssima percentagem de investimento, de despesas de investimento, cujos frutos obviamente, todos nós beneficiaremos nos anos vindouros.*

*Talvez V.Exa, Sr. Presidente, por uma questão de passar por não ser alvo de tantas críticas, quanto à ambição que manifestou, ao apresentar um Plano e um Orçamento de 12 biliões e meio de escudos, talvez se V.Exa tivesse escrito 62 milhões de Euros, a coisa tivesse passado com menos celeuma, mas de facto, a própria circunstância de um montante deste Plano ter suscitado a estupefacção de muitos interlocutores políticos deste Conselho, demonstra “ipso facto”, como normalmente o Sr. Salavessa pede logo a tradução a seguir: - por esse próprio facto; demonstra por esse próprio facto que esta Câmara veio para fazer, que esta Câmara vai fazer; e só surpreende porque de facto muito pouca gente, nós não, mas muito pouca gente, esperaria que esta Câmara fosse fazer tanto e quisesse fazer tanto. Muito obrigado.”*

Vogal Rogério Madaíl:

*“Sr. Presidente, não sei se será possível, já tinha solicitado isso na anterior reunião, fazer a projecção de alguns acetatos?”*

Presidente da Mesa:

*“A Mesa ponderou sobre isso e por maioria, entendeu que esta sala não reúne condições para que isso se possa fazer, em termos formais, isto é, com a Sessão Aberta. Não há objecção em que se suspendam os trabalhos e se faça uma projecção informal, isto porque, como o placar está ali, a Câmara tinha que se pôr de esquelha e eu correria o risco de um torcicolo, coisa que já não é muito própria para a minha situação. E portanto, o equipamento está aí, poderemos ir andando, V.Exa. fará como entender, mas expor em termos de Sessão Aberta, com iluminuras, não parece cordial - pelo menos enquanto nos mantivermos neste sítio.*

*Penso que é uma modernidade, acho bem, poderemos suspender os trabalhos, pelo tempo que for pretendido e nessa altura, não há a preterição da formalidade aparente da Sessão.*

*V.Exa o dirá, se quiser fazer a sua intervenção sem os acetatos e depois poderá ilustrar desta maneira que lhe digo: agora ou daqui a um bocado ou depois de jantar.*

*Esta decisão da Mesa tem antecedentes, porque já uma vez o Presidente da Câmara quis fazer uma projecção e foi exactamente assim que se fez e por estas mesmas razões.”*

Vogal Rogério Madaíl:

*“O elevado número de pontos que vou focar, como vão ver, torna-se muito mais interessante com a projecção, porque suporta o que se diz. Mas de qualquer maneira não tenho problemas nenhuns ... era no só sentido de clarificar ...”*

Vogal Britaldo Rodrigues:

*“Sr. Presidente, desculpe, mas dada a situação, se me permite, em nome da bancada do PSD, quero recorrer para a Assembleia, da decisão da Mesa, fundamentando-me na seguinte: o que o Dr. Rogério Madaíl propõe, é apenas capacitar todas as pessoas aqui presentes a compreenderem melhor a argumentação que será produzida. O que se pretende, única e simplesmente, é esclarecer melhor todas as pessoas que aqui estão presentes da nossa*

*fundamentação.”*

Presidente da Mesa:

*“Já entendemos, mas V.Exa desculpar-me-á, mas eu não vou ver a projecção de acetatos de esguelha. E portanto, ou se faz como eu disse, ou se circularão (vou aprovar o seu recurso), fotocópias (não serão a cores, já não há tempo de mandar tirar fotocópias a cores). Mas se o Sr. Dr. Rogério Madaíl, quiser sustar a sua intervenção para esse momento informal e fazê-la de todo o modo e dá-la depois por reproduzida, fará; agora o Sr. Dr. Britaldo Rodrigues, há-de convir que esta sala não tem condições para isso.”*

Vogal Britaldo Rodrigues:

*“Não! Discordo. Acho que tem condições para isso.”*

Presidente da Mesa:

*“Acha que tem? Então V. Exa há-de-me explicar como é que eu vejo a projecção ali sentado onde estou?”*

Vogal Britaldo Rodrigues:

*“Não será com certeza por uma hipótese de movimentação de alguns metros para este lado. Por favor, sente-se no meu lugar que eu não me importo nada de ficar de pé ...”*

Presidente da Mesa:

*“Mas eu importo-me! Porque eu sou a favor de uma dignidade formal da Assembleia, que dessa maneira seria preterida; e o mesmo, não é da Mesa - o mesmo se diz da Câmara, é evidente: terá que mudar toda para o lado de lá da bancada etc., eu terei que ficar de costas para V.Exa, que é uma coisa que só em última análise gostaria de acontecer.”*

Vogal Diogo Soares Machado:

*“Sr. Presidente muito rapidamente, sobre este pequeno incidente, para em primeiro lugar entender que sai mais prejudicada e permita-me discordar de V.Exa, sai mais prejudicada a dignidade formal, desta Assembleia, quando há uma bancada aqui representada, que prepara todo um trabalho de apreciação, discussão, de um Plano de Actividades, baseando-se em determinados elementos e esse é um trabalho, que tem que ter direito a uma apresentação formal, dizia eu, sai mais prejudicada essa apresentação formal, no meu entender e no nosso entender, se se interromper os trabalhos, para em amena cavaqueira discutir uns acetatos. Essa sim, é que é prejudicar formalmente, no nosso entender, o decorrer dos trabalhos da Assembleia, uma vez que talvez pela primeira vez, tenho o grato prazer de constatar, que houve uma bancada que fundamenta a sua tese de discussão de um Plano de Actividades e Orçamento, tão ambicioso como este, em algo mais do que apenas “vomitar” números. Nós pela nossa parte, não o fizemos; pela nossa parte aquilo que entendemos é suportar o pedido da Bancada do PSD, em recorrer da decisão da Mesa para o plenário da Assembleia e então sim, o plenário da Assembleia votar e decidir, se sim ou não, serão projectados os acetatos; seja de esguelha, seja de canto, seja naquela parede, seja onde for. O plenário da Assembleia neste momento, penso que pode ser soberano sem desrespeitar a opinião da Mesa. Peço à Mesa, que pelas intervenções que aqui foram produzidas acerca deste ponto, não desrespeite aquilo que se calhar é o sentimento da maioria desta Assembleia Municipal.”*

Presidente da Mesa:

*“Não, não há problema nenhum de desrespeito, nem isto é uma questão de honra essencial. Tudo o que eu tinha a dizer sobre isto, está dito. V.Exas decidirão; há um recurso pendente.”*

Vogal António Salavessa:

*“Eu não tinha até hoje o entendimento de que as comunicações dos Membros da Assembleia, à Assembleia, pudessem ser baseadas com o recurso a métodos audiovisuais.*

*Uma proposta deveras aliciante; entendo que se pode evoluir na assimilação por parte dos restantes Membros da Assembleia daquilo que se tem a propôr. O que pedia Sr. Presidente, é que houvesse um principio de equidade - é que então se suspendam os trabalhos por tempo suficiente, para que outras bancadas possam proceder a um tratamento idêntico dos números, e também fazer a sua apresentação audiovisual a cores.”*

Presidente da Mesa:

*“Penso que é uma pretensão injusta, porque isso desvaloriza a inovação, banaliza a inovação e os mais passivos e menos imaginosos, reclamam uma igualdade a que não têm direito.”*

Vogal Britaldo Rodrigues:

*“Ó Sr. Presidente, eu creio que há uma solução para a formalidade da apresentação, sem ter V.Exa de se voltar para trás e poder vir a sofrer de algum torcicolo, o que é desagradável, e não perder a formalidade de estar sentado nessa cadeira. Eu proporia que a projecção se faça contra esta parede (que está nas minhas costas), que nós, os desta bancada, não nos importamos de nos voltar para trás.”*

Presidente da Mesa:

*“Certo. Não sei se isso tecnicamente é possível; de qualquer maneira, se o Dr. Rogério Madaíl... não vou sequer pôr à votação, porque aparentemente a tese da Mesa está vencida, fica vencida, aliás, foi por maioria, não foi por unanimidade.*

*A pergunta então é outra: se o Sr. Dr. Rogério Madaíl quer intervir já, ou guarda-se para depois do jantar?”*

Vogal Rogério Madaíl:

*“Não faz sentido apresentar diapositivos a “seco” ...”*

Presidente da Mesa:

*“Fica então inscrito como primeiro orador depois do intervalo para jantar: Peço-lhe que se confine às “Sandwichs” e ficar com os funcionários, não para montar o sistema, mas para escolher o sitio e ver se funciona, dentro dessa ideia, de que essa vossa bancada mudaria de acento, isto é, as vossas cadeiras passariam para o lado de cá das mesas - ficam de costas para a Mesa. O Deputado António Salavessa, a sua sugestão implicaria que não trabalhássemos mais hoje, porque eu sei que o Partido Comunista funciona rapidamente, tem belas equipas nomeadamente, de artes gráficas; mas não é pensável que possa apresentar aqui os seus mapas ainda hoje e portanto, peço-lhe que se modernize, mas só para a próxima Sessão.”*

Vogal Diogo Soares Machado:

*“Sr. Presidente, dá-me licença? Isto é também para não se prejudicar a formalidade da discussão e porque provavelmente cada orador terá escolhido, digamos que o seu timing de inscrição e porque eu considero sendo o meu timing escolhido por mim, é o timing que me permite avaliar melhor as intervenções anteriores e tal, ou lançar propostas anteriores para a Mesa, eu também entendo que se vamos aproveitar o intervalo para jantar, para montar o aparelho e não prejudicando o timing escolhido, porventura pelo Dr. Rogério Madaíl, se calhar poderíamos antecipar vinte minutos ou meia hora, o intervalo para jantar e não alterávamos a ordem da discussão, porque se calhar essa não é a intenção, nem do Dr. Madaíl, nem da Mesa.”*

Presidente da Mesa:

*“Já agora o que acontece, estamos nos Britanismos, e em matéria de timing, a cozinha da Câmara também tem o seu timing.*

Vogal António Salavessa:

*“O Sr. Presidente da Câmara, enunciou aqui um conjunto de obras e acções, que propõe para Aveiro. Ora, quem é que não está ou quem é que não estaria de acordo com o conjunto de objectivos que traçou ou com outros que estão descritos no Plano, que nem sequer referiu.*

*Ora, o espírito que provavelmente irá existir na Europa dos Pequenitos, é o espírito que passeia um pouco por este Orçamento Municipal. É um espírito de irrealidade, é um espírito de fantasia. E começo pelo Orçamento, porque o Orçamento é aquilo que deve sustentar o Plano de Actividades para o próximo ano. Não pode haver nenhum Plano sério, fiável, se não tiver por trás, um Orçamento minimamente realista. E este Orçamento, não é um Orçamento ambicioso; porque um Orçamento ambicioso será aquele que pode com muito esforço e determinação, ser atingido. Um Orçamento de fantasia, um Orçamento de ilusão, não é um Orçamento ambicioso - antes pelo contrário.*

*O Sr. Presidente disse há pouco, que vai existir um esforço financeiro considerável; é verdade no papel. Mas o que é que nos está a propor o Presidente da Câmara e a Câmara: estão a propor-nos ou a dizer-nos, que vai haver um aumento de 3 milhões, em relação ao Plano anterior, o que a acontecer, já seria de si extraordinário. Mas o que acontece, Srs. Deputados, é que o Plano anterior já era ele mesmo uma ficção; trata-se de uma ficção, acima de outra ficção.*

*Proponho então, um exercício diferente: em vez de falarmos de planos e de orçamentos no que diz respeito ao passado, falemos de contas, para as compararmos com este Plano e Orçamento. O Sr. Presidente e o Executivo da Câmara, dizem-nos: vamos arrecadar e gastar, quase 12,5 milhões de contos, ou seja, dos quais 5,6 milhões de contos, números redondos, são de receitas correntes.*

*Ora, vamos debruçar-nos um pouco sobre isto.*

*Nós temos presente, arrumadas, as contas de 1997; não temos as contas de 1998. Mas as contas de 1997, são uma referência sólida para esta análise. E o que é que nos dizem as contas de 97? É que foram arrecadados nesse ano: 1,7 milhões de contos em impostos directos do Município; 1,7 milhões. O Sr. Presidente, está a dizer-nos que passados dois anos, estes 1,7 milhões de contos em impostos directos, vão passar para 3,1 milhões de contos, ou seja, que entre o que efectivamente foi realizado em 97 e o que se propõe para 99, se aumenta 81%, em impostos directos. 618 mil contos, para 1 milhão em impostos indirectos. Ora logo aqui se vê, que de facto a realidade aponta, mesmo dando de desbarato o aumento destas duas receitas, que haja aqui um fosso de 1 milhão de contos, mais coisa menos coisa, entre aquilo que é previsível arrecadar com estas rubricas e aquilo que a Câmara nos está a dizer que vai arrecadar.*

*E a fantasia continua; continua por exemplo, quando nos propõe o tal valor global de receitas correntes de 5,6 milhões de contos, quando em 97 essas receitas foram de 3 milhões de contos. E na sua Comunicação, Sr. Presidente, diz-nos que as receitas correntes de 1998 atingiram no final de Novembro 3,3 ou 3,4 milhões de contos. Ora o que o Sr. Presidente nos diz: é que apesar de neste final de ano, estarmos com 3,3 milhões de contos, vamos pôr mais 400 mil em cima? Estamos com 3,6; 3,7 milhões de contos de receitas correntes finais arrecadadas, que no próximo ano vamos aumentar, quase 2 milhões de contos.*

*Isto é impossível! Isto é uma fantasia! A realidade destes números, é absurda tanto mais já disse esta comparação. De qualquer forma, chamo à atenção da Assembleia, para algumas realidades: a Câmara propõe como disse uma passagem dos impostos directos, de 129 para 207 mil contos; propõe a passagem das taxas, multas e penalidades, de 144 mil contos efectivamente*

cobrados em 1997, para 790 mil contos em 1999, ou seja, aquilo que os municípios pagaram a título de taxa, multas e penalidades, foi 144 mil contos e está a propor-se para o próximo ano - 790 mil contos. Quer dizer, além de ser provavelmente irrealista, o que é um facto, é que há um esforço financeiro que se vai procurar ir buscar ao bolso dos contribuintes, ao bolso dos municípios, e com uma dimensão com que se fosse verdade, nós não poderíamos estar de acordo. Não é verdade que possa atingir este montante, porque há taxas que não dependem da Câmara, há taxas que dependem da evolução da SISA; dependem da taxa da Contribuição Autárquica, cujo valor foi corrigido na última Assembleia Municipal. Mas atenção: aqui por vias deste Orçamento, está a falar-se em impostos novos; está a falar-se em taxas novas. A Câmara está a propor, por via do Orçamento que passe a existir uma taxa que não existe no Concelho; que é a taxa pelos Resíduos Sólidos. Portanto, está a propor encaixar no próximo ano, 140 mil contos, de uma taxa que esta Assembleia ainda não determinou; o que, podendo ser intenção da Câmara, não passa de mera intenção política, enquanto a Assembleia não deliberar acerca do Regulamento de Resíduos Sólidos Urbanos, que contemple eventualmente essa taxa. E desde já o digo, que votaremos contra esta taxa, neste quadro financeiro que actualmente existe no Município, no quadro da realidade municipal que nós temos.

Proponho Sr. Presidente, que haja um aumento (há alguns aumentos também significativos), mas em termos percentuais, mas que em termos do seu valor global não é assim tão grande. Mas dizer que vai passar a venda de Serviços de 260 mil, para 480 mil contos, parece-me exagerado e acima de tudo, parece-me exagerado a tal previsão optimista de 3 milhões de contos, com a venda de terrenos.

É verdade que em 1997, a venda de terrenos produziu um encaixe de 847 mil contos; no ano passado, não temos aqui as contas - não sabemos quanto é. O Sr. Presidente, apresentou-nos um elenco de terrenos e de propriedades, que em teoria possibilitam esse encaixe. Entretanto a experiência já nos disse repetidamente que aquilo que é objectivo vender num determinado ano, não é vendido integralmente nesse ano. Provavelmente, grande parte destes três milhões, não serão vendidos este ano. E eu pergunto-me, se será correcto gastar num único ano, este património municipal de 3 milhões de contos, para equilibrar as contas de um único ano de mandato. Esta é que é também uma questão que se coloca, à reflexão.

Eu não acredito que seja realizado, mas se o fosse, tinha sérias dúvidas que o pudesse ser.

Há ainda um empréstimo de 400 mil contos, que necessitava que fosse explicado, porque ainda há pouco votámos empréstimos, penso que já estão realizados e estando realizados, é um salto grande, estes 400 mil contos no endividamento.

Passando, à outra parte; à maneira como é gasta. É evidente que dentro daquilo que é gasto, continua a haver aberrações vindas do passado, mas que se continuam a agravar. Os encargos com os Serviços de Higiene e Limpeza, vão dar mais um salto enorme no próximo ano. E se é verdade, que nas receitas eu não acredito que grande parte delas se venham a concretizar, o mais que certo é que algumas despesas correntes, como é o caso dos Serviços de Limpeza, aquilo que está previsto seja efectivamente aquilo que se vai, gastar; ou eventualmente mais, em alguns casos. Não digo neste caso, porque as despesas são previsíveis; mas neste caso é um salto enorme.

O Município gastou com os Serviços Municipais de Higiene e Limpeza em 97, 382 mil contos; propõe-se gastar no próximo ano 883 mil contos, portanto, mais do dobro do que foi gasto no ano civil de 1997. É um salto enorme.

Poderão dizer: mas vem aí a ERSUC. É verdade! A ERSUC contribui para este aumento, com mais 120 mil contos. Admito que os gastos com a ERSUC, podendo ser discutíveis no seu montante, são gastos que correspondem também ao desaparecimento de gasto municipal na manutenção do sistema, no combustível das máquinas de terraplanagem, no pessoal; admito que haja uma contrapartida, mas não é aí que está o busílis. O busílis continua a estar na concessão feita ao consórcio Mota & Companhia, que de 250 mil contos há dois anos, no ano civil de

1997, se propõe agora receber e a Câmara propõe-se pagar 414 mil contos. Portanto, é um salto, mais uma vez, mais que exagerado, violento e que não tem justificação.

*Precisávamos de saber Sr. Presidente: porque é que o Município não tem Fundo de Coesão? Se essa situação, é aceite de uma forma pacífica pela Câmara Municipal; de ser considerada naquele conjunto de Municípios que têm os seus problemas resolvidos, quando nós sabemos que há enormes problemas ainda por resolver, neste Concelho.*

*Assim, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Nós entendemos que não sendo possível concretizar, conforme procurei demonstrar, uma parte significativa das receitas, não faz sentido estar a discutir a bondade do conjunto dos projectos, porque haverá certamente um conjunto significativo de projectos que não terá concretização e que infelizmente, a tendência será para que as despesas correntes, venham a ocupar uma fatia cada vez maior do Orçamento do Município, em detrimento do investimento.*

*Por muitas flores que se possam fazer, com o investimento do Poder Central e com a ajuda do Poder Central, à actividade do Município, há realidades que não podem ser ignoradas e que têm que ter resposta. Parece-nos particularmente preocupante a perspectiva de agravamento de encargos que os munícipes tenham que fazer, se for para a frente esta perspectiva de taxas, licenças e lançamento de novas taxas durante o próximo mandado. Preocupa-nos sobremaneira e pensamos que como grande questão política e de desenvolvimento, continua por resolver; a questão do saneamento.*

*A questão do saneamento, precisa de uma resposta diferente. Deveriam ser encontrados no Orçamento Municipal sítios ou locais, verbas, que fossem eventualmente reduzidas, por forma a ter uma disponibilidade maior, para investir neste Sector. E penso que é aqui também, neste Sector, aliás, pensamos no PCP, que o Governo Central deveria fazer um esforço, grande, não só em relação ao Município de Aveiro, mas em relação ao conjunto dos municípios do Distrito, em que as situações estão particularmente atrasadas na cobertura do saneamento.*

*Não faz sentido, estar a construir-se o sistema de efluentes da SIMRia, quando grande parte dos resíduos são canalizados não para ETAR's, mas para os rios que ainda correm por este Distrito. E a Câmara de Aveiro, tendo problemas neste Sector, deveria assumir-se e com a capacidade de contactos que parece ter junto do Poder Central, deveria assumir-se como porta voz desta ideia, de exigência junto do Poder Central, de um programa extraordinário, para a resolução dos problemas do saneamento, no Distrito de Aveiro. Tenho dito.”*

Vogal Jorge Nascimento:

*“Se o valor do Executivo se medisse pela dimensão em cifra dos Planos de Actividades e dos Orçamentos, então seria fácil ser poder e agradar aos eleitores. Não é assim! Realmente assim não é, nem pode ser. Quer dizer, tem de haver o mínimo de realismo naquilo que se projecta e o Plano de Actividades não é mais do que o projecto para um ano.*

*Naturalmente condicionado pelo volume das receitas, nenhuma obra se pode fazer sem ter a contra partida de um ingresso de dinheiros que possam prevenir a esses gastos.*

*Então já aqui em brilhante exposição, foi exaustivamente, a meu ver, quase exaustivamente, feita uma análise de qual foi a atitude deste Município. Não é difícil concluir que este Executivo caminhou para a possibilidade de trazer ao eleitorado que lhe deu a vitória nestas eleições, a ideia que está aqui a modificação, os Planos de Actividades anteriores apontavam um gasto de cerca de 7,5 milhões de contos; nós temos hoje 12 milhões de contos, isto é, à volta de 4 milhões de contos, simplesmente depois para fazer este gasto em obras, atirou-se a imaginar onde iria buscar as receitas.*

*Foi aqui muito bem dito e é verdade que não é possível a este executivo aumentar o valor das receitas derivadas dos impostos directos e dos impostos indirectos, porque realmente isso não depende deste executivo. Poderá depender (neste ano não), poderá depender daqui a uns anos,*

*quando o executivo (se conseguir), ser motor de desenvolvimento, gerar uma dinâmica negocial e então sim. Mas, não é o Plano - oxalá isso acontecesse!*

*Não é o Plano para daqui a 5 anos que nós hoje estamos aqui a analisar, mas o Plano para o próximo ano, concreto, que se iniciou agora, ano de 1999.*

*Já aqui foi dito e bem, que um dado iniludível pelo qual este executivo poderia pautar a possibilidade de obter receitas, seriam as contas dos anos anteriores. E realmente as contas dos anos anteriores, nem de longe, nem de perto, apontam para que este Executivo possa reunir receitas que lhe possibilitem um gasto de 12 milhões e 500 mil contos.*

*Ora, “sem sangue não se fazem morcelas” e se assim é a montra o que fará o armazém, o que se passa é isto: nós ao estarmos agora a analisar este documento, poderemos estar da mesma maneira a pensar que o Executivo nos propôs um gasto de 60 milhões de contos, 100 milhões de contos, quando afinal, este Executivo não vai ter possibilidade seguramente de gastar ou quase seguramente, de gastar 5 a 6 milhões de contos, essa é a realidade.*

*Também me preocupou ao ler este Orçamento de receitas, quando a Câmara sem se saber como, busca ou procura ou demonstra, arranjar receitas de cerca de 800 mil contos, que não é mais do que multiplicar por sete os valores anteriores: a receita das penalizações; Taxas e Multas. A meu ver e com todo o respeito que o Executivo merece e as pessoas que o integram, isto é mera gratuidade; não está anunciada qualquer política de onde esse valor resulte.*

*Depois aqui nas receitas de capital vemos que o Executivo não nos dá (penso que não nos trouxe e haveria tempo também já de trazer isso, que já foi questão), penso que não trouxe, não sei se estou a fazer alguma afirmação que não seja verdadeira; a lista do património que o Executivo tem, para nós sabermos onde vai arranjar os 3 milhões e 50 mil contos, de receita pela venda de terrenos. Mas a ser verdade, isto faz-me ocorrer ou faz-me trazer ao pensamento, quando aqui o Executivo anterior foi apodado de ter deixado não sei quantas dividas; penso que S.Exa o Sr. Presidente da Câmara, teria tido uma oportunidade soberana, agora, para dizer que o Executivo que lhe deixou porventura aquelas dividas, que pelos vistos não eram de montante tão elevado, é agora ou foi o granjeador deste património, que permitiria a este Executivo realizar 3 milhões e 50 mil contos, porque ao que me é dado saber, este Executivo ainda não adquiriu património de tamanha montra.*

*Há pouco quando falava - se assim é a montra, que fará o armazém; eu tenho bem presente que este Executivo já vai com um ano de mandato. E ao longo deste ano, se nós verificarmos aquilo que para a Cidade de Aveiro e em termos de beneficiar a vivência dos Cidadãos, que é para isso que é razão de ser de toda e qualquer política autárquica, o que fez este Executivo? Eu penso que em grande parte foi, reiterar e aproveitar Planos que já existiam do Executivo anterior. Prevaler-se de alguma dinâmica do ponto de vista da modernização, digamos, do Comércio derivado deste Centro do Còjo, deste empreendimento que aqui foi realizado não pelo ... o que veio de facto gerar uma dinâmica interna, à melhoria do Comércio, ao refinar do estabelecimento, dando assim, um ar de progresso. Beneficiou, se não se apropria, digamos, se não faz com falta de seriedade - que não é o caso; o que é facto, é que o Executivo beneficia destas condições objectivas, que são afinal a circunstancia em que se movimenta. Se alguma coisa este Executivo nos trouxe, mas seguramente, não sei se isso terá sido para o bem estar do Cidadão Aveirense, é um séquito de pessoas, do Poder Central, continuamente a passearem-se por esta Cidade, isso é bem certo. Se realmente daí vier algum benefício, que seja aproveitado.*

*Mas realmente, a montra deste último ano, deste ano de gestão, que foi afinal o primeiro deste Poder, a meu ver, não inspira que lhe possamos dar um crédito de absoluta confiança. Não fez mais do que os Executivos anteriores, vinham fazendo, ao longo de 20 anos de Poder, com o desgaste que a rotina implica, antes e pelo contrário, assumiu o procedimento, reiterou o procedimento do que vinha que não era mau, era bom; mas esperava-se para poder novo, com sangue na gueltra, outro dinamismo, outra velocidade para o progresso de Aveiro.*

*Penso que este Executivo, além do que faz constar dos seus Planos de Actividade, deveria ele*

*próprio ser um motor da dinâmica privada. Há muita coisa que se pode fazer, com a iniciativa da Câmara, do Executivo e do Município, através dos particulares. É uma deixa que coloco. Portanto, sendo irreais as receitas, não há dúvida nenhuma que não tem grande sentido, estarmos a ver aquilo que vamos fazer, com o dinheiro que não vamos ter. Portanto, estamos a trabalhar realmente sobre um dado falso; estarmos aqui a ver realmente o que vamos fazer com o dinheiro que não temos, é realmente uma coisa do mais absoluto irrealismo. É a mesma coisa que agora imaginar-me e pôr na minha agenda, comprar aí um “Roll Royce” quando é certo, que eu já sei que não posso comprá-lo, porque não tenho meios para o efeito - passo a imagem.”*

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa interrompeu os trabalhos, ao qual se seguiu um intervalo para jantar.

## 2.ª PARTE

Pelas 22:00 horas reiniciaram-se os trabalhos, presididos pelo Presidente da Assembleia, Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, secretariado pelo Segundo Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos, na qualidade de Primeiro Secretário e pelo vogal António Sousa Dinis Correia, como Segundo Secretário, e com a presença dos seguintes Vogais: Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Raúl Ventura Martins, José Augusto Fernandes Júnior, Álvaro Patrício do Bem, Pedro Machado Pires da Rosa, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Fernando Cardoso Leitão Miranda, Manuel Júlio Braga Alves, João Alberto Simões Barbosa, Britaldo Normando de Oliveira Rodrigues, Jorge Carvalho Arroiteia, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, Rogério Mário Madaíl da Silva, António Manuel Gonçalves Pinho Vinagre, Lucas Amaro Rodrigues, Fernando Vieira Ferreira, Armando Manuel Dinis Vieira, Victor Manuel da Silva Martins, Joaquim António Gaspar Melo Albino, Luís Miguel Capão Filipe, João José Ferreira da Maia, Dinis Marques, Joaquim dos Santos Abreu, Manuel Arede de Jesus e Manuel Branco Pontes.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dos Vogais: Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga, Libério da Silva Santos, Henrique Manuel Morais Diz, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Manuel Simões Madaíl e Élio Manuel Delgado da Maia.

Retomados os trabalhos o Sr. Presidente da Mesa deu continuidade à ordem de trabalhos prevista para esta Sessão.

Vogal Rogério Madaíl:

*“Muito obrigado Sr. Presidente. Estamos hoje a apreciar o 1º Plano de Actividades e Orçamento da responsabilidade do actual Executivo Camarário, que deveria explicitar as linhas estratégicas orientadoras do plano de acções e traduzir as preocupações de reestruturação financeira do Município, que tão insistentemente tem sido anunciada pelo Sr. Presidente da Câmara desde o início do seu mandato.*

*Antes de entrar na análise do orçamento não quero deixar de realçar dois aspectos fundamentais que, em nosso entender, devem nortear a Gestão de um Município e consequentemente o planeamento das suas actividades e a sua quantificação: Por um lado, o Plano de Actividades e o Orçamento devem ter em conta que os recursos são escassos, e como tal, devem respeitar os princípios de eficácia e economicidade, por forma a aumentar o valor do dinheiro. Há que “fazer mais com o mínimo dinheiro”, planeando com rigor e gerindo com eficiência e por outro lado procurar aumentar os recursos financeiros sem penalizar em*

*demasiado o “bolso” dos munícipes.*

*É necessário ter ainda em conta que ao dever de um Executivo, de executar o maior número de obras possível, deve contrapor-se a obrigação de não comprometer a capacidade financeira futura do Município.*

*Por isso, um Plano e um Orçamento deve ser rigoroso, realista e incentivar a eficiência na acção prática. Planear e orçar desmesuradamente, sem acautelar uma estrutura organizacional dimensionada e preparada para o efeito, pode ter duas consequências: ou o seu grau de execução ficará muito aquém do que foi previsto ou a sua execução pode não corresponder a uma melhor utilização dos recursos. É necessário não esquecer que uma das formas de evitar a definição pormenorizada de prioridades é orçar por cima.*

*Por outro lado, um Plano de Actividades e um Orçamento de um Município deve ter em conta a primazia dos aspectos sociais e do bem estar dos seus munícipes. Por isso, se criar condições de envolvência estética é importante (como é o caso da construção do lago junto ao Centro Cultural), não menos importante são os investimentos em infra-estruturas, nomeadamente zonas industriais, que permitam a fixação de empresas, que vão criar condições para a criação de emprego e mais tarde através dos impostos e taxas, aumentar as receitas do Município. Isto para não citar os investimentos fundamentais nas áreas da habitação, saúde e educação.*

*Em termos metodológicos e de análise de conteúdo pretendemos ainda salientar dois aspectos: Existem dois Orçamentos parcelares que integram a estrutura do Orçamento de um Município, que devem ter filosofias de gestão diferentes: o orçamento das despesas e receitas correntes e o orçamento de despesas e receitas de capital.*

*As receitas correntes têm como objectivo prioritário financiar as despesas correntes destinando-se o excedente do orçamento corrente a financiar supletivamente o orçamento de capital.*

*Por isso, um Executivo deve racionalizar o crescimento das despesas correntes em limites aceitáveis, nomeadamente as despesas de funcionamento - como seja, as despesas com o pessoal e com a aquisição de bens e serviços correntes - por forma a libertar meios financeiros para as obras de fundo destinadas ao cumprimento dos diferentes objectivos e programas do Plano de Actividades. As receitas de capital destinam-se única e exclusivamente a financiar as despesas de capital, nomeadamente despesas de investimento.*

*No caso presente, verifica-se que a duplicação das despesas de funcionamento em relação a 1997 e 1998 (à data de 21 de Dezembro) é financiada fundamentalmente por um forte crescimento das receitas correntes, assegurado pela via da duplicação dos impostos e taxas em relação a 1997.*

*Outro aspecto metodológico relaciona-se com a necessidade de se analisar o Plano de Actividades e Orçamento de uma forma dinâmica, ou seja, comparando os montantes previstos com o que tem sido realizado até à data.*

*No caso presente, efectuamos uma análise integrando os dados reais da Conta de Gerência de 1997, do Balancete de contas à data de 21/12/98, gentilmente facultado pela Câmara Municipal, do Orçamento de 1998 e da sua revisão.*

*Entrando agora na análise da documentação apresentada, limitada pelo pouco tempo que nos é concedido (atente-se ao facto de a última revisão do Plano e Orçamento nos ter sido entregue no dia 23 de Dezembro) e pela informação restrita que nos foi facultada, no documento formal, concluímos o seguinte:*

*Trata-se de um Plano e Orçamento em termos de despesas correntes, acentuadamente despesistas: As despesas correntes aumentam 76% em relação ao real de 1997 e 59% em relação ao realizado até 22/12/98, traduzindo-se num aumento em valor absoluto de quase 2 milhões de contos (1.971.828 contos) em relação a 1997 e de quase 1,7 milhões de contos (1.699.391 contos) em relação a 21/12/98.*

*Podemos verificar que temos um forte crescimento dos bens e serviços: de 896 mil contos passam para 2 milhões. Pelo que temos alguma dificuldade em compreender, porquê um*

*aumento, já com este executivo, atingiu 1 milhão de contos - duplica, em relação ao dia 22/12/98. Podemos verificar que as despesas de pessoal crescendo, o Sr. Presidente nos saberá justificar isso?*

*Vamos ver mais à frente: por outro lado as transferências para as freguesias em 97, eram de 153.150 mil contos e agora mantém os 150 mil contos. Penso que foi a parte sacrificada no nosso entender. Os encargos financeiros crescem e sobre esses assuntos, iremos ver mais outros problemas relacionados, porque, penso que os encargos com o leasing não estão incluídos aqui - quer dizer que isto vai crescer.*

*As transferências para os SMA - 244 reduzem a 4, portanto estamos a falar das despesas correntes, das despesas de capital lá iremos.*

*Quanto às Despesas com a Aquisição de Bens e Serviços.*

*As Despesas Correntes de Funcionamento - Aquisição de Bens e Serviços - aumentam 129% em relação a 1997 e 89% em relação às Despesas registadas na Contabilidade até 21 de Dezembro do corrente ano. Portanto, duplicam. Gostávamos de saber porquê? Achamos realmente um exagero. Estamos a falar de despesas correntes e não de despesas de investimentos. Neste aspecto termos outra opinião.*

*Quanto à evolução das Transferências Correntes para o Sector Privado.*

*Verifica-se ainda um enorme acréscimo das transferências correntes para o Sector Privado que regista a seguinte evolução: 0 em 1997, 269 mil contos até 21/12/98 e no orçamento para 1999 está inscrita uma verba de mais de meio milhão de contos (mais precisamente 532 mil contos). Portanto há um forte crescimento das transferências para o Sector Privado; não sei, mas presumo que seja para o Aveiro Basket e para o Beira Mar? E deve haver mais, penso eu! Meio Milhão de contos ...?*

*Evolução das Receitas e Despesas Correntes.*

*O Financiamento das Despesas Correntes é realizado essencialmente por via de um fortíssimo aumento dos impostos e taxas que passam de 2 milhões de contos em 1997, para 2,4 milhões (até 21/12/98) estando inscrito no presente orçamento uma verba de 4,2 milhões de contos.*

*Em detalhe temos a evolução das Receitas Correntes.*

*O aumento dos impostos e taxas para 1999 é de 109,6% em relação a 1997 e de 73,8% em relação a 1998 (até 21/12/98). Neste caso vemos o forte crescimento dos impostos directos, das taxas que asseguram realmente o financiamento e a grande evolução, das receitas correntes.*

*Evolução dos Impostos Directos.*

*A nível dos Impostos Directos o aumento decorre fundamentalmente do aumento da Derrama de 481 mil contos em 1997, para 850 mil contos em 1999; do aumento do imposto municipal de SISA de 552 mil contos para 1,2 milhões de contos em 1999; do aumento da Contribuição Autárquica de 618 mil contos para 1 milhão de contos e do aumento do imposto municipal sobre veículos de 98 mil contos para 140 mil contos.*

*Temos algumas dúvidas de tão forte aumento dos impostos; que seja possível atingir-se estes valores.*

*Como na última Sessão desta Assembleia a taxa da Contribuição Autárquica, pressuposto deste Orçamento, foi reduzida de 1,1% para 1% impõe-se a sua rectificação.*

*Por outro lado, tendo em atenção que a previsão do forte crescimento dos impostos pode não vir a ser realizado, afigura-se o risco do enorme aumento das despesas correntes orçamentadas não terem contrapartida no aumento efectivo das receitas correntes, o que conduziria a uma situação idêntica ao que sucedeu no final de 1997. Descrita aqui pelo Sr. Presidente da Câmara no início das primeiras Sessões desta Assembleia.*

*Evolução das Taxas, Multas e outras Penalidades.*

*Em termos de taxas, multas e outras penalidades, verifica-se um aumento de 446% em relação a 1997, traduzindo em valor, passa de 145 mil contos em 97, para 168 mil em 98 e para 790 mil contos em 1999.*

*O aumento resulta fundamentalmente: da introdução de uma nova taxa - a de Resíduos Sólidos - no montante de 120 mil contos (que ainda não está aprovada); do aumento das taxas de loteamento e obras de 21 mil contos em 97, para 440 em 1999, penalizando a construção civil - tão importante no desenvolvimento do nosso Concelho; do aumento da taxa de ocupação da via pública de 44 mil contos em 97, para 80 mil contos em 1999, penalizando o comércio tradicional; do aumento das taxas de actividade em mercados, de 42 mil contos, para 100 mil contos, penalizando os pequenos agricultores que vendem os seus produtos nos mercados e os pequenos comerciantes e feirantes.*

*Como não cremos que os enormes aumentos projectados resultem fundamentalmente do alargamento da base tributável, por aumento de actividade e como não nos é dada qualquer justificação para o efeito, somos levados a concluir que se prevê um fortíssimo aumento das taxas, com a penalização dos agentes económicos supracitados.*

*Evolução das Vendas de Serviços.*

*Quanto às vendas de Serviços regista-se um aumento nas vendas de Serviços de 65% em relação a 1997, passando de 261 mil contos em 97 para 430 mil contos em 1999.*

*O aumento resulta fundamentalmente: do aumento das receitas de instalações de desporto e recreio de 28 mil contos em 1997 para 80 mil em 1999, penalizando os clubes desportivos e praticantes; do aumento das receitas provenientes da venda de serviços em mercados e feiras de 98 mil contos em 1997, para 150 mil contos em 99, penalizando os pequenos agricultores que vendem os seus produtos nos mercados e os pequenos comerciantes e feirantes.*

*Evolução das Despesas de Capital.*

*A nível das despesas de capital salienta-se o facto positivo mais relevante, que advém do aumento das despesas de investimento de 2 milhões de contos em 1997 e de 2,2 milhões de contos em 1998 (até 21/12) para 6,8 milhões de contos em 1999.*

*Contudo, o investimento previsto traduz-se num aumento do valor patrimonial do Município (investimento deduzido das vendas de bens de investimento) de 3,4 milhões de contos.*

*Convém, no entanto, salientar que a triplicação do valor do investimento para 1999 em relação aos anos de 1997 e 1998, exige uma estrutura organizacional adequada à extensão das actividades relacionadas com a selecção, controle e acompanhamento da execução dos projectos de investimento a realizar. Por isso, aguardamos que o Sr. Presidente do Executivo nos informe das medidas implementadas a nível organizacional para o efeito.*

*Evolução das Transferências de Capital para o Sector Público Autárquico.*

*Regista-se ainda, com agrado, o retomar das transferências de capital para os SMA em 1999, com um montante de 750 mil contos e com desagrado a redução para 1/3 do montante das transferências para as Freguesias em relação a 1997 - passa de 340 mil contos para 100 mil contos em 1999.*

*Outra questão relevante relaciona-se com a análise das prioridades estabelecidas e da sua adequação ao interesse geral dos Municípios de Aveiro e ao futuro desenvolvimento do nosso Concelho. A ela voltaremos na análise do Plano de Actividades.*

*Evolução das Receitas e Despesas de Capital.*

*O Financiamento das Despesas de Capital é essencialmente assegurado pela venda de bens de investimento, com um montante previsto de 3,4 milhões de contos e pelas transferências de capital da Administração Central, no montante de 2,9 milhões de contos.*

*Evolução das Receitas de Capital.*

*Em termos de detalhe: as transferências de capital da Administração Central provenientes do Fundo Geral Municipal aumentaram apenas 11%, passam de 496 mil contos em 1997, para 531 mil em 1998 e 551 mil contos em 1999; as transferências de capital da Administração Central para financiamento de projectos de investimento específicos registam uma evolução favorável digna de realce, consubstanciada num aumento de 206%, passando de 773 mil contos em 1997 para 2,366 milhões de contos; as vendas de bens de investimento também assumem um valor*

*significativo no montante de 3,4 milhões de contos, sendo o principal montante resultante da venda de terrenos (3.050 milhões de contos).*

*Em termos formais, e a menos que nos seja provado em contrário, o Orçamento é incoerente com os anexos.*

*Nesta conformidade, o montante dos custos com o Pessoal constantes no Orçamento de 1.562.112 contos, não confere com o montante referido na nota introdutória ao Orçamento de 1.416.612 contos (pág. 53); esta incorrecção foi corrigida com a substituição de folhas na última Sessão desta Assembleia.*

*O montante dos encargos financeiros de 120 mil contos do Orçamento não confere com o montante do anexo XI ao Orçamento - Mapa dos encargos anuais com a liquidação de empréstimos de 139,3 mil contos (pág. 107). Gostaria de saber qual é que está certo?*

*O montante das transferências correntes para as freguesias de 150 mil contos do Orçamento não confere com o montante do anexo XII ao Orçamento - Mapa das transferências para as freguesias, de 148.131 contos (pág. 108). Qual é o que está certo?*

*O montante da venda de terrenos de 3 milhões e 50 mil contos e de outros edifícios de 291 mil 410 contos do Orçamento não confere o montante do anexo relativo ao Mapa de receitas - de venda de bens de equipamento, respectivamente 3 milhões e 10 mil contos e 270 mil contos (Pág.<sup>a</sup> 111).*

*O montante das transferências de capital da Administração Central de 2.366.633 do Orçamento não confere com o montante de 2.256.633 do anexo relativo ao Mapa de previsão de receitas extraordinárias (pág. 112).*

*O montante da amortização de empréstimos de 55.000 contos do Orçamento não confere com o montante da amortização de 115.893 contos do anexo relativo ao Mapa dos encargos anuais a satisfazer com a liquidação de empréstimos. Tive o cuidado de somar os valores porque eles não estavam somados e eles não batem certo. Gostaria de saber porque? Não sei se haverá alguma interpretação, que eu não tenha entendido.*

*Neste orçamento, as freguesias são as entidades mais sacrificadas em termos de dotação de meios por via de transferências correntes e de capital, traduzindo uma política centralizadora deste Executivo.*

*O montante transferências correntes para as freguesias é mantido praticamente idêntico o valor em relação a 1997 e 1998 - passa de 153 mil contos em 1997, para 150 mil em 1998 (até 21/12) estando também inscrita uma verba de 150 mil contos para 1999. Em contraponto as transferências para o Sector Privado aumentaram significativamente, passando de 0 em 1997, para 268 mil contos em 1998 e 532 mil contos em 1999.*

*Quanto às transferências de capital para as freguesias, o Orçamento de 1999 regista uma redução para 1/3 da verba realizada em 1997 e cerca de 50% de 1998 (até 21/12).*

*Em conclusão, poderemos afirmar que este Orçamento revela alguns pontos fortes:*

*Um significativo aumento dos investimentos, podendo-se, no entanto, questionar se as prioridades são as melhores e se há capacidade para o realizar.*

*Um aumento das transferências de capital da Administração Central para projectos de investimento específicos, por via de programas nacionais e comunitários de apoio ao investimento público.*

*No entanto, o orçamento apresenta alguns pontos fracos, dos quais salientamos:*

*Uma forte lógica despesista nas despesas correntes, que não condiz com os objectivos delineados pelo Sr. Presidente da Câmara no início do mandato, que se propôs realizar o equilíbrio financeiro da autarquia, nomeadamente através da racionalização e consequente redução das despesas.*

*Salientamos que o aumento desmesurado das despesas correntes pode vir a comprometer a capacidade financeira da autarquia a médio prazo de fazer face ao Serviço da dívida.*

*O endividamento da Autarquia é demasiado elevado, ascendendo a 3,7 milhões de contos (de*

*acordo com o anexo XI ao Orçamento), excluindo o contrato de leasing de mais 3 milhões de contos. O que totaliza 6,7 milhões de contos.*

*Embora se preveja, no próximo ano, uma amortização dos empréstimos de 115.893 contos, o endividamento da Autarquia irá aumentar cerca de 284 mil contos, face a um aumento dos empréstimos a longo prazo de 400 mil contos.*

*O financiamento das despesas correntes é efectuado fundamentalmente à custa do aumento dos impostos e taxas.*

*Formulamos aqui votos para que seja por via do aumento da base tributável e não por aumento das taxas. Ficamos aguardar um esclarecimento do Sr. Presidente do Executivo.*

*Verifica-se, ainda, uma concentração das actividades do Executivo face às freguesias, traduzida na redução do montante das transferências.*

*Por fim, existem incoerências entre o Orçamento e os mapas anexos de justificação dos montantes nele inscritos. Por agora tenho dito, muito obrigado.”*

Entretanto entraram na sala os Vogais Diogo Manuel Santos Soares Machado, António Manuel Santos Salavessa, Jorge Manuel do Nascimento e Virgílio António Couceiro da Cruz Nogueira.

Vogal Joaquim Abreu:

*“Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sr. Presidente da Câmara. O que eu vou aqui referir é o seguinte: Muitos dos Srs. Deputados que estão aqui nesta Assembleia, certamente ouvem falar muito dos Presidentes de Junta; eu já me aborrece um pouco, falar muito nos Presidentes de Junta, mas não sabem às vezes como se desenrola o Serviço do Presidente da Junta, relativamente à Câmara Municipal de Aveiro.*

*Normalmente todos os anos a Câmara no fim do ano, pede uma relação daquilo que as Juntas gostariam de ver incluídas no Plano de Actividades. O Presidente de Junta tem uma noção de valores e de necessidades da freguesia, apresenta prioridades, apresenta essa relação, mas verificamos que ano após ano - eu não me estou a referir à presente Câmara - mas todas elas, há 14 anos que ando metido nisto e verifico com tristeza minha, que as Câmaras aceitam o que aceitam e fazem o que querem, porque a gente chega ao fim do ano muitas vezes, com o Plano de Actividades cumprido a ZERO - como este ano por exemplo, que passou; ou então a 5%. Lá vem um ano mais brilhante que a gente pode atingir, os 10% ou 15%.*

*Isto para um Presidente de Junta que está relacionado directamente com o Povo, é muito nefasto. Porque as pessoas exigem do Presidente da Junta, obras e melhoramentos em artérias, água, luz, etc., etc.; o Presidente de Junta que se preza, apresenta essas necessidades pelos canais competentes, só que isso morre no tempo e acabamos por passar um ano, dois anos, três anos ... eu tenho artérias em Eixo, que há 10 anos, que ando para asfaltar uma pequena artéria em Eixo; tenho vários casos desses: pontos de luz, etc.*

*Isto é desmotivante, a população começa a não acreditar no autarca que lá está, começa a chamar mentiroso - eu já tenho eu grau de paciência muito grande para aturar isto, mas agora há dois dias ou três, tive que cá trazer um indivíduo, pelas orelhas aqui à Câmara, para saber de viva voz, que eu não era mentiroso. Por conseguinte, isto é facto. E nós lá vamos suportando. Ora, este ano, o ano que passou, a Freguesia de Eixo, concretamente daquilo que constava do seu Plano de Actividades não teve nada - eu já não vou repetir o ZERO, porque o ZERO é muito maçador; não teve NADA! Pronto. Apesar de eu procurar fazer agendar algumas reuniões com o Sr. Presidente da Câmara, que foi sempre amável e teve uma postura correctíssima; eu como era o 1º ano - a Câmara nova tinha de criar, tinha de inteirar-se da situação ... “aguenta” - Agentei!*

*Em 27 de Setembro de 1998, houve uma reunião de Serviço em Eixo, com a presença do Sr. Presidente da Câmara, do Sr. Vereador Eduardo Feio, Presidente da Assembleia de Freguesia e Junta de Freguesia, foram tratados diversos assuntos da agenda de trabalhos, dos quais eu vou*

salientar alguns: 4ª fase do Centro Cultural de Eixo - o Sr. Presidente da Câmara referiu que iria abrir Concurso em 1999 para execução desta obra.; pavimentação de passeios, que iriam arrancar no ano de 1999.

Mais aceitou o Sr. Presidente da Câmara as seguintes pavimentações em 1999: a primeira, da caixa de água até Oliveirinha - 1500 metros (Já estava metida nos anos anteriores, e este ano que passou - estamos já no fim de ano e não está executado); segundo, estrada da caixa de água até à Azenha de Baixo, substituída por um número de troços com o mesmo valor; por conseguinte também se aceitou isso.

Em 12 de Outubro o Sr. Presidente da Câmara pediu nova relação para avançar imediatamente com 4 objectivos absolutamente prioritários: a 2ª e última fase do edifício da Junta de Freguesia; as pavimentações já referidas; Pavimentação de passeios em Eixo, Azurva, sinalização vertical e horizontal, incluindo semaforização em Eixo e Horta; realização da 4ª fase do Centro Cultural de Eixo (iniciado há mais de 9 anos).

Em 30 de Outubro de 1998 foi remetido à Câmara Municipal de Aveiro, por ter sido solicitado, para inclusão no Plano de Actividades de 1999 um mapa/quadro com a seguinte ordem de prioridades: apontava-se como prioridades, o muito urgente, imperioso e urgente. E nós nessa relação, incluímos as nossas prioridades ao Plano de actividades. Sai-nos o Plano de Actividades e daquilo que nós indicámos como grande prioridade, não consta.

Constam sim outros objectivos como a construção de um Centro Cultural em Azurva. Coisa que a Junta de Eixo, por enquanto, ainda não havia pedido à Câmara. Eu entendo que a Junta de Freguesia, é um órgão eleito pelo povo, por conseguinte, representando a população deve sempre ser ouvida nestes casos. Não é um grupo de pressão que não representa ninguém que poderá pela “porta do cavalo” e ir influenciar a Câmara a incluir uma obra de trinta mil contos, quando a gente sabe que é difícil aproveitar algum bocadito de alcatrão para Eixo ou completar o Centro Cultural.

Aqui o meu desgosto, por ao fim destes anos todos, ver a 4ª fase do Centro Cultural fora, e uma obra nova para a qual eu não fui ouvido, metida e com valor substancial. Por isso mesmo, eu digo: eu não estou, com o devido respeito pelo Executivo da Câmara, não estou contente com o que me coube no Plano de Actividades. É que no Plano de Actividades, constam assuntos que já vêm a passar de anos para anos. Parece que dá a impressão, que é só para encher papel, é só para encher mais uma linha.

Por exemplo: habitação - aquisição de terrenos para habitação social, auto construção em seis freguesias; isto já eu ando a ouvir há uma série de anos. Apoio a unidade de saúde - não dizem quais. Recuperação do antigo edifício da Junta - valha nos Deus, é o único objectivo válido que eu tenho aqui metido no Plano de Actividades. Saneamento Básico - fala-se. Cemitérios - o caso do cemitério anda há seis anos a ser incluído. Cemitério de Azurva - é um objectivo que eu pedi à Câmara há seis anos, e todos os anos consta uma verba para isto, mas nunca se chega a conclusão nenhuma. Ordenamento do local das Feiras - já vi outra freguesia ser contemplada há uns anos; já pedimos várias vezes, ainda nada sucedeu para Eixo. Pavimentação Betuminosa na Zona Industrial de Eixo (que é um bocadinho); Travessa do Vale dos Pinheiros (que é um bocadinho); Rua de S.ta Eufemia, outro bocadinho; e o prolongamento da Rua da Escola em Horta, são 50 metros.

Pelos valores que serviram de base, para o calculo dos custos, eu tenho a certeza que a tabela de valores está sobrevalorizada; os técnicos que procederam ao cálculo dos valores, sobrevalorizaram em muito o custo real daquelas obras. Eu tenho a tabela comigo e desafio seja quem for, para ir ao local ver que o que a gente pretende não se cifra por aqueles cifrões.

Parques e Jardins - projecto para praias fluviais, isto há uma série de anos que anda metido no Plano de Actividades e nunca tivemos qualquer vantagem - 2000 contos. Por conseguinte, se bem que me parece, Eixo continua a marcar passo.

A Câmara Municipal de Aveiro, parece mostrar pouca ousadia e aposta pouco na Vila de Eixo.

*Constatamos o facto de obras de grande importância arrastarem a sua execução ao longo de mais de 10 anos, como é o caso do Centro Cultural de Eixo.*

*E até um aspecto pitoresco, pegando nas palavras do Dr. Brandão, inúmeras outras obras constam, durante vários anos, dos vários Planos de Actividade da Câmara, sem as vermos concretizadas e voltam a ser eliminadas do Plano de Actividades, para o ano de 1999.*

*Contudo, apesar da Junta de Eixo não ter sido ouvida nem achada, outros objectivos foram incluídos para o ano de 1999:*

*- Projecto e inicio das obras de um Centro Cultural em Azurva, que é um facto que eu já citei com desagrado (não fui consultado); e entendo, no mínimo a Junta devia ter tido uma palavra nisso. É um espaço que me diz alguma coisa: Azurva, Eixo e Horta; temos um projecto de crescimento da freguesia, temos obras que ainda não foram executadas e vão-se meter outras à frente - o meu desgosto é esse.*

*Grupos de pressão não representam ninguém, não devem ser metidos no meio disto tudo.*

*Em nome da Assembleia de Freguesia de Eixo, onde este assunto já foi discutido e em nome da própria Junta, peço a boa compreensão ao Ex.mo Sr. Presidente da Câmara, no sentido de vir a ser rectificado este assunto, respeitante ao Centro Cultural de Azurva, repondo-se assim, o que é justo, retirando-se esse ponto e incluindo para o ano de 1999 a 4ª fase do centro Cultural de Eixo, que tarda em ser feito - anda nesta vida há perto de 10 anos. E era isto que eu tinha para dizer, muito obrigado.”*

Presidente da Câmara:

*“Muito obrigado Sr. Presidente. Sr. Joaquim Abreu, eu ouvi-o com toda a atenção e mais uma vez compreendo a sua amargura por não conseguir ver realizar todas as obras, que anseia e sobretudo, por sucessivamente ver algumas obras importantes inscritas em Planos de Actividades que depois não têm sequência.*

*O nosso desafio é esse; é finalmente cumprirmos aquilo que tem vindo a ser adiado há muitos anos. Mas deixe-me rebater-lhe algumas das afirmações que fez, porque eu penso que elas não estarão totalmente correctas. Por exemplo, a 4ª fase do Centro Cultural, se for à pág. 18 do Plano de Actividades, temos de facto verba inscrita para a reabilitação do Centro Cultural de Eixo e o Projecto da 4ª fase. Vai-me dizer que os 10 mil contos, não chegam, mas o Sr. Joaquim sabe melhor do que eu da experiência autárquica, que é importante termos estas verbas inscritas, porque depois é uma questão de ritmo de cada projecto. Se o projecto de Eixo - a 4ª fase de Eixo, ganhar um ritmo tal, que justifique que a obra avance e até se conclua no próximo ano, nós temos, sem precisar de fazer revisões orçamentais, a possibilidade legal de ir buscar verbas, para o fazer. O que é importante, é que está aqui a verba; agora vamos ver se este Executivo consegue ou não consegue, finalmente concretizar o objectivo de pôr a 4ª fase em obras.”*

Vogal Joaquim Abreu:

*“Sr. Doutor, entendo as suas palavras como um compromisso assumido aqui.”*

Presidente da Câmara:

*“Entenda as minhas palavras como um compromisso de este ano, finalmente, dar passos decisivos no sentido de termos obra na 4ª fase, no Centro Cultural de Eixo.*

*Habitação Social em Eixo; diz-me também que todos os anos aparece e mais uma vez vai ficar adiado. Não vai ficar adiado: garanto-lhe que este ano não vai ficar adiado. O negócio está fechado, com os proprietários dos terrenos - julgo que está ao corrente desta situação.*

*Portanto está é outra das boas notícias que lhe posso dar e que muda completamente o quadro que estava a traçar.*

*O antigo edifício da Junta - como reconheceu e bem, está em obras e vai ser concluído, o Cemitério de Azurva, que era uma pretensão foi inscrito também; a Feira de Eixo - há também uma verba, na pág. 37, para o arranjo da Feira de Eixo; o apoio ao Centro Infantil de Eixo - está inscrito também, penso que não referiu.*

*Finalmente, compreendo e estou de acordo consigo, se calhar devia ter sido ouvido a propósito da hipótese de ser construído o Centro Cultural em Azurva, mas a verba que está - são 30 mil contos - a repartir entre o Centro Cultural de Esgueira e de Azurva; e reconhecerá que o núcleo urbano de Azurva tem muita gente ali a viver e que portanto, se a parte histórica de Eixo, já tem um Centro Cultural, faz todo o sentido, começarmos a ter ali um Núcleo Cultural em Azurva. Mas estou de acordo consigo: devia ter sido ouvido.*

*Mas eu só quis fazer-lhe ver que este Plano de Actividades, ao contrário do que podia estar a deixar indiciar perante todos, contempla muitas das suas antiga reivindicações e das presentes. Muito obrigado.”*

Vogal Fernando Miranda:

*“Muito obrigado, Sr. Presidente. O Plano de Actividades e Orçamento na sua pág. 110, remete-nos para a consulta da relação das valetas, salas de aula e de passeios dos nossos lugares. Acontece que depois de uma análise a essa relação, ela é incompleta. Daí que eu prometo muito brevemente enviar aos Serviços da Câmara, a relação integral de todos os arruamentos da Freguesia de Esgueira, assim como, vou mandar também uma planta que inclua os lugares que foram esquecidos, mais propriamente: Agradas, Q.ta do Simão e o Caião - não fazem parte da Freguesia.*

*Relativamente às escolas, inicialmente aparecem aqui, 13 salas contempladas com a verba de 70.000 escudos, depois de uma reapreciação, já vamos em 22 salas, só faltam cinco que são essas, na verdade, as salas do 1º Ciclo e da Pré de toda a Freguesia de Esgueira.*

*Eu congratulo-me imenso, com as escolas que foram contempladas com pavilhões gimnodesportivos, só é pena que o atraso tenha sido tão grande. Porque para mim é tão importante uma sala de ciências ou também um laboratório de ciências físico-químicas, como um pavilhão gimnodesportivo - eles deviam andar de braço dado, deviam ter nascido no mesmo dia.*

*Portanto, como disse, eu não estou contra os lugares, ou as escolas do Ensino Básico 2 e 3, que foram contempladas; dou-lhes os parabéns. Agora lamento imenso e portanto, como responsável pela Freguesia de Esgueira, que uma escola com historial - 25 anos de existência, e que talvez de todas elas seja a mais itinerante, porque tem andado com as carteiras e com as balizas às costas. Eu passo a explicar: a Escola EB 2/3, Aires Barbosa, andou com as carteiras às costas a caminho da Lourenço Peixinho, quando teve que se instalar no colégio feminino. A Escola EB 2/3, Aires Barbosa, andou com as balizas às costas, todos os anos - e muitos foram, quando teve que praticar educação física no Pavilhão do Clube Povo de Esgueira. Ter-se esquecido esta Escola, para além da ingratidão que foi o esquecimento do seu aniversário - 25 anos celebrados, este ano.*

*Bom, resta-me uma consolação, se não é em 99, vai ser no ano 2000!”*

Vogal Clara Ribeiro:

*“Eu queria fazer uma pergunta ao Sr. Presidente da Câmara sobre o objectivo no Plano de Actividades - Objectivo 04 da Saúde: diz que o Executivo continuará a apoiar o projecto da criação de uma Escola Superior de Saúde, a partir da transformação do Projecto da Escola de Enfermagem. Gostaria de saber como está o projecto da Escola Superior de Enfermagem? Como está a Escola Superior de Saúde? Qual a sua evolução? Pode o Sr. Presidente garantir que estão em curso as negociações, ou esta Escola irá seguir o exemplo da Faculdade de Medicina? Obrigado.”*

Vogal Manuel António Coimbra:

*“Muito obrigado Sr. Presidente. Gostaria de começar só por fazer uma pergunta à Mesa, processual: estamos a discutir o Plano só na generalidade e não na especialidade? Vai haver um período da especialidade para discussão do Plano? Ou deverei na minha intervenção discutir o mesmo na generalidade e na especialidade?”*

Presidente da Mesa:

*“V.Exa pergunta bem. No meu ponto de vista, um Plano não tem discussão na generalidade e na especialidade, tem discussão global. E portanto se não houver opinião diferente da Assembleia, assim se fará. E então deverá V.Exa afeiçoar-se a essa perspectiva.”*

Vogal Manuel António Coimbra:

*“Muito obrigado. Bom, quando ouvimos o Sr. Presidente da Câmara, fazer a apresentação deste Plano de Actividades e Orçamento, eu se não estivesse atento a que estava aqui na Assembleia Municipal de Aveiro, achava que não estava; que estava num conto de fadas; que estava numa sociedade idílica, como eu gostaria, como eu sonho que Aveiro fosse.*

*É realmente um conto de fadas e o problema é que a realidade é bem diferente e a realidade de nós pessoas adultas, é de que o Pai Natal não existe. Para as crianças o Pai Natal existe, para nós não! E quem dá as prendas para o Pai Natal dar, temos que ser nós. De maneira que temos que fazer com que hajam receitas, para que o Pai Natal possa dar as prendas, que todos nós gostaríamos que existissem.*

*Todos nós gostávamos que houvessem Pavilhões Desportivos, em todas as Freguesias, em todas as Escolas. Algumas merecem mais do que outras, mas todas elas merecem e todos nós gostaríamos que elas tivessem.*

*Era bom que não houvesse pessoas sem casas em Aveiro, que houvesse habitação social e não social para toda a gente; onde se toda a gente quisesse construir uma casa, pudesse construir; que houvesse saneamento para toda a gente; que não fosse preciso pagar taxas de saneamento; que houvesse desnivelamento de todos os nós da 109; que houvesse desnivelamento da Avenida 25 de Abril; do nó da Universidade ou da rotunda da Universidade e outras coisas assim. Era óptimo que tudo isto acontecesse! O problema é que o nosso Município não gera receitas para isso; e por isso temos que ser realistas: nem vendendo todos os terrenos do Município, nós conseguimos arranjar receitas, para fazermos as obras que nós idealizamos e muito mais neste ano. Nunca! Nem sequer num mandato, quanto mais em 99. Porquê?*

*E por isso eu posso concluir é que o Rei vai nu. E o Rei não têm possibilidade de manter sequer a sua corte e por isso, o Rei quer desnudar também os seus súbditos. E como? Aumentando as taxas e os impostos. E como é que o Rei vai aumentar as taxas e os impostos? Vai, só em taxas de loteamento e obras, o aumento é de 1157% em relação ao Orçamento do ano passado. Isto num ano!*

*Até as licenças de velocípedes, uma coisa tão simples quanto isto, que é um luxo andar de mota nesta Cidade, tem um aumento de 50%. Vamos taxar toda a gente. O Rei taxa toda a gente.*

*A Derrama, que é uma receita gerada pela geração de riqueza das nossas empresas, vai aumentar 42%, ou seja, quando as nossas empresas estão com dificuldades neste momento e quase não apresentam lucros, vão apresentar mais 42% de lucros; e de SISA vai haver um aumento de 71%. Isto para além dos terrenos que nós vamos vender. É um bem a Câmara Municipal de Aveiro ter terrenos e que os possa dispensar a bem do Município.*

*Disponibilizar os terrenos todos que tem, de uma vez? Bem, por um lado está a intervir no mercado de uma maneira, que me parece, que não seria bom que a Câmara o fizesse. E depois quando a oferta é muita, quer dizer que os preços se calhar não são aqueles que a Câmara gostaria que fossem os praticados. E por isso quando se diz que o Teatro Aveirense, era um*

*episódio pitoresco da anterior Câmara, é que se calhar com esta Câmara, vão ser muitos mais os episódios pitorescos, que se calhar nós vamos ter aqui. Vamos estar a criar hoje e aqui neste Plano, muitos episódios pitorescos, que se calhar se vão perpetuar por muitos e muitos anos.*

*Particularizando agora e se me dão oportunidade para falar um pouco na especialidade, eu gostaria só de focar, para não ser maçador, alguns pontos que considero mais relevantes. O que diz respeito à Cultura - vejo aqui que vai ser criado, volta-se outra vez a reforçar, a Feira do Livro; há um aumento de verbas para a Feira do Livro; há a ideia de uma Feira do Livro em saldo. Gostaria de conhecer, não sei se é esta a melhor oportunidade para nós conhecermos o que é esta ideia; mas gostaria de reforçar uma ideia, que é: vamos finalmente dotar a Feira do Livro, de um local digno. E mais uma vez, faço a sugestão que já tinha feito na última vez: vamos colocá-la no Fórum Aveiro. Vamos colocá-la nos espaços semi-cobertos do Fórum Aveiro. Acho que tem todas as condições, tem um conjunto de infra-estruturas, que vai permitir a dignificação de uma Feira como esta, que já é altura de ser encarada de outra maneira.*

*Pavilhões Gimnodesportivos N.ª Sr.ª de Fátima e de S.ta Joana; era bom! É bom, mas acho que é impossível. É estarmos a criar falsas expectativas aos nossos autarcas, estarmos a propor sequer que haja uma dotação de 20 mil contos para criação de Pavilhões Gimnodesportivos N.ª Sr.ª de Fátima e de S.ta Joana: Como? Onde? Com que dinheiros? Quem faz a gestão? Qual a população alvo? E muitas outras perguntas que se podiam criar e podíamos dizer acerca de como é que no terreno, se iriam implantar este género de infra-estruturas.*

*Apoio aos agentes desportivos; acho muito bom que haja aqui uma verba relativamente grande. Às vezes há pequenos pormenores, por exemplo no apoio aos agentes desportivos; já falei com o Sr. Vereador do Desporto sobre esta matéria e falo aqui mais uma vez: há uma série de agentes desportivos na Cidade de Aveiro e Aveiro como capital do Distrito de Aveiro, que precisa muitas vezes de um apoio de Secretaria. A Câmara Municipal de Aveiro, com 5% desta verba para os agentes desportivos, podia fazer um brilharete de criar uma sede para todas estas associações. Uma única sede partilhada por todas estas associações. Basta muitas vezes, um apoio de Secretaria. E eu falo com conhecimento de causa, sou Presidente de uma Associação - e isso resolveria um problema e acho que Aveiro tem que criar centralidades. Esta é uma centralidade que Aveiro, como Câmara Municipal tem que criar às associações distritais aqui sediadas e mesmo às associações concelhias - 5% desta verba de 50.000 contos era suficiente para dotar um apoio de Secretaria para as inúmeras associações sem sede, que nós temos no nosso Concelho e no nosso Distrito, mas que estão sediadas no nosso Concelho.*

*Parte social - Acção Social. É importante ou não é importante, o Centro Paroquial da Glória? É que eu chego a ficar na dúvida se é importante ou não é importante.*

*Diz-se que é importante quando vem cá o Sr. Presidente da República e se se elogia as Florinhas do Vouga e se se elogia o trabalho que a Paroquia da Glória está a fazer na parte social. Por outro lado, não se dão as verbas necessárias para a construção de um Centro Paroquial da Glória, que se arrasta à carradas de tempo, quando aquilo que se propõem fazer é criar um abrigo para passantes; serem apoio para os sem abrigo; de apoio a gente necessitada. Penso que era daquelas coisas que é fácil a Câmara financiar, porque não ia ter trabalho nenhum. O trabalho são outras pessoas que se propõem realizar. Se o Sr. Presidente da Câmara acha que este é um assunto, que não depende da Câmara mas depende do Governo, então dê lá um impurrãozinho junto do Governo Central, para que esta obra termine mais depressa do que aquilo que está a acontecer neste momento.*

*Uma última questão diz respeito ao projecto, início e execução da Junta de Freguesia da Vera Cruz. Em que é que ficamos? Estamos a falar em que edifício? Estamos a falar no mesmo edifício que é a escola? Estamos a falar num outro edifício? O Sr. Presidente comprometeu-se aqui que aquele edifício continuaria como Escola Básica até ser criada uma nova escola. No entanto para este ano já está a propor que a Junta de Freguesia inicie uma execução da sede. Estamos ou não a falar do mesmo edifício? Para já ficaria por aqui quanto a estas questões.*

*Muito obrigado, Sr. Presidente.”*

*Vogal Virgílio Nogueira:*

*“Sr. Presidente. Penso que só o futuro permitirá reputar este orçamento de sensato ou insensato; só o montante de receitas que o Município gerar nos vai permitir classificar como pretensioso, ou não, o Plano de Actividades aqui em discussão.*

*Quanto aos objectivos traçados pelo Plano não poderemos deixar de tecer algumas considerações ainda que de uma forma sucinta:*

*O programa do Plano de Actividades para a Juventude são meia dúzia de linhas que mais não traduzem que uma clara falta de imaginação e de criatividade.*

*Prova de que se poderia ir mais além, são as propostas há muito defendidas publicamente pela JSD, como sejam a da Pousada de Juventude ou a do Centro Municipal de Juventude a edificar num imóvel com amplitude e equipamento para albergar a capacidade, o talento e a inovação dos jovens e das suas associações.*

*O Orçamento para o programa da Juventude não chega a 1%; Sr. Presidente os jovens de Aveiro merecem mais - e nem a tão propalada política transversal se vislumbra: onde está, por exemplo, a quota de habitação social para casais jovens? Não está.*

*Na Cultura o Plano e o Orçamento reflecte bem a ideia centralista que o Executivo tem de gestão municipal; senão vejamos que o projecto de animação cultural nas freguesias, prevê que se venha a gastar algo como 300 contos por freguesia. Com esta verba nem há dinheiro para os cartazes! A lógica dos acontecimentos culturais secundariza a participação do que se vai fazendo aqui em Aveiro. Não valoriza a nossa cultura, os nossos agentes culturais, as nossas associações. O que muito se lamenta. Como analisamos com pesar, que as obras do Teatro Aveirense são apenas de manutenção. De manutenção do que está decrépito e sujo. A sala de visitas da cidade precisava antes que a Câmara actuasse com energia e rapidez na sua requalificação. O atraso das obras do Aveirense corresponde e corresponderá ao atraso da vida cultural do município.*

*No que respeita à Acção Social repito o que já referi nesta Assembleia: a Câmara Municipal tem uma ideia redutora da realidade social do Concelho, uma vez que circunscreve aos bairros de Santiago e Griné os esforços de combate à exclusão e pobreza no Município. Comprovando o nosso sentimento, este Plano e Orçamento não enuncia qualquer intervenção social em zonas desfavorecidas como o Caião e a Bela Vista. O que é também de lamentar. Muito obrigado.”*

*Vogal João Maia:*

*“Muito obrigado Sr. Presidente. Não é minha intenção debruçar-me propriamente nos números; até porque - como diz o ditado: o meu negócio não é números.*

*O Plano de Actividades está no entanto recheado de uma mão cheia de coisas boas. Coisas boas para o Município, que eu gostaria imenso de ver concretizadas. Quero acreditar, na fiabilidade deste Plano.*

*Embora outros oradores anteriores, já tenham posto em causa determinados projectos, evidenciando os riscos de um orçamento - por exemplo; o Pavilhão do Galitos apresenta uma verba de 58.200 contos, acho um número exagerado. Fico admirado! E fico admirado e direi mesmo desconfiado. No entanto quero acreditar na criatividade do Sr. Presidente, quero acreditar na sua inteligência, porque de facto há coisas boas neste Plano e seria bom que o Sr. Presidente realmente obtivesse os fundos necessários, para que tal viesse a acontecer, para ultrapassar as dificuldades financeiras que tal Plano vai trazer, sem que para isso sejam afectados os bolsos dos munícipes.*

*Aguardo portanto a justificação de V.Exa, para estes números. E ultrapassados portanto os problemas das receitas, permita-me acrescentar três campos de actuação às preocupações da Câmara, para ponderação da mesma:*

*Assim, o primeiro seria o INATEL; que relações neste momento a Câmara tem com esta Instituição?*

*A abordagem deste tema, é-me trazida pelo facto de que em tempos o INATEL comprometeu-se, e fez mesmo o projecto, para a implantação de um Pavilhão Desportivo, precisamente na Freguesia de S.ta Joana, onde agora está a ser previsto a implantação de um Pavilhão.*

*Segunda abordagem; relativamente aos cemitérios. Cemitérios não só municipais mas também os não municipais, as preocupações do Município no Plano de Actividades, levam-me a supor que as preocupações visam apenas o futuro e não se preocupam com o passado.*

*Gostava de dizer, que relativamente aos cemitérios não municipais, há que apoiar as Juntas de Freguesia num planeamento, mais credível. Há situações realmente, que mereciam um bocado mais de cuidado por parte da Câmara. Em termos de cemitérios municipais, eu também não vejo a preocupação da Câmara, com os jazigos e sepulturas, em ruínas, principalmente no nosso Cemitério Central. Há situações, que já foram enfrentadas por Câmaras anteriores, como o nosso regulamento de cemitérios prevê - ao fim de 10 anos, sempre que não haja manutenção desses mesmos cemitérios, o Município tem direitos de chamar a si esses jazigos e essas sepulturas; e portanto eu gostaria de saber qual é a situação, ou seja, se a Câmara já enfrentou este problema?*

*Por último gostava de abordar o problema da Ria; antes de abordar o problema da Ria, vou facultar duas dicas: o Sr. Presidente falou na recuperação das eclusas e das comportas e eu como já na outra Assembleia falei neste assunto - desculpem eu ser repetitivo, mas eu não queria que o projecto que viesse a ser elaborado, fosse um projecto de que amanhã nos fôssemos arrependers. E eu lembrei-me concretamente do caso da “Expo”, onde o nosso arquitecto relativamente às imagens que recolheu da nossa Ria, foi demasiadamente ou melhor, não concretizou as imagens mais felizes da nossa Ria; e realmente na “Expo” eu não vi lá aquilo que realmente a Ria de Aveiro tem de belo. Outra dica sobre a Ria; gostava de alertar para a Ilha da Testada, onde existem edifícios em ruínas e onde talvez houvesse necessidade de uma intervenção.*

*Mas para a Ria eu hoje vinha com vontade de alertar o Sr. Presidente e a Câmara, para o problema da Lota, que eu não vi tratado no Plano de Actividades. Eu sei que a Câmara de Aveiro, a Capitania, a Universidade, o INIP e se calhar até a Marinha, são intervenientes no mesmo processo, mas eu gostava realmente que a Câmara desenvolvesse acções concretas; e porque não sonhar - eu não sei se sonhei ou se já ouvi algum dos Srs. Deputados ou alguma Câmara falar no assunto - Aveiro precisa de um aquário. Um aquário que mostre os peixes da nossa Ria; basta um aquário com os peixes da nossa Ria e eu estou convencido que há condições óptimas para naquela Lota se criar um aquário.*

*Portanto, eram estas as questões que eu gostava de pôr à consideração do Sr. Presidente. Muito obrigado.”*

**Vogal Armando Vieira:**

*“Bem, Sr. Presidente, eu começo por referir aquilo que o meu amigo Dr. Neto Brandão há pouco dizia. O sentimento que ele tinha era de inconformismo; imediatamente lhe anuí. Eu também tenho esse sentimento - inconformismo.*

*Inconformismo, a vários níveis; e antes de começar a referi-los eu queria aqui citar aquilo que um colega meu, Presidente de Junta, o Sr. Abreu, que há pouco dizia, que o Sr. Presidente da Câmara é amável e correcto quando nos recebe. Também tenho essa opinião Sr. Presidente da Câmara. Mas deixe-me que lhe diga também: um Presidente da Câmara anterior, para mim de triste memória, também era correcto e amável. Só que depois na execução estava muito de longe daquilo que dizia ser quando nos recebia com toda a amabilidade e com muitas palmadas nas costas.*

*Portanto, eu não desejo que V.Exa seja só correcto e amável, seja eficaz e bem. E que nos ouça.*

*E que dê seguimento aquilo que lhe pedimos, obviamente dentro dos condicionalismos que a Câmara também tem.*

*E já agora ao meu colega Presidente da Junta de Esgueira: - Sr. Presidente, infelizmente nas nossas Escolas não vão ser construídos pavilhões, vão ser construídos uns ginásios que não têm nada, não se pode ali praticar nenhum desporto, que não seja a ginástica escolar. É lamentável; é assim; vão-se lapidar dinheiros públicos que podem ter uma utilização louvável mas que poderiam ser potenciados com um pouco mais de investimento.*

*Eu desejava e punha a questão ao Sr. Presidente; veja uma Freguesia tão vasta como a minha - não queria falar em pormenores da minha Freguesia, mas acabamos por ter dois ginásios e não temos nenhum pavilhão. Se quisermos praticar um desporto qualquer de pavilhão, não temos condições para isso - e é lamentável! Gostaria que visse esta questão com profundidade.*

*Depois Sr. Presidente, quanto ao inconformismo; olhe, nomeadamente na habitação social: é verdade que temos uma urbanização que está a ser ultimada, mas quando eu vejo aí, construírem-se bairros com dezenas de habitações, em comunidades bem menos numerosas - nós em 20 anos tivemos 6. Nós não estamos satisfeitos!*

*Na Rede Viária Sr. Presidente; obviamente que há algum investimento na Rede Viária principal, não se pode negar, mas aquilo que nós tínhamos incluído, e pedido que fosse incluído no Plano de Actividades, da chamada Rede Viária muito local - as pequenas ruas - não foram consideradas. E ainda mais; e aqui Srs. Presidentes de Junta, suponho que comungam, a maior parte deles, deste meu sentimento. Esta Câmara acaba com uma coisa que nós conquistámos duramente, depois de muitos anos de luta. E acaba, e se calhar as pessoas nem estão a dar por isso; e eu lamento Sr. Presidente! Lamento porque a figura da delegação de competências que V.Exa ainda mantém aqui, em coisas que podemos dizer - menores. Eu poderia até numa leitura deste comportamento, avaliar que a Câmara nos considerava cidadãos de 2ª; pessoas de 2ª; autarcas de 3ª ou de 10ª categoria; porque Sr. Presidente: nós provámos à Sociedade ao longo dos anos, e eu tenho os números para lhe demonstrar isso, que sabíamos gerir melhor que a Câmara, os dinheiros públicos - e não compreendo, nem aceito, que os senhores não tenham dado às Freguesias, pelo menos àquelas que o pediram e que rentabilizaram e que demonstraram trabalho realizado e eficácia no gasto dos dinheiros públicos ou eficiência, como diz ali o Dr. Raúl, não tenham dado às Juntas de Freguesia essa possibilidade. Pela minha parte lamento e considero um retrocesso na relação - Câmara/Juntas de Freguesia.*

*Eu acho que é além do mais Sr. Presidente, desperdiçar uma capacidade de optimização da aplicação dos dinheiros públicos, que eu acho que não seria, que não deveria ser despicienda. Peço-lhe que reveja, não tenho nenhum interesse - para além da chamada eficácia na execução do trabalho. Nós executamos o trabalho em tempo oportuno, rapidamente e digo-lhe mais Sr. Presidente e não corro o risco de ser desmentido e correctamente executado; e se calhar sem erros de ordem técnica. Parece estranho mas é verdade Sr. Presidente; e não precisamos da fiscalização dos técnicos por mais reputados que eles sejam, desta Câmara.*

*E V.Exa haverá de nos explicar, porque é que não nos quer dar aquilo que tantos anos e tantas lutas nos custou, tantos anos nos demorou a conquistar?*

*Eu devo dizer-lhe: estou à vontade para o dizer, não pertenci ao anterior executivo, não pertenço a este - o Sr. Presidente da Câmara anterior, o da fase final, não é o do início do anterior mandato, o Sr. Prof. Celso Santos, tratou-nos bem, é verdade. Eu tenho essa leitura do anterior Presidente da Câmara; tratou-nos bem no plano da consideração, no plano de considerar-nos “capazes de ...”, e achava que isso potenciava a actividade do Município, e potenciava os dinheiros públicos disponíveis e os que o Município podia disponibilizar. Cito-lhe só aqui um exemplo Sr. Presidente: a determinada altura um concurso que teve apenas um concorrente, em três vezes que foi aberto, a base de licitação era de 12 mil contos e ele apresentava 26 mil e só concorria um - 26 mil para executar a obra. A determinada altura, porque nós queríamos a obra executada e pedimos à Câmara o dinheiro da base de licitação; e*

*devo dizer-lhe que executámos a obra, se calhar melhor que o fulano, e ainda sobraram uns tostões. Isto é uma prova de que nós sabemos gerir bem os dinheiros públicos.*

*Depois, Sr. Presidente, como bem demonstrou aqui o meu companheiro de bancada o Dr. Rogério Madaíl, as transferências da Administração Central para o Município, aumentam - aquilo está orçamentado por considerando, por comparação com o real executado em 98 - até 22/12, como ele dizia; aumentam cerca de 200%. Parabéns Sr. Presidente! Tem sabido conquistar essas verbas ao Poder e aproveite porque nós Aveirenses lhe agradeceremos nessa componente - e bem precisados estamos.*

*Mas Sr. Presidente, este aumento fortíssimo das transferências, não tem as correspondências mínimas do Município para as Freguesias. Porquê Sr. Presidente?*

*Bem, é legítimo concluir que a actual Câmara que é centralista e que - nem tenho palavras, não quero estar a ofender V.Exa, nem a dizer coisas - e que quando acho que estou a ser desconsiderado, umas vezes dá-me para lutar outras vezes dá-me para não incomodar as pessoas, deixar as pessoas à sua vontade e ao seu livre arbítrio; e elas mais tarde haverão de concluir que nós poderemos ser muito úteis na execução do seu trabalho. E eu então pergunto: e o que fazer então? E pergunto aos meus colegas Presidentes de Junta: como acham que somos vistos pela actual Câmara, Srs. Presidentes de Junta? Perante este cenário, o que pensam fazer Srs. Presidentes de Junta? E agora, referindo-me mais concretamente mais à minha Freguesia, muito rapidamente só duas coisas. Sr. Presidente, se Oliveirinha fica bem em algumas coisas, exemplo - nova sede da Junta, rede viária principal; estamos bem, embora a nova sede se tenha atrasado, não é culpa deste executivo, tem paulatinamente andado; mas estamos mal, muito mal noutras, como eu já disse há pouco - a habitação social, os estudos urbanísticos; eu propus vários! V.Exa, Sr. Presidente, não desconhece que Oliveirinha é já hoje uma zona de forte pressão urbanística; já de alguma forma somos um dormitório, que é aquilo que eu não gosto de saber. Eu acho que Oliveirinha há-de ser sempre uma terra com qualidade de vida, porque com certeza nunca haverá uma grande densidade de construções; eu enquanto puder lutarei por isso. Mas não há como lhe disse, nenhum estudo urbanístico dos que propus, foi considerado; as infra-estruturas desportivas, estão englobadas num pacote que é outra coisa Sr. Presidente que eu acho, que esperava deste Executivo, uma mudança de atitude; os outros Executivos quando nos queriam calar, metiam num pacote um conjunto de obras e depois punham lá no mesmo pacote um conjunto de Freguesias. Depois haveria de se ver como era. Sr. Presidente, não pode ser assim! Não deve ser. Deve ser claramente especificado o que é que cada Freguesia tem e o que é que cada Freguesia precisa. E obviamente que em cada ano, que há Freguesias que precisam mais umas, que outras; em que as solicitações e as necessidades de desenvolvimento são mais numas que noutras, etc., etc.; nos cemitérios, a verba para a ampliação dos cemitérios, e já tive oportunidade de dizer a V.Exa - Oliveirinha tem dois cemitérios; o cemitério principal de Oliveirinha está tecnicamente esgotado. Eu estou aflito, um dia deste se houvesse, esperamos que não, uma hecatombe, que morressem umas dezenas de pessoas, nós tínhamos um gravíssimo problema às costas.*

*Conservação dos espaços de Feira; a Urbanização do Picoto Sr. Presidente, prioritária! Devia ser uma prioridade do executivo municipal. Está aprovado o Plano de Pormenor, está tudo aprovado mas falta, fazer tudo o resto, que é: adquirir os terrenos aos proprietários e fazer as infra-estruturas necessárias que irão disponibilizar no mínimo 120 lotes. Há jovens casais e emigrantes, Sr. Presidente; nós temos uma lista de pessoas que estão a aguardar, está aqui uma verba, mas é muito insuficiente, passo a redundância. Era necessário avançar mais nisto.*

*E ainda mais, a iluminação pública - só para citar meia dúzia de coisas; a iluminação pública é um desastre nas nossas aldeias, Sr. Presidente. O Concelho de Aveiro, sendo um Concelho que se pretende, de primeira linha - e V.Exa tem procurado investir fortemente na Cidade, não se deve esquecer que o Concelho Rural também é parte integrante deste Município; e como tal, deve também levar o desenvolvimento às aldeias: entre eles, o que eu disse da iluminação*

*pública. Depois ao longo do debate falaremos de outras coisas.”*

Presidente da Mesa:

*“Já agora, a delegação de competências, carece de aprovação da Assembleia; mas pode ser casuística, não tem que constar do Plano de Actividades.”*

Vogal Armando Vieira.

*“Eu falei da figura da Delegação de Competências - não quero estar aqui a particularizar, mas há dias, ao rever as actas das reuniões de Câmara, fiquei espantado de ver concedida uma delegação de competências a uma freguesia (no ano findo), e logo deram-lhe o dinheiro todo para o tal conjunto de obras - que eu pedia, das pequenas ruas; ora a Oliveirinha não deram nada; e provavelmente a outras como Oliveirinha, também não deram nada - isso não pode ser, nós não podemos aceitar isso passivamente e calados.”*

Vogal Diogo Soares Machado:

*“Sr. Presidente. Caros Colegas de Assembleia. Eu começaria esta minha intervenção por exprimir perante todos vós, os que me querem e os que não me querem ouvir, um sentimento de tristeza por um lado e de desilusão por outro.*

*Em Dezembro de 1997, o Partido Popular como é sabido, perdeu as eleições autárquicas que há altura conduziram o PS à governação deste Concelho no Executivo da Câmara Municipal. Obviamente que para todos nós, Populares, foi um choque. Para alguns um choque anunciado, para outros não tanto, mas para todos de certeza, um choque. E acreditem, quando vos digo que não foi fácil, nos dias que se seguiram a essa derrota, porque de uma derrota clara e nítida se tratou, passear pelas ruas desta Cidade que é de todos nós - e minha também, um pouco; e olhar para aquilo que se vinha fazendo de há 18 ou 19 anos a esta parte e pensar que as nossas pernas estariam, justamente, diga-se, cortadas para mais podermos fazer por esta terra. E foi com este, digamos que, peso em cima das costas, que encarámos este primeiro ano de Governação Autárquica do Partido Socialista, nomeadamente do independente que ganhou as eleições à Câmara Municipal de Aveiro.*

*Foi também com humildade que o aceitámos e essa humildade expressa-se, entre outras coisas, na eleição da Mesa da Assembleia que muito respeitamos, em consequência a uma vontade clara expressa pelo povo; foi também com o mesmo respeito que nos propusemos aprovar e viabilizar a primeira revisão entregue a esta Câmara, do Plano de Actividades e Orçamento para 98, esse sim ainda da autoria do Executivo do Partido Popular. E fizémo-lo! Fizémo-lo e como já disse na reunião passada - por o termos feito, estamos hoje dia 4 de Janeiro de 1999, a entrar o ano que antecede a viragem do milénio, de consciência perfeitamente tranquila, em relação àquilo que era nossa obrigação fazer perante o eleitorado, perante o Povo Aveirense.*

*Mas já em relação a essa revisão, a esse Plano de Actividades que era nosso, e esse sim era só nosso, porque tínhamos maioria absoluta no Executivo como toda a gente sabe, já em relação a isso dizia - pusemos as nossas dúvidas em cima da mesa e à altura aceitámos as explicações do Sr. Presidente da Câmara, com aquela resposta que foi “o que o Povo de Aveiro quis”. O benefício da dúvida tê-lo-á da nossa parte.*

*Mas hoje, no início do ano de 1999, antes de me debruçar sequer sobre o Plano de Actividades de 1999 que nos é proposto e o consequente Orçamento, eu gostaria de saber se alguns dos senhores imaginam, se a Câmara Municipal nos pode esclarecer, em relação a essa revisão desse Plano de Actividades; qual foi a sua taxa de execução? Qual foi? Qual foi a taxa de execução daquilo que o Partido Socialista, que governa hoje em dia a Câmara Municipal de Aveiro, se propôs fazer, revendo um Plano que não era dele e que até hoje conseguiu concretizar, com empréstimos bancários à mistura, que também autorizámos? Com promessas anunciadas ou crónicas de contenções anunciadas, com palavras vãs, que hoje, posso dizer, “o*

vento levou”, sem sombra nem margem para quaisquer dúvidas.

*E entrando naquilo, que hoje é o óbice desta discussão, eu gostava em primeiro lugar, de voltar a expressar o meu sentimento de tristeza pelo desrespeito, e perdoem-me o desrespeito de falar assim, que nós Partido Popular consideramos que foram votadas as Freguesias deste Concelho. É disso claramente que se trata. Foi disso que alguns deles, dos representantes do Povo dessas freguesias, já hoje aqui vieram falar. É isso que lhes pesa na alma; é isso que lhes causa um sentimento de revolta, já aqui expressado e bem, pelo Sr. Joaquim Abreu, pelo Sr. Armando Vieira, até pelo Presidente da Junta de Esgueira e outros, que não expressam, porque se calhar já acham que não vale a pena continuar.*

*E esta delegação de competências, meus senhores, que aqui nos é atirada para cima da mesa; com pequenas reparações nas escolas e limpeza de valetas - para Aradas, Cacia, Eirol e todas elas; e arranjos nas áreas verdes ou outras. Isto é o melhor exemplo do excelente negócio que se revelou a contratação de um assessor que poupou aos cofres do Município 130 mil contos: E sabem porque é que poupou, meus senhores? Porque nada disto foi feito no ano transacto. Nada! Não há um Presidente de Junta, do PSD, do Partido Popular ou do Partido Socialista (infelizmente o Partido Comunista ainda não tem), não há um desses senhores, que possa dizer que durante o ano de 1998, estes serviços básicos que a autarquia sempre prestou com eficiência, aos Presidentes de Junta, não há um desses senhores, que não tenha razões de queixa, e por isso se pouparam 130 mil contos, como dizia e bem o Sr. Presidente da Câmara, com a pseudo-reestruturação dos Serviços ou dos Armazéns da Câmara. Claro que se pouparam; não se gastaram! Não se fez! Máquinas avariaram, as prioridades foram sendo arrastadas e foram-se gerando outras; contratou-se um gestor de prioridades, que pelos vistos demora um mês a gerir as prioridades que não podem demorar mais de três, quatro dias a ser respondidas - e os Presidentes de Junta sabem-no e bem.*

*Dizia eu que esta delegação de competências, é claramente um atestado de menoridade aos senhores Presidentes de Junta. Felizmente que a lei autárquica prevê que os senhores possam e sejam os primeiros ter assento nesta Assembleia Municipal. Felizmente, que há um sítio onde podem mostrar - e mostram muitas vezes, que sabem mais do que gerir limpezas de valetas, e pequenas reparações nas escolas. Quanto ao Plano e ao Orçamento, propriamente dito, quanto às receitas, está tudo posto em cima da mesa e os números, são números; o negócio não são números; as morcelas não se fazem sem sangue; claramente este armazém, não é muito maior que a montra, como dizia e muito bem o meu colega de bancada, o Dr. Jorge Nascimento, estas receitas são claramente, artificialmente, empoladas. E mais, há previsões de receitas, e de grandes receitas, primeiro, umas nem sequer estão aprovadas; por exemplo, o regulamento de taxas foi duas vezes para trás em reunião de Câmara e o Sr. Presidente da Câmara está aqui e não me pode desmentir - duas vezes. Foi duas vezes retirado da ordem de trabalhos, das reuniões de Câmara, porque a vereação não esteve de acordo com ele e os senhores sabem-no bem. E no entanto são as taxas e licenças, que prevêm o maior aumento de receita deste Município. Por exemplo, a Contribuição Autárquica, eu faltei a essa reunião mas sei o que se passou, todos nós sabemos; o Executivo previa - reparem nisto - um aumento da Contribuição Autárquica para 1,3 ou seja, 30% de aumento no primeiro “draft” como se costuma dizer, claro que fundamentado num decreto-lei revogado há três anos - mas 30% de aumento.*

*Graças a Deus que havia um assessor económico, que chamou à atenção e disse: retirem! Isso está fundamentado num decreto-lei, revogado há três anos. Retirem, retirem! Voltem a trás. E então consensualmente diziam: vai apresentar-se um proposta, que só implica um aumento de 10%. Se calhar um argumento incrível para o mesmo e dizia o Presidente da Câmara, na reunião de Câmara da altura - que 30% de aumento na Contribuição Autárquica dava muito jeito à Câmara; e aos Municípios não custava a pagar. Isto está na acta da Câmara da altura. Este foi um dos argumentos fabulosos, para o aumento dos 30% da Contribuição Autárquica, que pelos vistos voltou a ser actualizado ou reutilizado para o aumento dos 10%. Realmente, Sr.*

*Presidente da Câmara, tiro-lhe a chapelada mais uma vez; 10% se calhar davam muito jeito à Autarquia e se calhar custava pouco aos Municípes pagar; mas felizmente que os Municípes têm aqui quem zele por eles e diga: já chega! E no entanto este Orçamento, teve oportunidade de ser revisto; páginas trocadas e tal, do primeiro para o segundo “draft”, não teve tempo para também ser revisto com uma pequena corrigenda, nem que fosse à mão Sr. Presidente! Dizendo: que nomeadamente em relação à Contribuição Autárquica, se previa menos 10% de receita daquilo que está aqui posto. Não vejo aqui nada e não posso, não podemos nós, aprovar um Plano de Actividades que comporta erros destes, são erros de cinco tostões dirão; mas são erros. São erros também, quando se vêem e como foi muito bem aqui explicado pelo Dr. Rogério Madail, não conformidades entre o Orçamento e os Mapas anexos. O Dr. Raúl Martins, muito bem, nos anteriores Executivos apontavam os erros de cinco tostões, essas mesmas não conformidades, foram aqui apontadas ao pormenor dos cinco tostões e bem, porque um Orçamento, como dizia o Dr. Raúl Martins e bem, não pode passar, nem com um erro de cinco tostões, quanto mais com não conformidades destas.*

*Quanto às receitas, ainda há mais. Há por exemplo aqui uma coisa que me espanta e na altura da Assembleia Extraordinária, convocada para a aprovação deste negócio que todos nós assinámos de cruz, pedindo apenas compromissos de boa vontade ao Sr. Presidente da Câmara, e um deles foi a apresentação, tão célere quanto possível, do Plano de Pormenor do Centro, ele ainda não existe! Continuam a existir, soube-o hoje, exactamente os mesmos estudos, que existiam à data em que nós aprovámos, a compra dos terrenos em frente ao Centro de Congressos. E no entanto, na previsão da obtenção de receitas, destaca-se aqui 1 milhão e 500 mil contos, pela Urbanização do Plano de Pormenor do Centro? Mas que Urbanização do Plano de Pormenor do Centro? Que estudos é que nós conhecemos? Que Plano de Pormenor é que nós conhecemos para podermos aprovar ou ajuizar da justeza de avaliação destes valores? E olhando para o mapa de vendas de terrenos, ainda bem que se autorizou a compra da Quinta da Condessa - Taboeira e da Quinta da Médica, porque vendo aqui a desesperada fúria de alienação de património, para sustentar um Plano, cujo ser, não tem uma tão insustentável leveza como outros, vendo esta alienação de património, o que é que podemos nós pensar? Onde é que nos vamos nós agarrar, quando nos precisarmos de agarrar a alguma coisa? E claramente vamos precisar.*

*O Pavilhão dos Galitos, são 70 mil contos para o arranjo urbanístico; para quê? Para organizar o Campeonato do Mundo de Basquetebol - Júnior; ainda não está resolvido o problema com o Campeonato do Mundo de Kayak-Pólo. Vamos gastar 70 mil contos já, na envolvente do Campeonato do Mundo do Pavilhão dos Galitos. Ainda não foi aqui assumido perante esta Assembleia, que a Câmara gastou mais 15 mil contos, do que aquilo que veio aqui dizer que gastaria, no Campeonato do Mundo de Kayak-Pólo e já a Câmara nos pede que aproveemos dentro de um Plano 70 mil contos, para arranjar os jardins à volta do Pavilhão do Galitos, para organizar outro Campeonato do Mundo. Não meus senhores! Assim, não brincamos, claramente.*

*Voltava àquilo que eu acho ser a maior contradição desta Câmara, neste documento; ou num destes dois; com folhas trocadas ou sem folhas trocadas, para mim são iguais. Mas voltava àquela que eu considero ser a maior contradição; e essa está num facto muito simples: com uma “paciência de Jó”, dizemos nós, ouvimos durante um ano, sempre que outra desculpa não havia, ser-nos atirado à cara a situação calamitosa, em que os cofres da Câmara se encontravam; calamitosa! Mesmo assim tivemos a bonomia ou a boa vontade, de aprovar um empréstimo, para resolver esta situação calamitosa. Não vejo nada disto resolvido. Vejo como todos vemos, um enorme aumento das despesas correntes com o funcionamento da Câmara ... ah! Mas estou-me a lembrar que se calhar este enorme aumento das despesas correntes, com o funcionamento da Câmara, é para ser investido no organigrama para o qual foi contratado, ou para a Execução do qual foi contratado um assessor - já me esqueço do nome; mas que caramba! Nem*

*o organigrama nos apresentou em cima da mesa e já foi chumbado duas vezes em Sessão de Câmara; nem um organigrama nos apresentou para haver contenção de custos com as despesas de funcionamento da Câmara. O que é que podemos nós fazer com isto? Pavilhões nas escolas, sim senhor. 40 mil contos para aquelas que não estão em PIDDAC. Melhor seria ou de rir seria, se nem um estivesse contemplado em PIDDAC, vá lá, estão dois. Se calhar são aqueles dois que na última revisão do Plano de Actividades e Orçamento para 98, este mesmo Executivo retirou, desse mesmo Plano - S. Bernardo e Aradas. E foi questionado na altura: porquê retirar? Se calhar agora para os incluir em PIDDAC; uma jogada estratégica brilhante, diria eu. E depois dá-se 40 mil contos, para a construção de mais dois.*

*Eu não sei quanto é que custa a construção de um Pavilhão Gimnodesportivo; mas por este caminho eu sei que vamos entrar em 2000; 2001; 2002; 2003 com freguesias suburbanas sem desporto escolar, o que é uma vergonha. E estas prioridades estavam claramente translúcidas e explicitadas no último Plano de Actividades, que só custava a esta Câmara 7 milhões e tal, oito milhões de contos; só custava! Claro que não havia um lago, obviamente; mas um lago de alto gabarito; que envolve obra de alta engenharia militar, que envolve navegação e se calhar envolve 600 mil contos; se calhar envolve, segundo o primeiro estudo prévio, algo entre 400, a 600 mil contos; se calhar! E quando o Sr. Presidente da Câmara aqui disse, argumentando quanto à redução da Contribuição Autárquica, que 100 mil contos, muito jeito dariam para construir habitação social; eu só posso dizer: meu Deus! É demagogia de parte a parte. Então e os 600 mil contos? Quantas casinhas para jovens, à procura do primeiro emprego, mas que recém casados, não se construiriam com 600 mil contos? Diga-me lá Sr. Presidente da Câmara? Podia protestar entre estas, mais 50, 60, 70 razões, viáveis ou não viáveis, todas erradas já sei que vai ser o que o Sr. Presidente da Câmara me vai dizer; agora há três vectores básicos que eu não posso deixar de salientar: freguesias - o sustentáculo, a base de poder autárquico são as Juntas de Freguesia. É lá que se ganham, e é lá que se perdem eleições! Foi no centro urbano, claramente, que um seu antecessor de nome Girão Pereira, Sr. Presidente, que realmente sedimentou na segunda vez a primeira vitória autárquica, foi sim senhor. E foi quando o centro urbano esgotou a contribuição em votos, que um seu antecessor ainda de nome Girão Pereira, se virou para as freguesias rurais, onde angariou os votos que lhe deram sucessivas maiorias absolutas - foi sim senhor, Sr. Presidente!*

*Eu poderia dizer que o senhor está no bom caminho; mas para um Aveirense que se orgulha de o ser, esta comparação com um serrano deve claramente incomodá-lo! E o senhor está claramente a utilizar o mesmo “modus operandi”, de um seu antecessor que durante dezoito anos se chamou Girão Pereira; e mais lhe digo Sr. Presidente, e termino com isto: aquilo que de bom eu vejo neste Plano, com aquilo que de bom eu vi na curta taxa de execução, daquilo que foi a sua revisão do Plano de Actividades de 98, é só a continuidade de tudo o que vem de trás. Já lhe louvei aqui a capacidade de saber discernir entre o trigo do joio, não o posso fazer hoje. Posso dizer-lhe claramente, que os bons projectos que vêm de trás, o senhor abarcou-os; esqueceu alguns: o Metro Ligeiro de Superfície, que custaria 5 milhões de contos a esta autarquia e que muita falta nos faz; esqueceu outros: Europa dos Pequenitos. Não ouvi da sua boca uma palavra mais enfática, quanto à Europa dos Pequenitos; nunca ouvi da sua boca. Apenas ouvi dizer sempre, que a Europa dos Pequenitos estava a ser negociada, estava garantida - já passou um ano! Um ano e nada de palpável se vê, nada!*

*Sr. Presidente, termino dizendo que este vosso Plano de Actividades e Orçamento, teria sido à altura se calhar, algo que lhe proporcionaria a si e à sua equipa, a eleição de um quinto vereador e uma contenção de despesas na contratação de um assessor. Porque este Plano de Actividades, transformado em manifesto eleitoral, digo-vos claramente, que era muito capaz de vos dar a maioria absoluta. O problema está, Sr. Presidente, em que há uma clara disfuncionalidade ou inconformidade entre aquele que foi o seu programa eleitoral e aquilo que está expresso aqui neste Plano de Actividades. Porque todas as obras que o senhor criticou*

*durante a campanha eleitoral, como obras básicas e primárias que não auguravam o futuro de Aveiro estão aqui, outras delas não estão, mas eu tenho confiança que irão estar. Porque realmente são obras do futuro. Louve-se a sua tenacidade e o alargamento do Canal e da construção do lago, mas não lhe posso hoje, em nome do Partido Popular e da bancada que tenho a honra de liderar ou de presidir, não lhe posso claramente louvar o trabalho desempenhado na elaboração deste Plano de Actividades. Não lhe posso garantir, que lhe vamos dar o benefício da dúvida novamente. Não lhe posso dizer, que outro cheque em branco lhe passaremos. Muito obrigado.”*

Entretanto, deu entrada na sala o Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, João Pedro Simões Dias, que nos termos regimentais ocupou o seu lugar na Mesa.

Vogal Britaldo Rodrigues:

*“Sr. Presidente, não vou ser longo nas minhas apreciações, na medida em que já o Dr. Rogério Madaíl na parte essencialmente técnica, teve oportunidade de o fazer, e o fez com brilhantismo. Aliás também não vou repetir outras considerações feitas por membros de outras bancadas; não vale a pena repetir.*

*Apenas dizer contudo o seguinte: no que diz respeito, à problemática da Ria de Aveiro, eu creio que de uma vez por todas, temos de acabar, todos nós, de deixar de dizer que temos a Ria no coração e nas alturas próprias, não fazermos o que se deve fazer por ela. Acho muito bem que se construam eclusas; acho muito bem que se protejam as margens na Cidade; acho muito bem que preveja fazer até uma sinalização dos esteiros e que se indique por exemplo, onde é que está o Esteiro do Gramato, como era defendido aqui - eu também sou um utilizador frequente do Esteiro do Gramato.*

*Ia eu dizendo que tudo isso é muito importante, mas mais importante do que isso é tomar consciência de que as ilhas que existem na Ria de Aveiro, vão desaparecendo devido ao processo de meandrização dos esteiros, como irei, talvez para a próxima semana, apresentar numa reunião promovida pelo Gabinete de Estudos Concelhio do PSD. Esse problema vai ser apresentado; esse problema é grave. Podemos estar numa situação de a curto prazo termos uma Ria completamente transformada. É evidente que não é à Câmara que compete, muitos dos trabalhos que se devem realizar na Ria. No entanto eu creio que até nas campanhas eleitorais, muitas vezes, todos dissemos que devíamos muitas vezes ultrapassar aquilo que é estritamente da autarquia - e isso já se fez, nomeadamente com a protecção dos muros da Ria; e temos de dar um exemplo significativo, uma pequena verba que seja para dizer: vamos estudar este assunto, para podermos depois exigir, junto das instâncias adequadas, que se cumpra.*

*Depois também devo lembrar, que há poucos dias falámos muito durante campanhas eleitorais, de estudos para quebrar o isolamento de S. Jacinto; falou-se de “ferry-boat”; falou-se de uma solução rodoviária ou outra qualquer e eu penso que depois de tudo o que se disse, deveria existir aqui uma pequena verba para estudos comparativos da viabilidade alternativa, para quebrar este isolamento. Não devia estar já assumido, se é isto ou aquilo, porque se deve estudar com seriedade este problema.*

*Depois verificámos ainda o seguinte, na apresentação deste Plano de Actividades: Por vezes dá a impressão, que nos esquecemos de que nesta Cidade, temos aproximadamente 8000 estudantes universitários; isto corresponde a mais de 10% da população do Concelho. Significa que Aveiro, é uma Cidade Universitária; gostaria que houvesse o cuidado da Câmara Municipal reconhecer a Cidade Universitária que Aveiro é. Portanto, considerar verbas específicas para iniciativas da Associação Académica de Universidade de Aveiro. 8000 mil alunos, representam algo de significativo nesta Cidade e devia especificamente, constar algo para a Associação Académica de Universidade de Aveiro, tanto mais que por razões que já não são do presente, são do passado, talvez tenha sido das Câmaras Municipais que menos dinheiro deram a uma*

*Universidade que se constituiu no seu concelho. Estou-me a lembrar de que enquanto em Braga, e durante a instalação da Universidade do Minho, a Câmara, ia oferecendo edifícios. Aqui nada disso sucedeu; portanto a Câmara já no passado, pouco apoio concedeu à Universidade. Talvez fosse altura de corrigir isso.*

*Eu vejo aqui na rubrica do Ensino Superior 500 contos e aparentemente é para dar um prémio que muito louvo: para incentivar os bons alunos. Mas poderá parecer às más línguas que ao fim e ao cabo seja para naquele momento da abertura das aulas e solenemente, o Presidente da Câmara ir lá dar 500 contos; pôr-se em bicos de pés nesse momento e depois mais ninguém se preocupar com os estudantes.*

*Quero ainda dizer, que da intervenção bem clara da parte do Dr. Rogério Madaíl, se retiraram essencialmente conclusões técnicas. Sobre o ponto de vista político direi: depois do que ouvi e depois das intervenções que se seguiram e se não houver uma explicação profunda que responda às dúvidas com que eu fiquei, creio que não poderei votar favoravelmente esta proposta da Câmara.*

*Finalmente, quero fazer notar o seguinte: é que no que diz respeito à Acção Social, que é o ponto 3 deste Plano, eu verifico algo que me parece grave, que é o seguinte: em 1997 tínhamos 276 mil e tal contos, que correspondia a 5,6% do Orçamento; actualmente vamos ter 112 mil, o que corresponde a 1,38%. Até nos aspectos em que tem sido dito que esta Câmara vai insistir bastante, que é o caso da Habitação Social, eu verifico que em 1997 tínhamos inscrito 589 mil contos, aproximadamente, que correspondia a 11,95%; agora temos 566 mil e tal, que corresponde a 6,85%. Estou a verificar, também, a nível da saúde que passamos dos 2,7% para os 1,15%. O que eu concluo é que em aspectos que têm uma vertente social, contrariamente ao que se passa noutras rubricas, estamos a verificar, uma diminuição significativa de verbas orçamentadas. Isso preocupa-me na medida em que defendo princípios Social Democratas. Um dos princípios da Social Democracia, é o princípio da igualdade de oportunidades à partida; portanto o cuidado que deve de existir com crianças, nomeadamente, as desfavorecidas, parece-me algo que não podemos deixar de ter em atenção. No que diz respeito à promoção da Solidariedade Social, a Câmara assumiu no passado uma acção complementar extremamente importante. Não me parece bem, que se esteja a verificar que esse esforço esteja agora a ser reduzido; porque como Social Democrata, defendo a solidariedade. Esta solidariedade tem de se verificar, nomeadamente com os mais desfavorecidos: com velhos, com pessoas menos favorecidas financeiramente; e eu não me esqueço que ainda há pouco tempo, foi feito um peditório para o banco alimentar contra a fome, em Aveiro; isto é, existe fome em Aveiro. E como podemos nós estarmo-nos a preocupar com aspectos que são de importância naturalmente, mas de importância relativa, menor, para mim, que existir um cidadão nesta Cidade que tem fome. Como é que nós podemos reduzir a Acção Social de 276 mil para 112 mil e propor um lago de 150 mil; propormos a participação da Câmara no capital social da sociedade anónima desportiva Aveiro-Basket; propormo-nos pagar mais pelo campeonato de Kayak-Pólo, etc.*

*É que nesta perspectiva, Sr. Presidente da Câmara, eu devo dizer-lhe que esta proposta ofende princípios, que nós defendemos na Social Democracia; e aqui então, temos um problema grave. A partir do momento em que se ofendem princípios, e se não formos esclarecidos sobre isso, teremos obrigatoriamente de votar contra.”*

Vogal Pedro Pires da Rosa:

*“Sr. Presidente obrigado. Obrigado Caros Colegas. Eu pedi a palavra só para referir três acções ou três pontos, que considero preponderantes neste Orçamento e que muito me estranha terem sido rebatidos ou de qualquer forma omitidos, por um colega desta Assembleia que se referiu ao objectivo da Juventude.*

*Um primeiro ponto, o lançamento da Casa Municipal da Juventude; uma das bandeiras que tem*

*sido da Juventude Socialista e penso que apadrinhada por todas as outras Juventudes Partidárias, espaço este que está a ser estudado e planeado em concertação com o Conselho Municipal de Juventude. Note-se que este Conselho foi reabilitado pelo Executivo Socialista e funciona hoje como representante legítimo das Associações de Jovens em Aveiro.*

*Segundo ponto, o Programa de Apoio à Iniciativa Jovem, que é lançado neste Plano de Actividades e que surge para apoiar projectos e iniciativas das associações e de grupos informais de jovens; como é que isto funciona? Hoje para que um grupo de jovens se possa candidatar a um incentivo, é necessário que apresente um plano, bem como um orçamento, que deverá obter um parecer de uma Comissão Permanente do Conselho Consultivo da Juventude, que se irá debruçar sobre o caso. Consegue-se assim, pois obter um maior critério, uma maior transparência e um maior rigor que outrora não existiu em relação à Juventude e que hoje os jovens podem obter.*

*Um terceiro ponto, e quero-me regozijar também, pelo início do cumprimento de uma das grandes bandeiras do nosso programa, que tem haver com a não verticalização dos problemas afectos à Juventude. É com agrado de facto, que se vê contemplado a vários níveis neste Plano e Orçamento, a preocupação com os reais problemas dos jovens Aveirenses. E não apenas a especialização de problemas, que não são específicos, mas sim de todos os quadrantes: desde o ensino, ao mero boletim informativo. Especialização esta, que só serviria para colocar os jovens de Aveiro, em exemplo do passado, em uma qualquer cripta, que em nada lhes diz respeito. Obrigado.”*

**Vogal Raúl Martins:**

*“Muito obrigado Sr. Presidente. Muita coisa foi aqui dita, eu gostaria de dizer duas palavras, sobre aquilo que o meu distinto colega Rogério Madaíl, aqui trouxe.*

*Em primeiro lugar, algumas dúvidas, alguns dos problemas que lhe surgiram, com a eficiência e a eficácia.*

*Como muito bem sabe, eficiência é fazer certas coisas; eficácia é fazer as coisas certas. Isto é, traduzindo para o português comum: é eficiente aquele que reza todos os dias, mas eficaz é aquele que consegue atingir o céu. Penso que nós assim nos começamos a entender.*

*Eu gostaria de falar de uma coisa que foi aqui trazida por várias pessoas, com alguma demagogia e que eu gostaria de desmontar, até com argumentos económicos, que é o problema do lago. O Sr. Dr. Rogério Madaíl falou de operações estéticas, investimentos estéticos, outros disseram que são investimentos demagógicos. Eu gostaria que esta Assembleia, pensasse no seguinte: um lago naquela zona, vai potenciar obviamente o valor dos terrenos daquela zona; e se a Câmara só do Côjo tem 112 mil metros quadrados de construção; se a construção de um lago potenciar o valor dos terrenos, em cinco contos por metro - só aí são 600 mil contos. Trinta milhões de Euros, como agora se diz.*

*Portanto, deixemo-nos dessas coisas, porque se calhar afinal é bom para todos nós; é bom para as finanças municipais, além de ser agradável esteticamente, a insistência obviamente de uma estrutura daquele tipo.*

*Mas o Dr. Rogério Madaíl conseguiu demonstrar, com o brilhantismo que lhe é natural, que este Orçamento, é um Orçamento bom. E penso sinceramente, já que se tem falado tanto de assessores, que o Sr. Presidente da Câmara, também lhe devia dar uma Assessoria, quanto mais não fosse para melhorar o Marketing e a imagem do Presidente da Câmara, porque o senhor conseguiu apresentar o Orçamento da Câmara, com argumentos favoráveis obviamente à Câmara, melhor do que o próprio Presidente. Muito obrigado Sr. Dr. Rogério Madaíl.*

*A oposição de facto não diz que o Plano não é bom; diz que é fantasista; diz que em termos Orçamentais, é irrealizável. No entanto, nenhuma palavra aqui foi dita sobre as obras que estão a mais; pelo contrário, o que eu ouvi dizer aqui, é que faltam muitas obras aqui naquele Orçamento e portanto seria preciso ter um Orçamento com um valor maior. Foi isso que eu ouvi*

*aqui de todas as pessoas, dos Presidentes da Junta - toda a gente quer fazer obra, mas ninguém quer gastar dinheiro. O que é uma incongruência. O que de facto a oposição tem medo, é que a actual Câmara execute este Plano de Actividades e Orçamento. E é pena que tenha! É pena que ponham pequenos interesses políticos, acima e à frente dos interesses comuns do nosso Concelho. É pena que não apoiem como nós, com todas as forças, o esforço do Executivo - deste Executivo, que está a dar um sinal forte, claro, de como Aveiro se deve desenvolver, de como Aveiro se vai desenvolver no futuro.*

*Reconheço que haverá algum exagero nas verbas orçamentadas; e obviamente que esse exagero existe, porque como sabem, é necessário cabimentar despesas de obras, eventualmente co-financiadas. Se não estivessem cabimentadas, não poderiam ser feitas. No entanto confiamos que a equipa, que o Dr. Alberto Souto lidera, será o mais eficaz possível, em termos do cumprimento deste Orçamento e que nos brindará com uma taxa de execução que nos encherá de orgulho e fundamentalmente que se potenciará e não desperdiçará os esforços que o Governo está a fazer, em Aveiro, olhando para Aveiro e recuperando alguma equidade que durante muito tempo nos foi roubada, nos foi negada - em relação a outras terras como Coimbra, pelo Governo Central. Tenho dito.”*

Vogal Rogério Madaíl:

*“Primeiro queria só fazer aqui uma rectificação, e o que eu disse foi: o Plano de Actividades e Orçamento devem ter em conta que os recursos são escassos e devem respeitar os princípios da eficácia e da economicidade, de forma a aumentar o valor do dinheiro.*

*Ora bem, eficiência vamos nós analisar quando nos apresentarem aqui o Plano - a ver se foram eficientes ...*

*O problema do lago; continuo a dizer que pode ser um bom investimento - é estético; mas há outros prioritários, na minha opinião. Penso que há coisas mais importantes que isso e não acredito, que valorize cinco contos o metro quadrado; penso que isso é muito discutível.*

*Agora, eu não disse que o Orçamento era bom! O Orçamento é o seguinte: eu fiz uma análise, menos política, mais técnica; e continuo a dizer que na área do Orçamento das despesas de investimento - tudo bem; tenho dúvidas (e nós veremos para o ano) se vão conseguir a sua realização; o que eu digo - ia para dizer que era um caos, mas acho que é muito mau em termos de despesas correntes. Acho que é um exagero.*

*Obras a mais não; despesas correntes a mais sim, e de que maneira. E com receitas às custas dos contribuintes. Há um exagero nas verbas orçamentadas em despesas correntes - não tenho dúvidas e nós iremos ver. Muito obrigado.”*

Vogal António Vinagre:

*“Muito obrigado Sr. Presidente. A minha intervenção visa particularmente a área da Protecção Civil. Lembro ao Sr. Presidente da Câmara, que aquando da sua campanha eleitoral teve oportunidade de visitar as duas corporações de Bombeiros desta Cidade. Por isso apercebeu-se certamente, das principais carências que afectam estas duas corporações.*

*Na Sessão de Fevereiro de 98, tive então a oportunidade de alertar V.Exa, para o rápido crescimento do Concelho e a necessidade dos Bombeiros acompanharem esse mesmo crescimento. Continuamos a ter verdadeiros barris de pólvora em pleno centro da Cidade. Nada foi feito; em termos de segurança continuamos também a construir edifícios de difícil acesso - lembro a este propósito que está projectado o edifício Aveiro, nas traseiras do Centro Comercial Oita, que tem dezasseis andares; sendo do 2º ao 8º andar destinado à habitação.*

*Sr. Presidente, os Bombeiros precisam de mais material, equipamento e viaturas; a Protecção Civil está mal equipada e V.Exa não vai resolver o problema, com telemóveis e bip's.*

*Neste Orçamento, mais especificamente nesta área, pouca coisa foi alterada ao Orçamento anterior: há mais dinheiro para as corporações - pouco mas há; continuando mesmo assim a ser*

*insuficiente. Vamos continuar a ter Bombeiros à porta da Feira de Março, para que lhe sejam concedidos 16 mil contos, sendo o lugar destes homens, em qualquer outro a prestar um Serviço a população. No entanto lembro a V.Exa, que este Serviço que os Bombeiros prestam à porta das feiras, é um Serviço que prestam à Câmara, não sendo a totalidade das receitas atribuídas aos Bombeiros; portanto, recebem 16 mil contos, na troca da prestação de um Serviço à Câmara. Portanto a Câmara não dá nada - troca.*

*Vamos também continuar a ter Bombeiros na rua, porta a porta numa situação indigna, da sua importância social. Mas só assim, é que será possível fazer face às inúmeras despesas que as corporações diariamente têm. Quero que saiba V.Exa que já existem nesta cidade cerca de três dezenas de homens, profissionais, no conjunto das duas corporações, e cada vez mais se caminha no sentido da profissionalização. Já não podemos deixar nas mãos de meia dúzia de pessoas e da sua boa vontade, a segurança de milhares de outras. Mesmo assim, é reconhecido o mérito na actuação dos Bombeiros nesta Cidade.*

*Lembro a V.Exa, que Cidades mais pequenas do que esta, têm um orçamento anual, só para os Bombeiros, três vezes superior a este. Cidades onde os autarcas têm verdadeira consciência da sua realidade, e onde a segurança das pessoas e bens, assume grande importância. Também aqui a segurança de todos nós, vale muito mais que 54.500 contos.*

*Bombeiros Municipais; Bombeiros Sapadores; poderá ser uma solução. Está na altura de pensar um pouco mais nestas hipóteses, como se pensou na implantação da Policia Municipal. Este ano, para esta Policia está-lhe reservada a verba de 500 contos. Sinceramente Sr. Presidente, deixe-me que lhe diga: o senhor não pensa muito a sério na segurança dos seus munícipes. Muito obrigado.”*

Presidente da Câmara:

*“Muito obrigado Sr. Presidente. Vou então tentar esclarecer as dúvidas que aqui foram expressas e penso mesmo que depois dos esclarecimentos que vou prestar, muitas das críticas que foram feitas, ficarão, se não completamente sem objecto, pelo menos bastante mais atenuadas; estou convencido disso; e os próprios vão reconhecê-lo.*

*Em primeiro lugar, o Sr. Dr. Rogério Madaíl; queria felicitá-lo pela novidade que introduziu, ganhou-me aos pontos em relação à apresentação do Relatório de Actividades; na parte estética ganhou com certeza e ganhou também na análise económica que fez, na medida em que fez muito mais percentagens do que eu fiz - de facto aí ganhou aos pontos. Isto é, conseguiu exaustivamente, e foi esse, perdoo-me se estou a diminuir o seu trabalho, mas penso que foi muito centrado sobre os aumentos brutais em termos de percentagens. É claro que 100% de 0, é 0; e 300% de 2, é o que se sabe, e portanto, as percentagens dizem pouco e mais importante do que as percentagens, para que esta Assembleia pudesse de facto fazer um juízo político sólido sobre se as receitas e as despesas, são ou não são fundamentadas, o senhor doutor devia ter demonstrado porque é que as receitas estavam sub-avaliadas e portanto insuficientes para cobrir as despesas. E como bem sublinhou o Dr. Raúl Martins, nenhuma voz se ouviu a criticar as despesas que estavam feitas, excepto a propósito do montante das despesas correntes, que eu vou ter ocasião de explicar.*

*Portanto eu gostaria de começar por aí justamente. Vou prestar alguns esclarecimentos, para tentar demonstrar, que os aumentos das receitas que são de facto significativos, estão fundados. E iria começar pelo aumento das receitas correntes: por exemplo, contribuição predial autárquica; temos prevista uma receita de 1 milhão de contos. Significa isto um aumento de 100 mil contos. Foi aqui dito, que uma vez que a taxa que esta Assembleia aprovou era de 1% , o Orçamento agora teria que baixar 100 mil contos, o que não nos implica a correcção nesta parte das receitas prevista para a Contribuição Predial Autárquica, porque a variação entre o Orçamento de 97 e a taxa de execução de 98, que foi essa variação de 14,03%, é uma variação maior do que aquela que nós estamos a prever, para a diferença entre 98 e 99, que é apenas de*

11,01%, ou seja, nós estamos a aumentar menos, aumentando 100 mil contos, do que o aumento que tivemos nos dois exercícios anteriores que são comparáveis, e mais ainda, como sabem a Contribuição Predial Autárquica, é uma taxa que é fixada em 1%, mas que tem outras variáveis: depende das casas que se compram; dos terrenos que se vendem e dos novos contribuintes que ficam a pagar. E se nós fizermos, como queremos fazer, se conseguirmos promover bem o mercado, há todas as expectativas para pensar, que se calhar esta verba ainda está por defeito, em relação à verba que foi orçada em anos anteriores.

Depois 1 milhão e 200 mil contos, que está previsto para a SISA; e aqui o aumento em relação ao ano anterior, ao Orçamento anterior, é de 500 mil contos; é de facto um grande aumento - aqui impressiona.

Eu estou a ser o mais exaustivo possível; estou a ver as três variáveis: montante orçado, montante real e novamente orçado este ano. Nós recebemos em 98, 716 mil contos de SISA - até ao dia 28/12, mais 340 mil contos de SISA, que decorrem da operação da "Imoleasing", ou seja, já temos para 99, a realizar o mesmo sem nenhum aumento, ou seja, a realizar o mesmo que realizámos em 98, mais o aumento da "Imoleasing", já vamos em 1 milhão e 56 contos. Isto é, basta que o mercado, por si - nesse ano, gere apenas mais 150 mil contos. Bom, parece-me mais uma vez, que estamos com uma base de prudência acima de tudo aquilo que é razoável.

Depois temos a Derrama: 850 mil contos. Também fiquei desconfiado, devo dizer. Passar de 600, para 850; também tem que haver uma boa explicação. Bom e aqui a explicação, tenho que admitir, é menos contabilizada, mas é a seguinte: estamos com uma boa conjuntura, estamos com boas taxas de juro, estamos com as empresas a trabalhar bem e portanto há razões para acreditar, que a Derrama vai aumentar. Mas além disso, ainda há um elemento, que permite um grande optimismo neste acréscimo: é que como sabem, a nova Lei das Finanças Locais, veio modificar o método de cálculo da Derrama; e veio permitir que a partir de agora, não apenas as empresas que estão sediadas no Concelho e que aqui geram rendimento, passem a ser tributadas em sede de Derrama, mas também aquelas que tendo apenas estabelecimentos estáveis, passem a contribuir na medida de uma certa proporção, que é estabelecida entre o montante da massa salarial gerada no Concelho e os rendimentos globais. Isto é, entidades como bancos, que não têm aqui as sedes, mas que têm estabelecimentos estáveis; grandes empresas nacionais, que têm aqui pequenas filiais, etc., passam também a poder ser tributadas em sede de Derrama. Portanto, mais uma vez, outra grande receita - os 650 mil contos, pode ser com segurança, estimada; e estamos a falar de estimativas, não estamos a falar de contas certas.

Depois outra receita importante, que é nova: loteamentos e obras. Prevemos um aumento de 200 mil contos, em relação ao Orçamento de 98, é verdade. E aqui, como foi bem notado por todos, temos em vista a aprovação de um regulamento que altere as taxas relativas a licenças e loteamentos urbanos. E temos muita esperança, que esta Assembleia aprove, numa reunião extraordinária que vamos convocar assim que puder ser; porque estamos a perder dinheiro todos os dias, meus senhores! E depois acrescento isto também, porque foi uma crítica que apareceu aqui; o aumento deste regulamento não se repercute sobre os pobres dos munícipes, como foi dito; repercute-se sobre as empresas de construção e em percentagens que quando esse regulamento vier a discussão aqui, vamos ver que são razoáveis. Portanto, não entremos com o papão dos aumentos dos impostos, porque de facto é um efeito que é absolutamente dissolvido e por um grupo económico poderoso, digamos assim.

Depois os Resíduos Sólidos; temos um aumento de 120 mil contos, não é muito, obviamente dentro destes milhões todos que estamos a falar, mas é claro que temos em preparação outra lacuna normativa que tínhamos no Concelho de Aveiro, que é um regulamento de Resíduos Sólidos e Urbanos, que vai disciplinar horários coimas contravenções e taxas, naturalmente a pagar. Contamos que o produto destas taxas, que são taxas que têm uma importância diminuta em termos absolutos e que se vão integrar provavelmente na facturação da água, provocará esta

receita complementar, de 120 mil contos.

1 milhão 340 mil contos, que é a verba que temos para o Fundo Geral Municipal. Há um aumento de 110 mil contos - é o antigo FEF, como sabem. Também aqui apesar de não termos sorte no Fundo Municipal de Coesão, temos de facto um aumento significativo, porque recebemos mais cerca de 110 mil contos.

Venda de Bens. Bom, aqui não há dúvida que é um dos pontos sensíveis desta previsão. Nós temos um aumento, em relação à previsão do ano passado, de mais 2 milhões e 200 mil contos. Porquê? Com toda a franqueza, com toda a humildade: por um lado porque não vendemos no ano anterior e portanto tudo o que tínhamos para vender no ano anterior, transita praticamente. E porque é que não vendemos? Há muitas explicações para dar, esta Assembleia até se lembrará de algumas, por exemplo os terrenos do Beira Mar; recebi desta Assembleia uma recomendação para que em vez de ir imediatamente para a hasta pública que poderia estar feito já há alguns meses, fosse prioritariamente vendida à Universidade ou ao Hospital e as negociações infelizmente arrastam-se. Mas, enfim, eu não quero alijar responsabilidades; há muito para vender, estou só a contar um dos pormenores.

A Fábrica da Pinheira, também foi uma opção que na altura se fez, pareceu que ia ser mal vendida, não se vendeu; agora isso está repensado. Mas sobretudo, criámos ao longo deste ano e como esta Assembleia já foi testemunha, condições para que no próximo ano, possamos vender muitos terrenos em Aveiro e recordo que só o caso da “Imoleasing”, em que os terrenos estão avaliados entre 5 milhões e um bocadinho mais ou um bocadinho menos; se nós vendêssemos (e é o que está previsto), 1/3 disso - não estou a ser irrealista, nem desmesurado, estou a prever que só venderemos um terço disso; atingíamos facilmente esta verba.

Depois 2 milhões 250 contos de receitas extraordinárias. É como aqui foi frisado, um apoio importante do Estado. Boas participações.

Não é um aumento muito grande, em relação a outros orçamentos. É um aumento significativo, que nós valorizamos muito, porque conseguimos incluir projectos importantes. E queria-vos dizer, que o grau de solidez destas participações, e portanto, estão aqui incluídas, com muita força; é o seguinte: construção dos edifícios destinados aos Museus Municipais, aprovados; aquisição do Teatro Aveirense, aprovado; construção de habitação social nas freguesias, aprovado; Cartografia Digital de Aveiro, aprovado; recuperação e valorização dos canais da Cidade e áreas envolventes; conclusão da passagem superior EB 2-3 em S. Bernardo, aprovado; passagem superior de Mataduchos, aprovado; beneficiação da EN 230-1 e da rotunda de Oliveirinha na EN 230-1, a desclassificar; Eixo Estruturante, aprovada a 1ª fase; PROCOM, aprovado; Obras PROCOM, aprovado; Reabilitação e Conservação do Edifício dos Paços do Concelho - 1ª fase (107.500 contos), aprovado; Cidade Digital, aprovado.

Há portanto, neste conjunto, três ou quatro projectos que são fortíssimos, que nos vamos candidatar e temos fortes expectativas de virem a ser aprovados. Os outros estão todos aprovados.

Isto totaliza, contas redondas, mais os 400 mil contos que sobram do empréstimo, que não é nenhum empréstimo novo - aproveito para esclarecer; 11 milhões e qualquer coisa, depois o resto são as nicas que me abstenho de comentar, que totalizam os tais 12 milhões, 470 mil contos.

É portanto um Orçamento, que até prova em contrário, do lado das receitas tem uma solidez mais que suficiente para o exercício que hoje estamos aqui a fazer, que é aprovar uma estimativa. Não falei sequer do aumento da inflação que todos os técnicos de elaboração de orçamentos, sempre acrescentam nestas coisas e que não está aqui contabilizado.

Depois algumas justificações, também quanto às despesas correntes; em que de facto houve, também para surpresa minha, devo dizer, um aumento de 1 milhão 250 contos; nas despesas correntes com o pessoal houve um aumento de quase 200 mil contos e no total, nas despesas correntes, temos um aumento de 1 milhão 277 contos, não é muito, de ano para ano, mas é

significativo. Eu procurei averiguar e então dizem-me assim: pela primeira vez, se orçamentou, em respeito do principio da unidade, e ao contrário do que outros Executivos tinham feito; a questão da dívida à EDP - que dava dissimulada.

Pela primeira vez, se orçamentou 150 mil contos de dívida à EDP, que é o que se paga todos os anos; entra nisto a ERSUC; entram os subsídios a todos os Clubes e todas as Associações e que esta Câmara, escrupulosamente tem vindo a cumprir e obviamente são encargos vultuosos que se encontram aí no Plano; entram 150 mil contos para as Freguesias - transferências do Município de Aveiro, para as Freguesias; entram seis meses de ACASA que estão por pagar de 98 - porque já não se pagava à ACASA quando entrámos há imensos meses, mais o ano inteiro de participações para a ACASA; entram as promoções de pessoal, que sendo irrisórias para o que eles ganham, continuam a ganhar pouco, são importantes em termos da carga orçamental.

Queria também responder a um argumento que foi repetido por vários intervenientes esta noite; penso que é um argumento politicamente sensível, mas que neste caso é de uma tremenda injustiça, que é a questão das freguesias rurais. E a questão deste Executivo estar a ser centralista e estar a não investir nas freguesias rurais - e eu agradecia a vossa atenção e depois quero ver se esse argumento ainda fica de pé, com franqueza.

Freguesias Rurais - Pré-Escolar, estão previstos investimentos em Eirol, em Esgueira, em Aradas, Oliveirinha e N.ª Sr.ª. de Fátima. Na Cultura - obras no Centro Cultural de Eixo, Cacia, Aradas, Esgueira e Requeixo; o Sensibiliz'Arte, que é um projecto de dinamização da Cultura e da Arte, nas freguesias rurais. O Arquivo Municipal que vai para Aradas. No Desporto - o Estádio Municipal em Esgueira/Azurva; o Multi-usos, em S.ta Joana; a Pista de Remo em Cacia; os Polidesportivos de N.ª Sr.ª. de Fátima e S.ta Joana. Na Acção Social - o Centro Comunitário de S.ta Joana; o Centro Paroquial de S. Bernardo; o Centro Dia de Cacia e de Requeixo; o apoio ao Centro Infantil de Eixo. Na Saúde - a Unidade de Saúde de S.ta Joana; a Unidade de Saúde de Oliveirinha. Na Habitação Social - Cacia, Aradas, S.ta Joana, N.ª Sr.ª. de Fátima, S. Jacinto, Eixo, Nariz, Oliveirinha e S. Bernardo. Urbanizações - a ligação do largo da Igreja à Rua da Paz em S.ta Joana; os Arruamentos no Monte da Azurva, 2ª fase; as Pracetas a sudoeste de Cacia, 2ª fase; a Feira de Oliveirinha; as sedes da Junta. Obras - em Oliveirinha, em Aradas, em Cacia, em Eirol e em Eixo. A Quinta da Condessa, que é em Taboeira, a Quinta da Médica, que é em S.ta Joana. O Mercado Abastecedor, que é em nossa N.ª Sr.ª. de Fátima. Comunicações e Transportes - 130 mil contos de Arruamentos nas freguesias rurais. Meus senhores, a Passagem Superior de Mataduços e a Passagem Superior de S. Bernardo, o Eixo Estruturante, a beneficiação da EN 230-1 Quinta do Picado/Aradas, a requalificação da 235 em S. Bernardo, o "Ferry-Boat", e além disto, a Delegação de Competências que foi aqui desvalorizada de uma forma depreciativa como se não tivesse sido acordada com todos os Presidentes de Junta. E que foi aprovada neste sentido: nós definimos as áreas em que gostaríamos de fazer Delegação de Competências, houve quem quisesse aceitar, houve quem não quisesse aceitar, obviamente que também houve pessoas como o Sr. Armando Vieira que queriam ter outras delegações de competências. E posso dizer-lhes que, acerca da Delegação de Competências, eu compreendo a sua posição e o seu desencanto em relação ao facto, de nós este ano, preferirmos ser nós a coordenar os 130 mil contos de obras nas freguesias.

As experiências que nós tivemos com as delegações de competências efectuadas em anos anteriores, fizeram-nos sentir que havia que pôr alguma organização nestes procedimentos, porque de facto, ainda estamos a pagar agora delegações de competências de há dois anos.

A Delegação de Competências que fazemos este ano é em relação aos espaços verdes, pavimentação de valetas, pavimentação de passeios e as escolas. Ou seja, quando me dizem que esta Câmara não teve a devida atenção para com as freguesias, eu tenho que dizer que é profundamente injusto. Porque nós, além de mantermos os 10% que a Lei não obrigava que dêssemos, pelo contrário até dispensávamos, porque o novo fundo de financiamento das

*freguesias cria receitas próprias para as freguesias. O resto, diz a Lei e dizem os pareceres da Direcção Geral das Autarquias Locais, que só deveriam ir através de subsídios sempre e apenas quando a Câmara o entendesse. Nós porque achámos que era boa política continuar a transferir mais dinheiro para as freguesias, mantivemos os 10% do Fundo Geral Municipal Corrente e, portanto, têm mais essa verba que corresponde a 82 mil contos. Se somar isso aos 65 mil contos de Delegação de Competências, já vamos nos tais 147 mil contos - os 150 mil contos, a tal pequena incongruência que aparecia ali, porque de facto às vezes é um bocadinho mais, um bocadinho menos. É essa a explicação.*

*Depois tenho aqui algumas questões mais específicas, que eu não quero deixar de responder. Sr. Prof. Leitão, registo também a sua tristeza, pelo Pavilhão Gimnodesportivo da Escola Aires Barbosa; quero apesar de tudo dizer que esteve alguém da Câmara no aniversário - o Sr. Eng.º Cruz Tavares, esteve presente na cerimónia do aniversário.*

*Os quatro Pavilhões, é claro que não se fazem com 20 mil contos para cada um; mas esta Câmara preferiu (quando foi confrontada com o facto de que o PIDDAC só incluiria verba para dois pavilhões), fazer um esforço e das suas próprias receitas afectar desde já 20 mil contos a cada um dos outros pavilhões, portanto 40 mil contos, para através de um protocolo com a Secretaria de Estado, ver se é possível construir já os quatro pavilhões ao mesmo tempo. Pareceu-nos que era justíssimo porque os quatro são urgentes.*

*A Escola Superior de Saúde. Na sequência das reuniões que o grupo de trabalho tem tido; o Sr. Reitor distribuiu já um relatório que foi feito sobre os passos a dar para transformação do projecto da Escola de Enfermagem e Escola Superior de Saúde. Neste momento estamos a aguardar que esse processo continue; penso que o Senado da Universidade e os órgãos próprios da Universidade terão que tomar essa decisão, submetê-la às autoridades ministeriais depois do projecto estar suficientemente amadurecido. Mas as indicações que temos é que há muito boa vontade do Governo no sentido de isto ser rapidamente concretizado.”*

Vogal Clara Ribeiro:

*“E sobre a Escola Superior de Enfermagem, o que é que sabe?”*

Presidente da Câmara:

*“A ideia é transformar a Escola de Enfermagem na Escola Superior de Saúde.”*

Vogal Clara Ribeiro:

*“Mas ela já está aprovada?”*

Presidente da Câmara:

*“O projecto da Escola de Enfermagem, estava aprovado, estava verba inscrita em PIDDAC, temos terreno guardado para isso, só que pareceu preferível aguardar uns tempos, para ver se se consegue, em vez de se avançar com um projecto que já sabemos que vai ser transformado, avançar já com o projecto devidamente transformado.*

*O Sr. Prof. Manuel Coimbra, colocou aqui também algumas questões; eu vou aqui seleccionar esta porque acho que as outras já respondi - a sede para as Associações. Naturalmente, pensamos que deve ser possível nos próximos tempos encontrar uma sede para as Associações, não através dessa via que sugeriu, que me parece enfiar aí de algum vício, mas temos aí grandes imóveis, temos perspectivas de poder vir a afectar todas as Associações e Colectividades, que carecem de sede.*

*O Centro Paroquial; a Câmara continua a apoiar, mas não é uma obra da Câmara. Tem apoiado anualmente com uma verba de 7.500 contos, mas não é a única fonte de financiamento e portanto, nós vamos continuar a apoiar.*

*A sede da Junta da Vera Cruz - eu penso que tinha ficado claro na minha intervenção de há uns*

*dias, que o edifício da Escola nº 2, seria adaptado e portanto, far-se-á um projecto, para que a sede da Junta da Vera Cruz seja lá. Independentemente, depois, de o projecto vir a contemplar outro tipo de valências que são do desejo do Sr. Presidente da Junta e que me parecem fazer sentido.*

*A propósito da Juventude; uma questão colocada pelo Virgílio Nogueira. Pode parecer pouco, - não contesto que seja pouco - mas devo dizer-lhe que nunca se gastou tanto nos problemas da Juventude na Câmara de Aveiro. E portanto, esta Câmara, pelo menos, está a marcar a diferença e aos poucos iremos prosseguindo no sentido dos muitos projectos que há para desenvolver.*

*A questão do Sr. Eng.º. Maia, só uma nota a propósito da lota e do aquário. Em relação à lota, em relação ao espaço que vai entre a ponte de S. João e o Pavilhão Náutico do Galitos, há um projecto neste momento, um protocolo assinado entre a Universidade, a Câmara, e a ex-JAPA, que prevê a reutilização completa daquele espaço. A Universidade quer instalar um núcleo científico; a Câmara está interessada em criar ali uma área de percursos e de valências e de utilizações muito diferentes, mas portanto, quer que as pessoas possam circular naquele espaço. Há a ideia de um estaleiro de embarcações tradicionais; há a ideia de um Museu da Ria. Neste momento, o Gabinete do Arquitecto Nuno Portas já apresentou o primeiro estudo preliminar para toda aquela zona e portanto, estamos neste momento nessa fase.*

*O Aquário é uma ideia que tem a minha inteira simpatia; em tempos apareceram aí uns investidores - por qualquer razão depois, suspeito que foram desviados para a Expo - mas como a Expo acabou, penso que estaremos a tempo: chamam-se os “See Alive Centers”, que são uma espécie de Aquários da era moderna, que calhariam muito bem a Aveiro e que poderiam ser de facto uma fonte de diversão para atrair turistas.*

*Especificamente sobre Oliveirinha; o Sr. Armando Vieira também colocou algumas questões, reconheceu que há coisas que estão a andar bem, como a nova sede, como a rotunda, a Unidade de Saúde também está quase pronta; e há coisas que estão a andar mal, como a habitação social, mas temos verba inscrita para a habitação social em Oliveirinha. É verdade que ainda não fizemos o estudo urbanístico, não conseguimos ir a todas; tem verba para o cemitério Sr. Armando Vieira, tem lá verba prevista este ano; tem verba para a conservação do espaço da Feira de Oliveirinha, está lá; tem verba para o Picôto, reconheço que não é muito, mas está lá uma verba que pode permitir que as coisas arranquem. E, a Delegação de Competências a que se referiu, que foi feita em relação a outra freguesia, era uma situação que se arrastava há muito tempo - já de 97, e que foi paga finalmente (só se pode queixar o próprio por ter demorado tanto a ser resolvida); felizmente não aconteceu consigo.*

*O Sr. Prof. Britaldo, também colocou uma questão que convém esclarecer. Eu também subscrevo todas as iniciativas que a Câmara possa fazer, em defesa da Ria; nós próprios no Executivo já aprovámos mesmo sem ter competência específica se calhar para isso, a ideia de que apoiaremos a reconstituição das “Motas” e dos Muros, sempre que se trate de uma situação de emergência, e que isso ponha em risco a Faina do Salgado. Estamos disponíveis por exemplo, para participar na Cooperativa de Sal, uma vez que a Câmara também tem marinhas; e sobretudo como sabe, temos pendente na APA - e espero agora que ali o Sr. Presidente da APA seja muito célere, a tomar as boas decisões - um pedido que desafecte da área de jurisdição tradicional, toda a área urbana e que nos permita, pelo menos na parte urbana ter uma intervenção mais atempada e eficaz daquilo que vinha sendo tradicional.*

*Mas colocou uma questão a propósito do orçamento, importante, e que foi a seguinte: como é que um Executivo, que devia estar preocupado com as questões sociais, fez uma diminuição tão drástica na verba, relativamente à Acção Social?*

*A resposta é muito simples; é que essa verba estava artificialmente inflacionada, com as obras nas sedes das Juntas de Freguesia e nos Centros Sociais. E a nós parece-nos que isso não é Acção Social - são obras públicas; apesar naturalmente das sedes da Junta desempenharem*

*depois uma função social, e é essa a razão. Portanto, retirámos tudo o que eram obras de sedes de Junta, para o sector próprio das obras, e como são obras vultuosas a verba relativa à Acção Social, diminuiu drasticamente. Mas não significa de todo, que haja uma menor preocupação com esse aspecto.*

*Quanto aos Bombeiros e quanto à Protecção Civil, o Sr. Vinagre, suscitou a questão, e eu queria dizer que desde que chegamos à Câmara, paulatinamente, temos vindo a aumentar o apoio que é prestado aos Bombeiros; temos consciência que os Bombeiros merecem cada vez mais apoio. Este ano vamos pagar o seguro dos Bombeiros - é um aumento interessante.*

*A Protecção Civil, recebe pela primeira vez equipamento que há muito, desde que nós estamos na Câmara, tem vindo a receber, ou seja, todo o equipamento que solicita. Este ano vai receber uma lancha rápida - porque não há uma lancha rápida para ir ... se houver um sinistro, convém que eles também tenham uma; além de outras coisas. Portanto há também um aumento em relação à Protecção Civil.*

*Eu penso, em jeito de conclusão, com franqueza, que não tendo sido contestada nenhuma das despesas de capital, de investimento que foram aqui apresentadas; havendo dúvidas que eu creio que esclareci, em relação ao aumento das despesas correntes; e havendo dúvidas compreensíveis, sobre a forma como tinham sido estimadas estas receitas, julgo que as explicações que eu dei, podem fazer-vos ver o problema de outra forma, e portanto estou convencido que este Orçamento - é um bom Orçamento para o Concelho de Aveiro, para o próximo ano. Muito obrigado.”*

Entretanto entrou na sala o Vogal João Pires da Rosa.

Vogal António Salavessa:

*“Três pontos: primeiro, cada receita hipotética pode ter uma justificação optimista. Não acredito que se conjuguem todas as razões optimistas que levam a este volume global; portanto haverá uma margem que nós iremos comprovar quando discutirmos as contas deste ano, e que será significativo.*

*Não respondeu à questão que nós consideramos central: do aumento dos encargos com a concessão do lixo, para mais de 400 mil contos no próximo ano; não abordou ... não é a ERSUC - a ERSUC, são mais 120 mil fora esses, veja bem as contas: são 400 mil para a prestação de Serviços do consórcio Mota & Companhia; portanto, passa de duzentos e tal mil, para 400 e tal mil contos - verba que podia certamente, ser muito melhor aplicada, caso fosse por aplicação directa do município.*

*Por último, não houve nenhuma consideração - por parte do Sr. Presidente (é livre, de ter ou de não ter), em relação a esta nossa preocupação sobre o saneamento e sobre o encarar deste problema, inclusive com pressão junto do Poder Central, para que haja um programa extraordinário de apoio ao Distrito de Aveiro, para a resolução destes problemas.”*

Vogal Jorge Nascimento:

*“Tinha só um ponto a aclarar: o Sr. Presidente quando deu a explicação sobre as receitas, curiosamente acerca da principal verba - venda de terrenos: 3 milhões e 50 mil contos; aludiu a que só a “Imoleasing”, portanto, os terrenos do Côjo - têm uma área de cerca de 5000 mil m<sup>2</sup>; e o Sr. Presidente disse: sim senhor, que a Câmara iria vender uma pequena parte daquilo, e só nessa parte realizaria os 3 milhões e 50 mil contos ... mas o Sr. Presidente não referiu quanto é que tem que pagar à “Imoleasing”, que é um dado muito importante. Este ano nada, isso é que eu contesto. É que isto é um contrato de leasing, e só lhe permitem a venda se pagar, claro. Não pagará as rendas, enquanto o terreno for do leasing, mas quando precisar de o vender, tem de o comprar ao leasing. Diga-me se é assim ou não é? Na altura deixa de haver locação financeira, para ser uma venda. E terá que pagar. Onde é que está essa verba aqui nas despesas?”*

Vogal Britaldo Rodrigues:

*“Sr. Presidente, quer-me parecer errado o facto, de não se ter referido a certos aspectos relacionados com despesas, que se criticaram. Ou seja que se propuseram aumentar ou diminuir. O que aqui ficou evidente, é que várias pessoas ao indicarem que se deviam fazer mais investimentos e mais despesas em quaisquer acções, isto indica, que não há um acordo desta Assembleia relativamente às prioridades estabelecidas pelo Executivo. Portanto competirá ao Executivo - se de facto esta Assembleia considerar que as prioridades não são as dele - reestruturar o Orçamento e obviamente procurar as despesas que não são consideradas mais indicadas, para serem substituídas por outras e voltarem aqui com este assunto.*

*Eu continuo agora com um problema, depois do que acabei de ouvir, e que me faz alguma certa confusão. Eu tenho ideia de que quando se discutiu o problema da AVEIRIA e do problema do leasing, ficou dito, que conforme se iam vendendo os terrenos, se iam pagando imediatamente à “Imoleasing” - é isso? Se o produto da venda serve para pagar à Imoleasing deve evidenciar-se que essas receitas estão consignadas para esse fim e não para outro.*

*Depois e finalmente, não me referiu nada sobre uma questão que eu lhe pus, Sr. Presidente, que foi: o problema da Associação Académica da Universidade de Aveiro. Não me disse nada sobre isso.*

*Outro problema, que para mim continua a ser muito importante: seja de forma for, o que eu vejo para rubrica da Acção Social neste Orçamento, é extremamente baixo - corresponde a 1,38%. Eu creio que de facto é extremamente baixo comparativamente, por exemplo, à construção de um lago. Trata-se aqui pelo menos de uma questão de prioridades. E neste momento, 150 mil contos para um lago e 112 mil para Acção Social, acho que é mau e não esperava isto de um Executivo que foi eleito pelo Partido Socialista. Porque de facto a conclusão que se tira depois de se ler isto, é que finalmente o Socialismo saiu da gaveta, em Aveiro, e atiraram-no para o aterro sanitário da Taboeira.”*

Vogal Rogério Madaíl:

*“Muito obrigado Sr. Presidente. Em primeiro lugar e com franqueza, Sr. Presidente, não estou esclarecido mesmo nada, e continuo com a mesma perspectiva que tinha no início - e vou dizer porquê; mas antes disso queria só fazer aqui uns pequenos reparos as suas afirmações - dizem que eu falei só em percentagem. “As percentagens dizem pouco”, eu acho que dizem alguma coisa, não falei só em percentagem, por acaso tenho a Comunicação Escrita e eu falei em percentagens, mas também falei em valores absolutos; quando disse por exemplo; as despesas correntes aumentaram 76% em relação a 97; 59% em relação a 98; mas houve um aumento de 2 milhões de contos em relação a 97 e 1,7 milhões de contos em relação ao que estava registado até 21/12. 1,7 milhões de contos, é muita coisa. E vamos ao detalhe.*

*Bem, quanto às Despesa com o Pessoal: temos aqui um aumento de 300 mil contos, o Sr. Presidente diz que é a ACASA e Promoções de Pessoal; é uma justificação que me parece um bocado ...para 300 mil contos, parece-me que a Promoção de Pessoal, mais a ACASA, justificar um aumento do real de 1 milhão 222 mil contos, para 1 milhão 562 mil contos do Orçamento, parece-me um pouco ... mas não queria entrar por aí.*

*Mas quanto aos Bens e Serviços; passa de 1 milhão, para 2 milhões. Aí é que eu gostaria que me justificasse, como é que de um ano para o outro, somente despesas com Bens e Serviços Correntes aumentam 1 milhão de contos? Eu acho um exagero.*

*Também não me comentou nada, relativamente às transferências para o Sector Privado - 0,5 milhões de contos. Transferindo 0,97 (268 mil contos) em 98 até 22, 23/12; e 532 mil contos, no Orçamento de 99.*

*Transferências para as freguesias, não se fez nada em relação aos outros anos. Até se diminuiu! 3 mil contos em relação a 97 - houve realmente uma diminuição.*

*Depois o Sr. Presidente diz que eu disse, que as receitas eram insuficientes para cobrir as despesas; não disse isso - o Orçamento está equilibrado. Mas agora, o problema não é esse; o problema é que efectivamente despesas correntes, estão fortissimamente exageradas. E depois nós vamos ver; e o que há, é um risco - e que é o seguinte: orçamenta-se receitas por alto, despesas por alto. Se as receitas não caem, ficamos com despesas que foram realizadas e que depois têm que se pôr na gaveta, à espera do ano seguinte. Não gostaríamos que isso voltasse a acontecer este ano, como já aconteceu em anos anteriores, conforme o Sr. Presidente afirmou numa Sessão anterior.*

*Receitas Correntes; Impostos Directos. Derramas de 64 mil contos, para 850 mil contos. Isto pressupõe aumento dos resultados das empresas; eu tenho algumas dúvidas. As coisas não têm corrido assim tão bem às empresas. Veja os resultados.*

*Ainda para mais, se nós tivéssemos zonas industriais, onde tivesse havido criação de empresas, como eu afirmava na minha comunicação, aí isso ia aumentar; mas não há sitio para implementar empresas cá em Aveiro; algumas vão-se embora porque não têm sitio. De qualquer maneira, eles não vão querer ter resultados, para depois se poder ir buscar Derrama.*

*Há entidades de estabelecimentos estáveis, nomeadamente, deu o exemplo de bancos; eu não acredito, os bancos não têm contas separadas por agências - nunca! Ora, não havendo dados, não pode ser. Isso aí, eu tenho a certeza que os bancos nunca vão pagar a Derrama, no sitio onde têm as agências. Permita-me que lhe diga: esse é um mau exemplo! Poderá haver outros mas esse, não! No entanto esse é um processo que vai demorar bastante tempo, não será para este ano de certeza.*

*Depois, Imposto Municipal de SISA: aumentou de 717, para 1 milhão e 200 mil, mais 500 mil em relação a 98. Mas para este ano, disse que depois do dia 23/12 caíram mais 300 mil da “Imoleasing”; mas a “Imoleasing”, é uma operação extraordinária, não vai cair outra “Imoleasing” para o ano. Então e vamos interpolar a partir de uma operação extraordinária?*

*Contribuição Autárquica, de 700 para 1 milhão. Bem estamos aqui com uma diferença de 30%. Um desvio de 30%, não são 10% como falava no seu caso. Eu continuo a dizer que estes impostos estão ... mas depois na prática, nós vamos chegar a essa conclusão.*

*Taxas de Loteamento; evidente que 19 mil contos é pouco, concordo! Mas passar de 19 para 440, dá - tenho que fazer uma percentagem que dá ... dá muito! Eu acho que isto deve ser progressivo; aumentar de 19 para um valor que seja progressivo, não se pode fazer um aumento deste tipo, isto pode ter efeitos bastante perniciosos em termos do desenvolvimento da construção que é precisa para Aveiro. Depois é capaz de ficar com os seus terrenos, para alguém que lá queira construir.*

*Vendas de Serviços; continuo a dizer que algumas estão exageradas: 90 para 150 mil, nos mercados e feiras - acho um exagero.*

*Falava ainda o Sr. Presidente, ao justificar algumas despesas correntes, que pela 1ª vez, se orçamentou uma dívida à EDP de 150 mil contos. Primeiro, a dívida à EDP não vai ser registada nas despesas correntes, vai para amortização de empréstimos. Segundo, não vai ser amortizada verba de 150 mil contos, mas uma verba que está aqui no anexo, e que é de ... bem agora não a tenho aqui, mas que não vai ser amortizada integralmente - pelo menos não me parece. E por isso é que eu estou a dizer; continuo a reafirmar que as minhas maiores críticas são para o orçamento das despesas correntes e das receitas correntes - está impolado.*

*A nível das despesas de capital, isso é uma política do Executivo, que se propõe financiar através da venda de outros imobilizados, e com um aumento das receitas provenientes das transferências do Estado que eu não questiono; estão lá, acredito, pois não ponho em causa. Portanto não faço críticas nessa área; faço sim e concentro-a a nível das despesas correntes; acho que isto está um bocado exagerado.*

*Na prática, quando analisarmos aqui as contas do ano, vamos chegar a essa conclusão. Oxalá que eu me engane. Muito obrigado.”*

Vogal Armando Vieira:

*“Sr. Presidente, muito rapidamente, várias questões; começo por citar aqui uma afirmação do Sr. Deputado Raúl Martins, dizendo que: ”a execução do Plano de Actividades previsto para 99, nos encherá de orgulho”. Obviamente que eu espero, que não tenha a mesma execução do ano findo que foi um desastre, Sr. Presidente da Câmara.*

*Se a execução for a tal que nos encherá de orgulho, ao Executivo, e com certeza a todos nós, eu serei o primeiro a reconhecê-lo aqui - alto e bom som - Sr. Presidente da Câmara.*

*V.Exa criticou a visão da oposição, quando diz que as receitas estavam sobreavaliadas; e se estão sobreavaliadas e se entende que a nossa critica não tinha razão de ser, é porque admite que nomeadamente, no que concerne ao conjunto dos impostos, vai haver um grave e real aumento de impostos - obviamente. Se não estão sobreavaliadas, então são reais e vai haver um grave aumento real de impostos. Nomeadamente, a questão das taxas e licenças; admite-se que estejam baratas, que os preços estejam desactualizados, mas dizem todos os analistas económicos ligados ao Sector da Habitação e da Construção Civil, que é dos Sectores em que a imputação dos impostos é esmagadora e obviamente que ainda se vai crescer mais. E Sr. Presidente da Câmara, não são os empreiteiros, que vão deixar de ganhar mais por essa via. São os compradores das casas que vão obviamente ter que suportar todos esses acréscimos de encargos.*

*Quanto ao Fundo Geral Municipal; mais 110 mil contos. Sr. Presidente, mais uma vez aqui lhe lembro que não está reflectido na transferência para as freguesias; mantém os 10%, mas era preciso inovar Sr. Presidente. V. Exa que tem uma postura de inovação, porque é que também não inova aí. Acredite em nós! O que tem feito até agora, é demonstrar que não acredita em nós - é verdade Sr. Presidente.*

*Quanto à delegação de competências Sr. Presidente, V.Exa pode ter razões, admito, respeitáveis, etc., mas porque é que havemos de ser todos penalizados pelas razões de desconfianças ou dúvidas que V.Exa tenha; eu como lhe digo e pela parte que me toca, não aceito isso, e vou continuar a reivindicar o direito de ter essa delegação de competências, pese o facto de isso me prejudicar pessoalmente na minha vida, na minha vida profissional; mas eu sei que só assim é que posso cumprir aquilo que digo às pessoas. E devo dizer-lhe Sr. Presidente: o simples facto de não constar o conjunto das ruelas que nós tínhamos proposto executar e que tinham sido faladas no jantar da Casa Municipal, já pôs a minha palavra e descreditada, junto das populações da minha terra, que é uma coisa que eu detesto; e eu às pessoas, a quem eu disse que íamos executar, tenho que pedir desculpa, porque é assim que eu faço - porque vamos falhar, nisto, nisto e nisto ... por culpa da Câmara.*

*E quanto a tratar bem as freguesias; no plano das intenções, eu admito que V.Exa esteja a tratar bem as freguesias, admito! Mas é só no plano das intenções, porque no plano do real, do executado até Dezembro último, assim não foi.*

*Falando da Ria e dos problemas que afectam a Ria: dos muros da Ria, das “Motas” da Ria. Eu acho bem que as pessoas se preocupem com a Ria, eu próprio também gosto da Ria, também sou proprietário na Ria, etc.; mas Sr. Presidente, há aqui um Sector do nosso território, uma área do nosso território, que nos preocupa e que também deve merecer - está votado ao abandono - que são as antigas zonas húmidas dos arrozais da Azenha de Baixo, de Eixo, de Oliveirinha, da Granja, de Requeixo, de Eirol, etc.; essas zonas estão completamente abandonadas e nomeadamente, as chamadas valas reais, que deviam ter um tratamento de disciplinar aquelas águas. Era bom que a Câmara, também aí inovasse e propusesse a quem de direito, ao ministério respectivo, que olhasse para isso, porque estão em muito mau estado e já têm causado gravíssimos problemas de inundações desnecessárias.*

*Por último, uma pergunta Sr. Presidente: quanto às rendas do contrato leasing que fez para aquisição dos terrenos, eu pergunto-lhe; o inicio do pagamento das rendas, tem algum período*

*de carência? É só isto.”*

**Vogal Filipe Brandão:**

*“Sr. Presidente, serei particularmente breve, em jeito de comentar três intervenções que aqui foram aduzidas. A primeira, relativamente ao Prof. Britaldo, que há pouco referia a possibilidade teórica de a Assembleia Municipal, se não rever o elenco de prioridades da Câmara Municipal. Numa situação como a actual, em que a oposição detém maioria na Assembleia Municipal, penso que essa situação não só é anómala, como será fatalmente recorrente, ou seja, não é suposto que a maioria da oposição se reveja nas posições da Câmara Municipal. Posto é, que respeite as opções desse Executivo, e se não desvirtue as opções desse mesmo Executivo. Portanto no ponto de vista teórico, é evidente que essa situação ... não é suposto que o PSD se reveja nas opções do PS, nem que o PP o faça; posto é, mitigado nos termos que refiro.*

*Quanto às suas intervenções, tanto do Sr. Armando Vieira, quanto do Dr. Rogério Madaíl, registo que de facto é essa a perspectiva neste momento que se me afigura correcta, quanto ao cepticismo que se levanta por um Plano de Actividades manifestamente ambicioso, o modo e o tempo oportuno de o julgar é através da análise do relatório de actividades. É evidente, como o Sr. Armando Vieira dizia, “oxalá que me engane”, terá o tempo oportuno para no momento em que agora refere, que seria o primeiro a elogiá-lo, certamente não deixará de ser o primeiro a criticá-lo; obviamente, também não esperava outra coisa de si. Mas a verdade é que, e da intervenção do Dr. Rogério Madaíl, isso surgiu-me perfeitamente claro, para algumas análises que aqui têm sido feitas e expendidas a propósito deste Plano de Actividades, é que para certas pessoas este Plano de Actividades, é bom demais para ser verdade, não digo “too good, to be true”, porque senão fatalmente o Sr. Salavessa solicitaria de imediato a tradução ...*

*Portanto, basicamente é isso. O momento oportuno para assacar o cumprimento deste Plano de Actividades e da sua exequibilidade ou não, nós estamos perfeitamente convictos que sim, o momento oportuno virá e portanto esse será insofismável.*

*Finalmente, também um questão não despicienda, que me parece neste momento, tem a sua pertinência de ser trazida à colação, que é a situação particular que Aveiro neste momento vive, da existência de uma miríade de parcerias e de contratos programa que existem neste momento entre o Governo Central e a Câmara Municipal, designadamente, e surge desde logo no preambulo, e já por razões várias, já foi aduzida hoje o problema da Cidade Digital, que se não comprazem com qualquer tipo de indisponibilidade financeira da Câmara Municipal e que portanto, também à semelhança das demais considerações, eu deixo aqui, para avaliação de V.Exas. Muito obrigado.”*

**Vogal Diogo Soares Machado:**

*“É também muito rápido Sr. Presidente, para referir que embora e esforço tenha sido intenso, e louve-se pelo menos esse facto, não terá sido suficientemente profícuo. E não terá sido suficientemente profícuo, porque assentou em algumas premissas, que se poderão chamar variáveis de difícil consignação, como sendo por exemplo a SISA. E dirão quando instados sobre as perspectivas reais do imposto de SISA vir a ser abolido, que realmente é um problema de todas as Câmaras - pois é! Mas então eu gostava de confrontar as perspectivas de obtenção de receita através do imposto de SISA, de todas as outras Câmaras, com as perspectivas de obtenção de receita, através do imposto de SISA da Câmara Municipal de Aveiro, segundo este Orçamento. E essas perspectivas, dizem-me que, e os senhores saberão melhor do que eu - e corrigir-me-ão se estiver enganado, para se atingir este valor de SISA, aqui previsto, se terá que vender algo, negociar algo, como 120 milhões de contos, em valores imobiliários; 120 milhões de contos num ano, para se atingir este valor que aqui está explicitado no Orçamento. Este por um lado.*

*Por outro lado, quanto à Derrama, também justiça seja feita, foi aqui aduzido pelo Sr. Presidente da Câmara, o argumento de que a Derrama era se calhar, a premissa menos quantificável, porque mais subjectiva, mas devido à boa conjuntura, lhe permitia ter perspectivas favoráveis na obtenção desta receita. Pois Sr. Presidente da Câmara, há economistas nesta sala, que sabem, e o senhor também sabe - não acredito que não saiba, que a perspectiva de conjuntura para o ano de 99, é de crise! E eu tenho a felicidade de trabalhar numa multinacional, e apesar de lá trabalhar há pouco tempo, já me foi dito e comunicado, que há medidas de contenção, fortes, pelo menos nesta multinacional onde eu trabalho - que é líder de mercado mundial - medidas de contenção de despesas fortes, para poder enfrentar crise. Equacionam-se inclusivamente despedimentos, como é o caso da Renault, ou seja, se quanto à Derrama as perspectivas do Sr. Presidente da Câmara são optimistas dado a boa conjuntura, na minha e na nossa perspectiva, não poderão se tão optimistas, porque realmente a conjuntura perspectiva uma crise no ano de 99.*

*Quanto aos resíduos sólidos, o Sr. Presidente da Câmara disse e bem, que estas perspectivas se baseiam num regulamento que não está acabado, ainda! Que não está aprovado em Câmara, ainda!*

*Quanto à venda de bens, eu pergunto: primeiro, foi aqui anunciada como uma das medidas milagre, digamos assim, logo no início deste mandato, para a resolução de alguns problemas económicos - a venda da Pinheira - e eu fui aqui desmentido claramente, quando disse que seria um mau negócio - fomos todos aliás, a bancada do PSD também - quando disse que seria um mau negócio, a venda da Pinheira; e o Sr. Presidente da Câmara - nunca mais me esqueço, na primeira Comunicação disse-nos claramente, que tinha encontrado algumas medidas piloto, milagre, para resolver a difícil situação económica da Câmara; e disse que uma delas era a venda da Fábrica de Louça da Pinheira! E hoje vem aqui dizer, que afinal, ao fim deste tempo todo achou que a venda da Pinheira não é um bom negócio e que então só a vamos vender para o ano.*

*Quer dizer, meus senhores, quanto à venda Pinheira está tudo dito, pelo Sr. Presidente da Câmara, quanto às perspectivas de venda daquilo que se vai construir à frente do Centro de Congressos, por exemplo, aqui designado neste Plano de Actividades e no Orçamento, como Plano de Urbanização do Centro, eu permito-me recordar que já na altura aqui chamei à atenção, que todo e qualquer loteamento que se estivesse a pensar fazer, seria sempre e só, um loteamento possível avançar com base nas unidades operativas do PDM – eu lembro-me de ter dito isto aqui. E lembro-me também de ter dito, que era necessário que esses loteamentos, fossem legitimados, pelo Plano de Urbanização do Centro – não era necessário legalmente; não é e o Sr. Presidente da Câmara sabe que não é necessário legalmente. É para nós Partido Popular, necessário eticamente. Porque estar-se a urbanizar e a lotear, com base nas unidades operativas, que dão às Câmaras o poder discricionário de urbanizar a seu belo prazer, que não devem ter, e nisto estaremos todos de acordo, nesse sentido. E ao trabalharmos com base em Unidades Operativas, foi aqui também assumido pelo Sr. Presidente da Câmara, o compromisso de no mais breve prazo de tempo possível entregar o Plano de Urbanização do Centro. Isso não foi feito e estima-se o encaixe de uma receita de 1 milhão e 500 mil contos, com base em algo que não sabemos muito bem o que é.*

*Quanto à EDP, o Dr. Rogério Madaíl explicou e bem; quanto à ERSUC, obviamente que tinha que estar incluída, mas não estão incluídas as verbas dos beneficiamentos das zonas industriais e do Saneamento das áreas envolventes, não estão! E o Sr. Presidente da Câmara, já várias vezes aqui atirou para cima da mesa, como obras. Inclusivamente constam das suas Comunicações: se está o acordo com a ERSUC, não está o Saneamento que o senhor não tem que pagar; não estão as melhorias que o senhor não tem que pagar: as rotundas nas zonas industriais. Portanto, temos que ser justos, e temos que dizer as coisas em toda a sua dimensão. Quanto a miríade de financiamentos, quanto à problemática dos financiamentos vindos do*

*Poder Central, que podem atrasar-se, eu lembro-vos meus senhores, que nunca seria um bom princípio, e nós Partido Popular, nunca o adoptaríamos, aprovar algo que consideramos mal, só porque há financiamentos pendentes. Não seria um bom princípio! Mas também lhe digo uma coisa, Sr. Presidente da Câmara: também não é um mau princípio, pensarmos que rever este Orçamento, só pode demorar duas semanas, e vir aqui para aprovarmos, não pode demorar mais que duas semanas. Não é em duas semanas, que se deitam pela porta fora, miríades de financiamentos, nem obras de grande vulto e do futuro, vindas do Poder Central.*

*Terminava dizendo, que entendo que este Presidente de Câmara que é o nosso – o Sr. Dr. Alberto Souto, muito mais vezes do que eu gostaria, o ouvi dizer: “também eu me surpreendi com isto”, “Também eu me surpreendi com aquilo”, “também eu me surpreendi com aqueloutro”, surpreendeu-se com ordenados que afinal eram maiores do que aquilo que sabia ou que achava, surpreendeu-se com obras que afinal não custavam aquilo que custam, surpreendeu-se com muita coisa já. Eu também! Nós também estamos surpreendidos com muito daquilo que está aqui a acontecer hoje. E mais surpreendidos e com isto termino, ficamos, quando constatamos que foi um Executivo Socialista, eleito para a Câmara Municipal de Aveiro, e aquilo que está vertido neste Plano de Actividades e Orçamento, é tudo menos aquilo que eu entendo ser a ideologia e a filosofia que deveria presidir a qualquer Executivo Socialista. Muito obrigado.”*

Presidente da Câmara:

*“Muito rapidamente. Sr. Presidente muito obrigado. Em relação às observações feitas pelo Sr. Salavessa, aliás que foram nesta parte, comuns a outros intervenientes; é evidente que um Orçamento é uma previsão. E é uma previsão, que tem partes mais fortes, partes mais frágeis, no sentido de que podem não vir a confirmar-se todas. Mas se me conseguirem arranjar, das 305 Câmaras do país, um orçamento executado a 100%, eu agradecia. É evidente que não é assim! Nenhum orçamento é executado, com uma taxa de execução a 100%. Mas queria dizer também o seguinte: é que mesmo que eu só consiga – como há pouco o Sr. Armando Vieira, bem informado, porque eu ainda não tenho os números finais deste ano da taxa de execução, porque ainda fiz muitos pagamentos na última semana de Dezembro, que ainda não contam para essa taxa que tem; mesmo que só fizesse a taxa de execução equivalente à que fez o Prof. Celso no último Orçamento, que é 64 ou 65%, eu devo dizer que com um Orçamento destes, nós íamos investir mais em Aveiro, do que o último Orçamento – do Executivo anterior. Portanto, mesmo correndo o risco de uma baixa taxa de execução ou de uma taxa de execução razoável, conseguimos com este Orçamento, trazer muito mais para Aveiro e investir muito mais para Aveiro, do que nos últimos anos tem sido feito. Isso é um risco que eu assumo e acho que temos todos que assumir – os orçamentos não são para executar a 100%, é muito difícil fazer isso. Seria bom, mas não é assim.*

*Em relação à “Imoleasing”; também houve duas ou três sugestões sobre isto. Eu queria lembrar ao Sr. Armando Vieira, que de facto há um ano de carência completa, no negócio da “Imoleasing”. Também queria sublinhar que os terrenos do PP do Centro, não são todos da “Imoleasing”, a Câmara Municipal de Aveiro, tem na área do PP do Centro, provavelmente, tanto ou mais terrenos, do que constituem os terrenos da “Imoleasing”. Portanto, admitindo que se tenha de pagar logo, à medida que se vai comprando – e revendendo, e que vamos ganhar mais valias na revenda. Temos os nossos próprios terrenos, que poderão ser mobilizados nos loteamentos que irão ser feitos a seguir.*

*Depois a Associação Académica; é verdade que não vem uma referência expressa – talvez merecesse, mas a verdade é que também não vem nenhuma referência expressa a todas as dezenas de Colectividades e Associações que nós subsidiamos; estamos a subsidiar a Associação Académica; temos boas relações com a Associação Académica, estamos a desenvolver projectos comum ... bom, talvez se possa pensar nisso, porque não depois o Galitos*

*e o Beira Mar, é discutível.*

*A Acção Social; insiste que é baixa – eu lembro os 560 mil contos, que estamos a afectar à habitação social. Talvez me dê razão; acho que na parte da Acção Social propriamente dita, apesar de termos bons projectos em curso, é altura de começarmos a pensar noutros – até porque o Projecto Continuar Santiago/Griné, é o último ano, se não estou em erro, e podemos talvez no próximo ano, reforçar essa verba.*

*Depois, Sr. Dr. Rogério Madaíl, torno a colocar-me uma série de questões, eu creio que o “estado da minha ciência”, nessa matéria já o expus há pouco; só queria dar mais um acrescento, é que a Derrama de facto, talvez o exemplo não seja bom, não tenho de facto exemplos conhecidos, de como é que esta lei está a ser aplicada – até porque ela é recente. Aquilo que se pede, é proporção entre a massa salarial do estabelecimento estável e as remunerações e vencimentos pagos, em relação aos rendimentos totais gerados – isso deve ser fácil a um banco fazer. Se os bancos estão ou não excepcionados desta regra – confesso que não sei! Mas o exemplo é válido para todos os outros casos, que talvez a prática venha a mostrar.*

*Depois o aumento de impostos, e o que o Sr. Armando Vieira lembrou que isto podia acarretar; de que impostos é estamos a falar?*

*Só para lembrar, a SISA é um imposto que se paga na altura em que se faz uma transação, portanto, é na altura em que a pessoa vai comprar, está bem na vida – digamos assim, ou pelo menos está suficientemente bem para ir fazer uma compra, em que pode pagar um imóvel. Não me parece que isso seja um encargo oneroso sobre a família.*

*Finalmente Taxas e Licenças; eu continuo a dizer, no momento em que isto vier aqui à Assembleia, os Sr. Membros da Assembleia, vão, creio eu – tenho a esperança, de que se convençam que o Município de Aveiro, está de facto a cobrar Taxas, que têm que ser urgentemente revistas; e que temos que ser suficientemente hábeis, para penalizar o grupo que está em melhores condições de suportar esses encargos, de uma forma que não seja dissuasora dos investimentos que todos podemos fazer em Aveiro.*

*Finalmente, o Diogo Soares Machado; eu tenho pena de o corrigir – é evidente que não são 120 milhões, são 12 milhões de contos, 10%, são 1 milhão e 200 mil.*

*A venda da Pinheira; aí enganei-me, lá está. Eu pensei na altura, da primeira vez que cá a trouxe, achei que não a devia vender, porque íamos vender por mau preço; agora estou a chegar à conclusão que não temos alternativa – temos que vender por mau preço. Esteve um ano sem ser vendida, podia ter sido vendida antes. De resto, não tenho mais nada a dizer. Muito obrigado.”*

De seguida o Presidente da Mesa, nos termos Regimentais, interrompeu os trabalhos a pedido da Bancada do PSD.

Reiniciados os trabalhos, foi colocado à votação o Ponto nº 4 da ordem de trabalhos - Câmara Municipal - Plano de Actividades e Orçamento para 1999; sendo o mesmo aprovado por maioria de dezassete votos a favor (12PS+3 PSD+2PP), dezasseis votos contra (8PSD+8PP) e duas abstenções (1PP+1PCP).

Seguiram-se as declarações de voto dos seguintes Vogais:

Vogal António Salavessa:

*“Abstive-me nesta votação em nome do PCP, pelas seguintes razões: em primeiro lugar, porque o Plano de Actividades está baseado num Orçamento irrealista, do ponto de vista das receitas, impossível de realizar em percentagem aceitável, razão por a qual não passa por uma mera listagem de intenções, muitas das quais ficarão por concretizar. Em segundo lugar, porque foi feito de forma reservada, sem mobilização dos interessados, na sua elaboração; ignorando as*

*próprias estruturas de participação existentes no Concelho, nomeadamente, o Gabinete Cidade – criado para acompanhar a implementação do Plano Estratégico, e que por isso devia ter tido uma palavra na elaboração do Plano. Em terceiro lugar, porque não está visível nenhum esforço sério, no sentido da diminuição do peso relativo das despesas correntes, visando alterar a continua derrapagem destas despesas, diminuindo a capacidade do investimento. Em quarto lugar, porque não está considerada nenhuma medida especial, que vise a aceleração da construção do saneamento básico, nos locais ainda em falta; poupando nas despesas secundárias, para as canalizar para este objectivo aliviando as bolsas dos munícipes em relação às injustas taxas de ligação. Em quinto lugar, porque este Plano mantém orientações fundamentais, do mandato anterior, com prejuízo evidente, dos interesses dos munícipes, nomeadamente na centralização de Serviços no exterior, melhor: na contratação de Serviços no exterior – com o exemplo máximo e inaceitável, nos mais de 400 mil contos que irão ser pagos à empresa que recolhe parte dos lixos da Cidade. Em sexto lugar, mas com destaque evidente, porque este Plano está baseado numa perigosa ameaça ao bolso dos munícipes, já sobrecarregados com impostos vários, dado que prevêem um aumento generalizado das taxas, multas e penalidades. Em sétimo lugar, porque recusamos que o Plano de Actividades, se baseie num orçamento que inclui uma nova taxa de recolha de lixo, a nosso ver injustificada e que ainda não foi deliberada, nem na Câmara, nem nesta Assembleia. Por último, e daí o sentido da abstenção; porque o PCP, ao contrário de outras forças políticas representadas na Assembleia, não teve qualquer hipótese de intervir na construção deste Plano de Actividades, razão pela qual não estamos vinculados também. Esta abstenção significa, neste quadro, o dar o espaço à concretização dos objectivos positivos e que permitam uma fiscalização à posteriori, do seu cumprimento.”*

Vogal Armando Vieira:

*“Eu votei contra este Plano, pese o facto das intenções nalguns aspectos serem de considerar, mas tinha de votar contra pela simples razão e tão só, Sr. Presidente da Câmara, de que várias propostas de delegação de competências, em que eu me dispunha a sacrificar-me em prole do Concelho, da minha Freguesia, não ter sido respeitado. Foi essa a única razão que me levou a votar contra, na esperança de que houvesse uma revisão que permitisse e viabilizasse isso. Lamento que alguns Presidentes de Junta, usando de uma tática que já vinha do passado – infelizmente têm medo do Executivo, V.Exas com certeza que não vão comer ninguém, nem vão prejudicar ninguém, vão executar aquilo que dizem que vão executar; mas uma tática que se usava no passado e que por acaso a Bancada do Partido Socialista muito verberava. Espero que, agora que eu continuei igual a mim próprio, e aqui estou a assumir e a dar a cara, que seja respeitado por isso – mais do que nunca, porque tive a coragem de a assumir, respeitado pela bancada do Partido Socialista e pelo Executivo, que é presidido pelo Partido Socialista.”*

Vogal Filipe Neto Brandão:

*“Não resisto a uma aparte inicial; quando o Sr. Armando Vieira se referia à sua coerência, não se estava a referir obviamente à sistemática abstenção a que votava os Orçamentos do PP.”*

Vogal Armando Vieira:

*“Não é verdade, Sr. Presidente! Até porque aconteceu, num dos Planos de Actividades do célebre Presidente Girão Pereira, ser votado favoravelmente pelo Partido Socialista e por muita gente do PSD e eu ter votado contra esse Plano de Actividade.”*

Vogal Filipe Brandão:

*“Votámos favoravelmente, porque reconhecemos neste Plano de Actividades, um inconformismo*

*e uma ambição que são necessários para projectar Aveiro no Plano Nacional. É para nós ponto assente, que este Plano de Actividades marca de forma inequívoca a inflexão de um processo de desvalorização periférica, a que durante anos, Aveiro foi sujeito – e quando refiro anos, refiro-me obviamente, aos anos de governação do PSD.*

*Registamos de igual modo, o sentido de responsabilidade que outros manifestaram nesta votação, impedindo aquilo que não seria mais do que uma convergência negativista de interesses, que poderia colocar sérios obstáculos à projecção de Aveiro e cujo o escopo não seria mais do que um brilharetezeço de irresponsabilidade, que foi cabalmente repudiado. Muito obrigado.”*

Vogal Jorge Nascimento:

*“Eu votei contra este Orçamento, porque tenho para mim que o Executivo não vai conseguir uma larga percentagem da receitas; de modo que tenho o entendimento, de que ficará por executar, uma percentagem superior àquilo que é legítimo e lícito, tolerar-se.*

*E nessa conformidade, sobrarão ao Executivo a discricionariedade para realizar as obras que possam eventualmente, favorecer a sua clientela política.”*

Vogal Diogo Soares Machado:

*“Obviamente em meu nome pessoal, apenas para dizer o seguinte: expressou-se nesta Assembleia, de uma forma creio que com alguma força, aquilo que poderá e deverá ser encarado por este Executivo como um cartão amarelo à sua governação – amarelo desmaiado, amarelo canário, cartão amarelo.*

*Peço sinceramente a este Executivo, que não se refugie numa perspectiva autista, de que o que é bom para Aveiro, se encerra dentro das quatro paredes daquele edifício. Mas que também neste, se pode, se tem e se deve ter, a legitimidade conferida pelos mesmos que conferiram ao Executivo, para criticar, para exprimir opiniões diferentes, para ter uma ideia do que é bom para Aveiro, diferente, daquela que o Executivo tem neste momento.*

*Por isso, o meu voto contra e por isso estou certo, o voto contra de muitos elementos da minha bancada.*

*Em segundo lugar, apenas para dizer que compreendo, aceito e até admiro, a perseverança, a tenacidade, dos Presidentes de Junta de Freguesia, em apostarem mais uma vez num Plano cujas perspectivas não são de exequibilidade. Direi apenas àqueles Presidentes de Junta de Freguesia, que amanhã por ventura, e Deus queira que não, se sentirem defraudados, que na bancada do Partido Popular, os braços estão sempre abertos para os defender, por aquilo que é justo, por aquilo que necessitam.”*

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa, submeteu à votação da Assembleia a acta em minuta respeitante a esta reunião, tendo a mesma merecido a aprovação por unanimidade e cujo texto se anexa fazendo parte integrante da presente acta.

Nos termos regimentais, em conformidade com o n.º 2 do artigo 25.º do Regimento, o Sr. Presidente da Mesa colocou à votação da Assembleia o prolongamento da Sessão por mais uma reunião, o que mereceu aprovação por unanimidade; ficando a mesma convocada para o dia 06/01/1999 (Quarta-feira), pelas 21:00 horas.

Dado o avançado da hora, o Sr. Presidente da Mesa deu por encerrada a presente reunião.

Eram 02:30 horas.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte a gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião e vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários nos termos legais.